

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS NATURAIS E EXATAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

Ana Luiza Pinto Alves

**VELHOS E NOVOS CENÁRIOS: (RE) ARTICULAÇÕES
SOCIOECONÔMICAS DO ESPAÇO RURAL NA MICRORREGIÃO
GEOGRÁFICA DA CAMPANHA MERIDIONAL/RS**

**Santa Maria, RS
2016**

Ana Luiza Pinto Alves

**VELHOS E NOVOS CENÁRIOS: (RE) ARTICULAÇÕES SOCIOECONÔMICAS DO
ESPAÇO RURAL NA MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA DA CAMPANHA
MERIDIONAL/RS**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Geografia**.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Meri Lourdes Bezzi

Santa Maria, RS, Brasil
2016

Ficha catalográfica elaborada através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Central da UFSM, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Alves, Ana Luiza Pinto
VELHOS E NOVOS CENÁRIOS: (RE) ARTICULAÇÕES
SOCIOECONÔMICAS DO ESPAÇO RURAL NA MICRORREGIÃO
GEOGRÁFICA DA CAMPANHA MERIDIONAL/RS / Ana Luiza Pinto
Alves.-2016.
155 p. ; 30cm

Orientador: Meri Lourdes Bezzi
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Maria, Centro de Ciências Naturais e Exatas, Programa de
Pós-Graduação em Geografia e Geociências, RS, 2016

1. Organização espacial 2. Geografia Agrária 3. Espaço
rural 4. Desenvolvimento regional 5. Campanha Meridional
I. Bezzi, Meri Lourdes II. Título.

Ana Luiza Pinto Alves

**VELHOS E NOVOS CENÁRIOS: (RE) ARTICULAÇÕES SOCIOECONÔMICAS DO
ESPAÇO RURAL NA MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA DA CAMPANHA
MERIDIONAL/RS**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do título de **Mestre em Geografia**

Aprovado em 29 de abril de 2016:

Meri Lourdes Bezzi, Dr^a. (Presidente/Orientadora)

Antonio Paulo Cargnin, Dr. (SEPLAN/RS)

Helena Brum Neto, Dr^a. (IF Farroupilha)

Santa Maria, RS
2016

AGRADECIMENTOS

À Deus pela vida e por me guiar diariamente, dando coragem para superar as dificuldades;

À Universidade Federal de Santa Maria pela excelência no ensino público gratuito e de qualidade;

Ao Programa de Pós-Graduação em Geografia/UFSM;

À Prof.^a Dr.^a Meri Lourdes Bezzi por estes 6 anos de orientação e trabalho, entre graduação e mestrado, a qual acreditou no meu potencial, estando sempre ao meu lado, orientando e contribuindo para meu crescimento acadêmico e pessoal;

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), que me auxiliou através da bolsa de mestrado;

Aos órgãos gestores: prefeituras municipais, EMATER, Sindicato Rural, Sindicato dos trabalhadores rurais, associações rurais, IRGA e ARCO, os quais auxiliaram para o desenvolvimento desta pesquisa;

Aos produtores rurais que me receberam e contribuíram para o entendimento da microrregião em estudo;

Aos colegas do Núcleo de Estudos Regionais e Agrários (NERA/UFSM) Elizandra Voigt, Thales Souto, Jaqueline Barreto, Ligian Gomes, Paloma Saccol e Patric Miraglia pela amizade, contribuições e momentos de descontração;

Aos amigos, pela compreensão em todos os momentos que me fiz ausente devido aos compromissos acadêmicos;

Ao Eduardo Riffel pelo companheirismo, pela amizade, pela paciência e por ter contribuído para meu amadurecimento na ciência geográfica;

Ao meu pai Nilson, meu tio Luis Eduardo e Eduardo Riffel por terem me auxiliado no trabalho de campo, os quais não me deixaram sozinha em nenhum momento;

Agradeço em especial a minha família, meu pai Nilson Munhos Alves, minha mãe Maria Helena Nunes Pinto Alves e meus irmãos, Gilson e Ricardo, aos quais, expresse minha gratidão pelos valores a mim ensinados e compartilhados.

Céu, sol, sul, terra e cor

Leonardo

*Eu quero andar nas coxilhas
Sentindo as flexilhas das ervas do chão,
Ter os pés roseteados de campo,
Ficar mais trigueiro com o sol de verão.
Fazer versos cantando as belezas
Desta natureza sem par.
E mostrar para quem quiser ver
Um lugar pra viver sem chorar
É o meu Rio Grande do Sul
Céu, sol, sul, terra e cor!
[...]*

RESUMO

VELHOS E NOVOS CENÁRIOS: (RE) ARTICULAÇÕES SOCIOECONÔMICAS DO ESPAÇO RURAL NA MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA DA CAMPANHA MERIDIONAL/RS

AUTORA: ANA LUIZA PINTO ALVES
ORIENTADORA: MERI LOURDES BEZZI

A ciência geográfica analisa o espaço produzido e/ou reproduzido pela sociedade ao longo da história, o qual é reorganizado frente às exigências impostas pelo capital e pelos atores econômicos. Neste contexto, a pesquisa tem como objetivo geral verificar as transformações do espaço rural da Microrregião Geográfica da Campanha Meridional, a sua origem, as mudanças e permanências, bem como as (re) articulações socioeconômicas. Especificamente, buscou-se: (a) resgatar a evolução socioespacial da Microrregião Geográfica da Campanha Meridional; (b) analisar o espaço produtivo do recorte espacial em estudo, para que se possa compreender a atual situação do setor agropecuário e (c) identificar as potencialidades e as fragilidades econômicas a serem exploradas, bem como as perspectivas de desenvolvimento regional. A Microrregião em análise está localizada na Metade Sul do Estado do Rio Grande do Sul, a qual é constituída por cinco municípios (Aceguá, Bagé, Dom Pedrito, Hulha Negra e Lavras do Sul), sendo considerada uma das microrregiões mais atrasadas economicamente, se comparada a outras microrregiões do Rio Grande do Sul. Esse recorte espacial alia sob a ótica da cultura, a política, com a formação de lideranças regionais que se perpetuam no poder e na economia local/regional por meio da coexistência da pecuária extensiva tradicional e da inserção de novos atores econômicos, que marcam a influência do capital como um agente que “tenta” romper as barreiras impostas por tradições seculares. Desta forma, justifica-se a releitura do espaço geográfico da Campanha Meridional, a qual permitirá identificar as potencialidades e/ou as fragilidades socioeconômicas a serem exploradas, atrelando-as aos aspectos físico-naturais e socioculturais, como pressupostos para a proposição de alternativas de desenvolvimento, contribuindo com estudos que visem dinamizar sua estrutura produtiva. Metodologicamente a pesquisa foi estruturada em etapas: 1ª levantamento bibliográfico; 2ª Coleta dados (fontes secundárias); 3ª trabalho de campo e 4ª análise e interpretação dos resultados. Neste sentido, pretende-se averiguar as transformações desse recorte espacial, buscando compreender sua dinâmica espacial e as transformações acarretadas pelo capital, as quais visam sua reorganização socioeconômica.

Palavras-chave: Organização Espacial. Geografia Agrária. Desenvolvimento Regional. Cadeias Produtivas.

ABSTRACT

OLD AND NEW SCENARIOS: SOCIOECONOMIC (RE)ARTICULATION OF THE RURAL SPACE IN THE GEOGRAPHICAL MICRO-REGION OF CAMPANHA MERIDIONAL

AUTHOR: ANA LUIZA PINTO ALVES
ADVISOR: MERI LOURDES BEZZI

The geographical science analyzes the space produced and/or reproduced by society throughout the history, which is rearranged in the face of demands imposed by capital and the economic actors. In this sense, the current research aims to verify the rural space transformations of the geographical micro-region called Campanha Meridional, its origin, changes and permanency as also the socioeconomic (re)articulation, and the prospects for regional development. Specifically, it sought to: (a) recover the socio-spatial evolution of the geographical micro-region Campanha Meridional; (b) analyze the productive space of the spatial area under study to understand the current situation of the agricultural sector, and (c) identify the economic potential and fragility to be explored. The analyzed micro-region is located in the southern half of Rio Grande do Sul state, which is composed of five counties (Aceguá, Bagé, Dom Pedrito, Hulha Negra and Lavras do Sul), and it is considered one of the most backward micro-regions compared with other micro-regions in the state of Rio Grande do Sul. This spatial area, that combines the perspective of culture, politics, with the formation of regional leaders who perpetuate themselves in power and local/regional economy through the coexistent traditional extensive livestock and integration of new economic actors, marking the influence of capital as an agent who "tries to" break down the barriers imposed by secular traditions. Thus, it is justified to rereading the geographical space of Campanha Meridional, which will allow identify the economic potential and/or fragility to be explored, linking the physical and natural, social and cultural aspects as assumptions to propose development alternatives, contributing with studies that aim to promote its productive structure. Methodologically the research was organized in steps: 1st bibliographic survey; 2nd the collection of data (secondary sources); 3rd field work; and 4th the analysis and interpretation of results. In this sense, was intended to investigate the changes in this spatial area, seeking to understand its spatial dynamics and the changes brought about by capital, which are aimed at its socioeconomic reorganization.

Keywords: Spatial Organization. Agricultural Geography. Regional Development. Production chains.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Mapa de localização da Microrregião Geográfica da Campanha Meridional (MRG 031).....	16
Figura 2 – Modelo da Matriz SWOT.....	21
Figura 3 – Modelo geral de uma cadeia produtiva.....	57
Figura 4 – Evolução das divisões municipais no Rio Grande do Sul 1809 à 2013.....	71
Figura 5 – Selo de procedência da carne do Pampa Gaúcho.....	81
Figura 6 – Selo de qualidade Angus do Pampa – Pastagens do Sul.....	82
Figura 7 – Pecuária de corte e de leite na Microrregião da Campanha Meridional.....	83
Figura 8 – Retorno da criação de ovinos na Microrregião da Campanha Meridional.....	91
Figura 9 – Selo de qualidade – Cordeiro Gaúcho.....	93
Figura 10 – Haras e Cabanhas: representações do avanço tecnológico do campo.....	96
Figura 11 – (a) Cultivo de arroz; (b) silos para o armazenamento na Microrregião.....	102
Figura 12 – (a) Silos de armazenamento da soja; (b) Lavoura de soja em Hulha Negra.....	104
Figura 13 – (a) Parreirais de uva; (b) Plantio de oliveiras em Bagé.....	109
Figura 14 – (a) Vista aérea do cultivo da silvicultura; (b) Plantação em galerias	117

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Número de cabeças de Pecuária Bovina na Microrregião da Campanha Meridional.....	79
Gráfico 2 – Produção leiteira na Microrregião da Campanha Meridional.....	85
Gráfico 3 – Produção leiteira por município.....	86
Gráfico 4 – Pecuária bovina por município.....	86
Gráfico 5 – Pecuária Ovina na Microrregião da Campanha Meridional.....	87
Gráfico 6 – Pecuária Ovina por município.....	88
Gráfico 7 – Produção de lã na Microrregião da Campanha Meridional.....	89
Gráfico 8 – Produção de lã por município.....	90
Gráfico 9 – Pecuária Equina por município da microrregião.....	97
Gráfico 10 – Pecuária Equina na Microrregião Geográfica da Campanha Meridional.....	98
Gráfico 11 – Quantidade produzida de arroz na Microrregião da Campanha Meridional.....	99
Gráfico 12 – Área plantada de arroz na Microrregião da Campanha Meridional	100
Gráfico 13 – Quantidade produzida de arroz por município.....	101
Gráfico 14 – Área plantada de arroz por município.....	101
Gráfico 15 – Quantidade produzida de soja na Microrregião da Campanha Meridional.....	105
Gráfico 16 – Área plantada de soja na Microrregião da Campanha Meridional..	105
Gráfico 17 – Quantidade produzida de soja por município.....	106
Gráfico 18 – Área plantada de soja por município.....	107
Gráfico 19 – Quantidade produzida de uva na Microrregião da Campanha Meridional.....	111
Gráfico 20 – Área plantada de uva na Microrregião da Campanha Meridional...	111
Gráfico 21 – Quantidade produzida de uva por município.....	112
Gráfico 22 – Área plantada de uva por município.....	113
Gráfico 23 – Cultivo da Silvicultura na Campanha Meridional.....	115
Gráfico 24 – Evolução da área destinada à pastagem na Campanha Meridional	118
Gráfico 25 – Evolução da área destinada à lavoura na Campanha Meridional....	118
Gráfico 26 – Evolução da área destinada a florestas na Campanha Meridional..	119

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Dados sobre a estrutura fundiária por município da MRG Campanha Meridional.....	40
Tabela 2 – Data e origem dos municípios da MRG da Campanha Meridional.....	73
Tabela 3 – Dados gerais de população e área da MRG da Campanha Meridional	75
Tabela 4 – Produto Interno Bruto da Microrregião e municípios.....	76

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Matriz SWOT ou Matriz FOFA.....	120
--	-----

LISTA DE APÊNDICES

Apêndice A – Formulário aos produtores.....	148
Apêndice B – Formulário aos órgãos e instituições gestoras	154

LISTA DE SIGLAS

APROPAMPA	Associação dos Produtores de Carne do Pampa Gaúcho da Campanha Meridional
ARCO	Associação Brasileira de Criadores de Ovinos
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CSRI/IBAMA	Centro de Sensoriamento Remoto/Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EXPOINTER	Exposição Internacional de Animais
FAMURS	Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul
FETAG	Federação dos Trabalhadores na Agricultura
FINEM	Financiamento Direto a Empreendimentos
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IRGA	Instituto Rio Grandense do Arroz
MRG	Microrregião
MRG 031	Microrregião Geográfica da Campanha Meridional
PNF	Programa Nacional de Florestas
PROFLORA	Programa de Plantio Comercial e Recuperação de Florestas
PROFRUTA	Programa Estadual de Fruticultura
PRONAF	Programa Nacional de Agricultura Familiar
SEAPA	Secretaria de Agricultura, Pecuária e Agronegócio
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SIDRA	Sistema IBGE de Recuperação Automática
SWOT	Strengths (Forças), Weaknesses (Fraquezas), Opportunities (Oportunidades) e Threats (Ameaças)
UERGS	Universidade Estadual do Rio Grande do Sul
UNIPAMPA	Universidade Federal do Pampa
URCAMP	Universidade da Região da Campanha

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	23
2.1	A FORMAÇÃO DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA E A EVOLUÇÃO DO ESPAÇO RURAL DO RIO GRANDE DO SUL E DA MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA DA CAMPANHA MERIDIONAL (MRG 031).....	23
2.2	AS ABORDAGENS CONCEITUAIS SOBRE ORGANIZAÇÃO ESPACIAL, REGIÃO, CADEIAS PRODUTIVAS, GLOBALIZAÇÃO, POLÍTICAS PÚBLICAS, DESENVOLVIMENTO REGIONAL E DESENVOLVIMENTO RURAL.....	45
2.2.1	Organização Espacial	45
2.2.2	Região	50
2.2.2.1	A região como resposta local aos processos capitalistas.....	52
2.2.3	Cadeias Produtivas	54
2.2.4	Globalização, Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional	58
2.2.4.1	Desenvolvimento rural.....	64
3	CARACTERIZAÇÃO E ORGANIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA DA MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA DA CAMPANHA MERIDIONAL	70
3.1	PROCESSO DE FORMAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO RIO GRANDE DO SUL E DA MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA DA CAMPANHA MERIDIONAL.....	70
3.2	ASPECTOS FÍSICOS E NATURAIS.....	73
3.3	ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS.....	75
4	AS CADEIAS PRODUTIVAS E SUAS TRANSFORMAÇÕES ESPACIAIS	78
4.1	PECUÁRIA BOVINA.....	78
4.2	PECUÁRIA OVINA.....	87
4.3	PECUÁRIA EQUINA.....	95
4.4	RIZICULTURA.....	98
4.5	SOJICULTURA.....	103
4.6	FRUTICULTURA: PRODUÇÃO DE UVA E OLIVEIRAS.....	108
4.7	SILVICULTURA.....	114
4.8	AS TRANSFORMAÇÕES DO ESPAÇO RURAL DA CAMPANHA MERIDIONAL.....	117
5	POTENCIALIDADES E FRAGILIDADES REGIONAIS DA MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA DA CAMPANHA MERIDIONAL	120
5.1	FATORES INTERNOS.....	121
5.1.1	Forças	121
5.1.2	Fraquezas	122
5.2	FATORES EXTERNOS.....	125
5.2.1	Oportunidades	125
5.2.2	Ameaças	127
6	CONSIDERAÇÕES	131
	REFERÊNCIAS	136
	APÊNDICE A – FORMULÁRIO AOS PRODUTORES	148
	APÊNDICE B – FORMULÁRIO AOS ÓRGÃOS E INSTITUIÇÕES GESTORAS	154

1 INTRODUÇÃO

A ciência geográfica enfatiza em suas análises o espaço produzido e/ou reproduzido pela sociedade ao longo da história, o qual é constantemente transformado pelas atividades humanas, que o modificam e o reorganizam frente às exigências impostas pelos atores econômicos.

A organização do espaço está intimamente atrelada à transformação e evolução da sociedade, mantendo-se em um processo contínuo de desenvolvimento, sendo esta determinada pela tecnologia, pela cultura e pelas relações sociais que a empreendem.

O estabelecimento de um processo produtivo da sociedade, da forma como organiza os meios de produção, determina a produção e a transformação do espaço. Desta forma, o espaço se constitui no palco para as diferentes atividades humanas, de acordo com seus distintos interesses (MORAES, 2009).

As transformações espaciais viabilizam as inter-relações entre os diversos setores da economia, uma vez que as áreas produtivas compreendem, muitas vezes, a integração entre os produtos do campo e da cidade, modificando sua organização espacial.

O espaço geográfico apresenta em cada momento histórico as características da sociedade que o produz e/ou reproduz. Esta dinâmica é constante no processo evolutivo das sociedades, acarretando transformações profundas, originando novas formas e fazendo com que velhas formas assumam novas funções (SANTOS, 1996a).

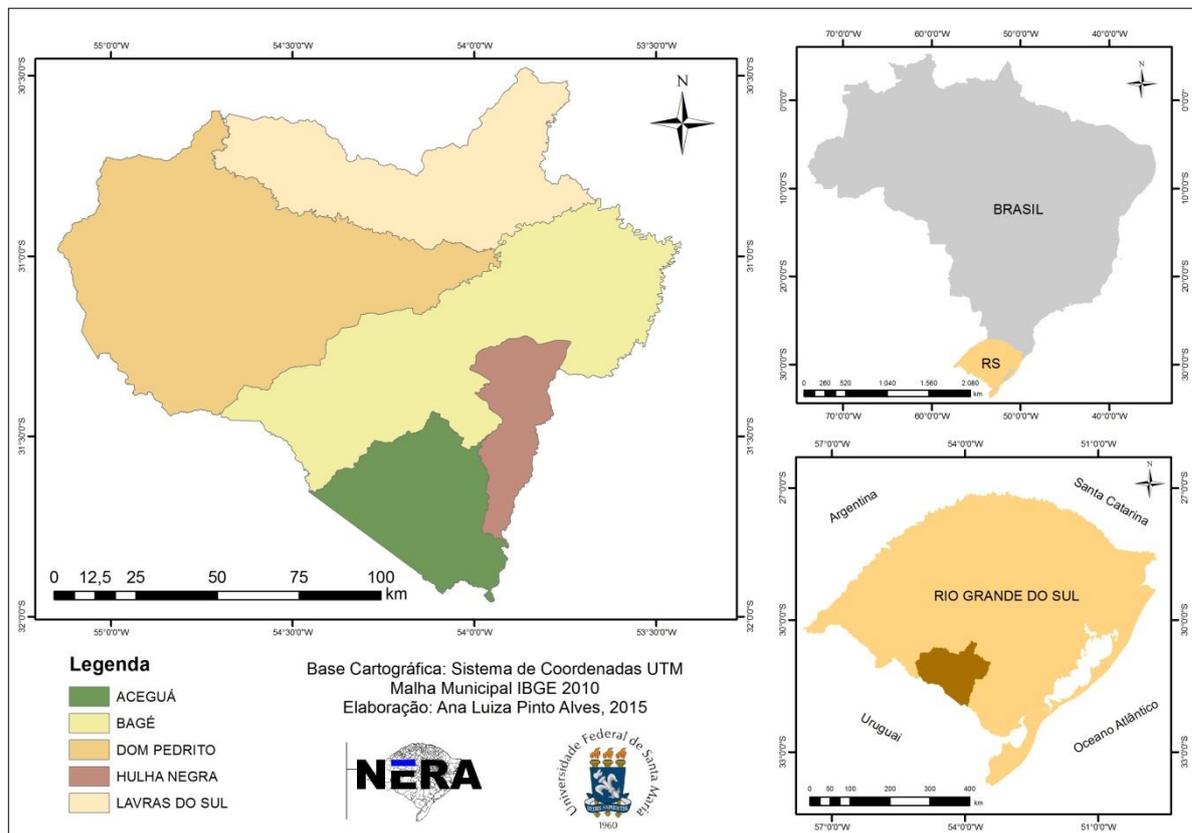
Nesse processo de organização/reorganização espacial se tem o capital como fator determinante, pois como ele se insere de forma distinta em cada local, ocasiona a formação de espaços desiguais. Desta forma, conforme o grau de desenvolvimento técnico e a presença de novos arranjos econômicos se têm distintas dinâmicas espaciais.

Nesse sentido, pode-se citar as atividades agropecuárias, as quais têm passado por diversas e importantes transformações, mediante a modernização de suas atividades. A introdução de novas atividades econômicas com lucratividade mais rápida (como exemplo a cultura empresarial da soja) foi responsável por um novo redimensionamento no espaço produtivo, não só da Campanha Meridional,

mas no estado do Rio Grande do Sul como um todo. Assim, o espaço rural se redesenha e se reorganiza na medida em que novos atores econômicos e tecnologias são incorporados a sua produção, rearticulando economicamente e socialmente o local e o regional.

Dessa forma, a pesquisa tem como foco analisar as transformações do espaço rural da Microrregião Geográfica da Campanha Meridional (MRG 031), sua origem, suas mudanças e permanências, bem como suas articulações socioeconômicas na busca pelo desenvolvimento regional (Figura 1).

Figura 1 - Mapa de localização da Microrregião Geográfica da Campanha Meridional (MRG 031)



Fonte: IBGE, 2015.
Org.: ALVES, A. L. P., 2015.

Ressalta-se a pertinência desse estudo, pois a Microrregião em análise está localizada na Metade Sul do Estado do Rio Grande do Sul, a qual é constituída por cinco municípios (Aceguá, Bagé, Dom Pedrito, Hulha Negra e Lavras do Sul). Essa é considerada como um dos recortes espaciais mais atrasados economicamente,

constituindo uma microrregião que alia sob a ótica da cultura, a política, com a formação de lideranças regionais que se perpetuam no poder e na economia por meio da coexistência da pecuária extensiva tradicional, responsável pelos latifúndios e da agricultura viabilizada pela inserção de novos atores econômicos, que marcam a influência do capital como um agente que “tenta” romper as barreiras impostas por tradições seculares.

Nessa perspectiva, o problema central da pesquisa tem como foco verificar a evolução do espaço rural da MRG 031, bem como as implicações das novas cadeias produtivas (tais como a fruticultura e a silvicultura), que surgem como resposta local aos processos capitalistas, articulando novos cenários, e, também, analisar a atual situação das cadeias produtivas já consolidadas (pecuária, arroz e soja, que representam os velhos cenários no espaço rural¹).

Mediante as essas proposições, justifica-se a releitura do espaço geográfico da Campanha Meridional, a qual permitirá identificar as potencialidades e/ou fragilidades socioeconômicas (atreladas aos aspectos físico-naturais e socioculturais) a serem exploradas.

Dessa forma, o objetivo geral da pesquisa é verificar as transformações do espaço rural da Microrregião Geográfica da Campanha Meridional, a sua origem, as mudanças e permanências, bem como as (re) articulações socioeconômicas. Como objetivos específicos, buscou-se: (a) resgatar a evolução socioespacial da Microrregião Geográfica da Campanha Meridional; (b) analisar o espaço produtivo do recorte espacial em estudo, para que se possa compreender a atual situação do setor agropecuário; e (c) identificar as potencialidades e as fragilidades econômicas a serem exploradas.

Para a realização da pesquisa, utilizou-se como método investigativo a dialética. Justifica-se esta escolha pelo fato de o trabalho visar compreender a dinâmica das transformações espaciais por meio da integração dos diversos fatores que condicionam a reorganização do espaço da Microrregião Geográfica da Campanha Meridional. Por isso se optou em verificar os fenômenos que ocorreram na microrregião em análise, desde a sua gênese até a atualidade, pois na dialética, os fatos não podem ser desvinculados do tempo (ANDRADE, 1998).

¹ As cadeias produtivas selecionadas para a análise desta pesquisa se deve a importância histórica e econômica à Microrregião. Salienta-se que não se desconsidera a importância social de outras produções, tais como: o hortigranjeiro, as sementes olerícolas, entre outras atividades, no entanto, não são objetos deste trabalho.

De acordo com Sposito (2002), por meio da dialética é possível interpretar os problemas do espaço geográfico, a relação causa-efeito, o princípio da determinação e indeterminação que cria dinâmicas territoriais, a diferenciação entre processo e cronologia e o princípio da autorregulação. Para o autor, o entendimento desses fatores de modo sistêmico permite compreender as transformações do espaço ao longo do tempo.

Dessa forma, a dialética tem como princípio a ideia de movimento e de transformação, analisando a dinâmica e a atuação dos fenômenos. Por meio das reflexões dialéticas, podem-se perceber os fenômenos em constante movimento, os quais se manifestam de modo desigual no tempo e no espaço. As transformações que ocorrem no recorte espacial em estudo são decorrentes da inserção das técnicas e da presença de novos atores econômicos que se inserem, organizando e reorganizando o espaço de acordo com as solicitações do capital, viabilizadas pelos mercados internos e externos.

Lefèbvre (1983, p. 171) aborda que nessa linha metodológica “[...] os pesquisadores confrontam as opiniões, os pontos de vista, os diferentes aspectos do problema, as oposições e contradições, e tentam [...] elevar-se a um ponto de vista mais amplo, mais compreensivo”.

Salienta-se também que o método dialético se baseia da análise quantitativa para a análise qualitativa, confrontando ideias por meio de argumentações e discussões, para que se possa entender a forma dinâmica e sistêmica dos fatos, em que esses sejam averiguados em conjunto, sem que haja isolamento dos fenômenos. Neste sentido, Sposito (2004, p. 45) aponta:

A dialética, como ciência das leis gerais do movimento e do desenvolvimento da natureza, da sociedade e do pensamento humano, possui três leis, amplamente conhecidas por aqueles que têm um mínimo de familiaridade com o marxismo, que assim podem ser resumidas: (1) a transformação da quantidade em qualidade e vice-versa; (2) a unidade e interpretação dos contrários, e (3) a negação da negação.

Para Gil (1999, p. 31-32), o método dialético pode ser entendido em três grandes princípios:

A) Unidade de opostos. Todos os objetos e fenômenos apresentam aspectos contraditórios, que são organicamente unidos e constituem a indissolúvel unidade dos opostos. Os opostos não se apresentam simplesmente lado a lado, mas num estado constante de luta entre si. A luta

dos opostos constitui a fonte do desenvolvimento da realidade. B) Quantidade e qualidade. Quantidade e qualidade são características imanentes a todos os objetos e fenômenos e estão inter-relacionados. No processo de desenvolvimento, as mudanças quantitativas graduais geram mudanças qualitativas e essa transformação opera-se por saltos. C) Negação da negação. A mudança nega o que é mudado e o resultado, por sua vez, é negado, mas esta segunda negação conduz ao desenvolvimento e não a um retorno ao que era antes.

No recorte espacial em estudo, pode-se observar a relação entre o “velho” e o “novo”. Em que o “novo”, ou seja, as cadeias produtivas recentes se inserem no “velho”, representada pela pecuária tradicional, ocasionando novas dinâmicas socioeconômicas, organizando e reorganizando a microrregião. Desse modo, justifica-se a escolha do método dialético, pois nesse será possível interpretar e confrontar os fenômenos que ocorreram ou estão acontecendo, bem como analisar os dados quantitativos, qualificando-os e inserindo-os nas discussões desse trabalho.

Para os procedimentos metodológicos foram estruturadas etapas, visando alcançar os objetivos propostos:

Etapa 1 - Realizou-se a revisão bibliográfica, buscando-se estabelecer os principais conceitos que foram utilizados na pesquisa. Neste sentido, conceituou-se organização espacial, região, cadeias produtivas, desenvolvimento regional, desenvolvimento rural e políticas públicas e, além disso, resgatou-se a evolução e a estrutura fundiária do recorte espacial em estudo. Ou seja, nessa fase se estruturou a matriz teórica do trabalho.

Etapa 2 – Consistiu na coleta de dados em fontes secundárias, referentes ao espaço produtivo da Microrregião Geográfica da Campanha Meridional. Para realizar esta atividade foram consultados os Censos Econômicos do IBGE de 1940 e de 1950, o Censo Agrícola de 1960 e os Censos Agropecuários de 1970, 1980, 1995 e 2006. Paralelamente, buscaram-se dados agropecuários no Sistema IBGE de Recuperação Automática, para os anos de 1990, 2000 e 2013². Para a análise foram consideradas as seguintes variáveis: área plantada (hectare), quantidade produzida (toneladas), número de cabeças, número de árvores e litros de leite.

Etapa 3 – Esteve relacionada ao trabalho de campo, realizado nos meses de janeiro e fevereiro de 2015. Nele foi possível observar *in loco* a problemática em

² Salienta-se que o Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA) possui forma de coleta de dados diferente dos Censos. De acordo com o IBGE (informação obtida em campo), ambos os dados são válidos e passíveis de serem comparados.

questão. Para realizar o trabalho de campo e direcionar as entrevistas, foram organizados dois formulários (estruturados), um voltado aos produtores rurais (Apêndice A) e o outro aos órgãos gestores (Apêndice B). Estes formulários abordam questões relativas ao conhecimento empírico e técnico dos entrevistados, à mão de obra, à infraestrutura, às políticas públicas e de crédito, à tecnologia utilizada, à assistência técnica, às potencialidades e às fragilidades local/regional, as quais foram consideradas importantes para a compreensão do recorte espacial em estudo, bem como para o desenvolvimento da pesquisa.

Ressalta-se que para realizar as entrevistas com os produtores rurais foi utilizada uma amostragem não probabilística, sob o modelo intencional, abrangendo todos os municípios da MRG. Nesse sentido, foram entrevistados 15 produtores das principais cadeias produtivas dos municípios em estudo, os quais foram sugeridos pelos assistentes técnicos da EMATER e do IRGA. Em relação aos órgãos gestores, as entrevistas foram realizadas com a EMATER de cada município, o IRGA que abrange Dom Pedrito e Lavras do Sul e o que auxilia os municípios de Bagé, Hulha Negra e Aceguá. Também foram questionados os responsáveis pelas Secretarias de Agricultura e/ou de Desenvolvimento Econômico de todos os municípios, Sindicatos Rurais, Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Associação Brasileira de Criadores de Ovinos.

Etapa 4 – Consiste na análise e interpretação dos resultados, associando os dados coletados às informações obtidas em campo, buscando-se verificar os principais fatores que contribuíram para as transformações do espaço rural ao longo da escala temporal estipulada para a pesquisa. Buscou-se, também, nessa etapa, identificar as potencialidades e as fragilidades sociais, políticas e econômicas da microrregião.

Para identificar as potencialidades e as fragilidades regionais se utilizou a Matriz SWOT, a qual foi criada por Kenneth Andrews e Roland Cristensen, ambos professores da Harvard Business School, com o objetivo de diagnosticar uma empresa, um projeto, um programa, entre outros, a fim de avaliar as vantagens e desvantagens competitivas daquele determinado produto. Este modelo é comumente utilizada por empresas durante o planejamento estratégico e para a elaboração de novos projetos (SILVA, et al., 2011).

A Matriz SWOT permite uma análise detalhada do cenário econômico, social e ambiental, ajudando também na tomada de decisões. Dessa forma, utilizou-se o

modelo para estruturar a análise dessa pesquisa, a qual pode ser constatada no capítulo 5.

No Brasil a Matriz SWOT é conhecida como Matriz FOFA, pois através dela se pode medir as forças (S, de strengths) e fraquezas (W, de weaknesses) do negócio, que são fatores internos, e também as oportunidades (O, de opportunities) e ameaças (T, de threats) do macroambiente, que são os fatores externos (Figura 2).

Figura 2 – Modelo da Matriz SWOT



Fonte: SILVA, et al., 2011.

Diante da análise das cadeias produtivas, juntamente com a verificação das potencialidades e das fragilidades da Microrregião, pretende-se colaborar com a identificação das principais transformações do espaço rural e com as articulações entre os velhos e novos cenários.

Desse modo, a dissertação está estruturada em cinco capítulos. O primeiro constitui-se na introdução, a qual apresenta o problema e a justificativa da pesquisa, bem como os objetivos e a estrutura metodológica da mesma.

O segundo capítulo corresponde à revisão teórica, abordando os principais conceitos utilizados na pesquisa, tais como: organização espacial, região, cadeias produtivas, globalização, políticas públicas e desenvolvimento regional e rural.

No terceiro capítulo, com o intuito de aprofundar o conhecimento do leitor sobre o recorte regional em análise, faz-se a caracterização econômica, física e social dos municípios que integram a Microrregião Geográfica da Campanha Meridional, resgatando desde a formação e emancipação dos mesmos até os dias atuais.

O quarto capítulo corresponde à análise das principais cadeias produtivas presentes na Campanha Meridional, apresentando e explicando os fatores que condicionaram o aumento, a diminuição ou, até mesmo, a extinção dos segmentos produtivos em análise. Ainda neste capítulo, identificaram-se os principais atores responsáveis pelas articulações que transformaram o espaço rural desse recorte espacial.

No quinto capítulo, pode-se apresentar as principais potencialidades e fragilidades relacionadas: à mão de obra, à infraestrutura, ao transporte, à assistência técnica e aos recursos naturais e tecnológicos.

Por fim, o sexto e último capítulo corresponde às considerações, nas quais se expôs as principais transformações espaciais que foram constatadas, ou seja, a articulação entre os velhos e novos cenários na estrutura econômica, social e ambiental da Microrregião Geográfica da Campanha Meridional.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

[...] a análise da dinâmica regional vem associada a diversos fatores que, de maneira direta ou indireta, fazem com que cada região tenha seu estilo próprio de desenvolvimento. Uma região, inicialmente, é representada por sua formação geomorfológica (relevo, vegetação); em segundo lugar, apresenta-se a formação histórico-cultural, ou seja, os primeiros habitantes (colonizadores) que enraizaram sua cultura e tradições e passaram-nas às gerações futuras; em terceiro lugar, a formação econômico-social, a distribuição espacial da população, a origem do processo produtivo, a base econômica que identifica a região; em quarto lugar, o aspecto político e administrativo. Estes fatores são os responsáveis pelo processo diferenciado de desenvolvimento de cada região. É através destes fatores que aparece a identidade regional (BASSAN e SIEDENBERG, 2003, p. 142).

Este capítulo se constitui a base teórica da pesquisa. Neste sentido, a revisão teórica aborda a estrutura fundiária e a evolução do espaço rural do Rio Grande do Sul e da Microrregião Geográfica da Campanha Meridional, bem como, os conceitos de organização espacial, região, cadeias produtivas, desenvolvimento regional, globalização e políticas públicas.

2.1 A formação da estrutura fundiária e a evolução do espaço rural do Rio Grande do Sul e da Microrregião Geográfica da Campanha Meridional (MRG 031)

A gênese da estrutura fundiária brasileira aponta para a desigual distribuição da terra. Essa concentração desigual não varia significativamente entre os Estados, o que demonstra que as relações de propriedade são características iniciais da formação da estrutura agrária brasileira (KÜCHEMANN, 1980).

Neste sentido, Chelotti (2009, p.84) destaca

A estrutura fundiária do espaço agrário brasileiro é marcada por grandes desigualdades, coexistindo ao mesmo tempo, a propriedade latifundiária e a pequena propriedade. A sua maior característica é o caráter concentrador da posse da terra, heranças das sesmarias, da lei de terras de 1850 e do processo de modernização da agricultura no decorrer da década de 1960.

Desta forma, ao estudarmos a história do Brasil, desde os primórdios da colonização, pode-se verificar a distribuição e o acesso à terra de modo desigual. Inicialmente, foram as capitânicas hereditárias e seus donatários, posteriormente, as

sesmarias, as quais deram origem aos latifúndios do país, que são resultantes da herança colonial.

Sob esta perspectiva, Oliveira (1994, p.56) afirma

[...] a estrutura fundiária brasileira herdada do regime das capitanias/sesmarias muito pouco foi alterada ao longo dos 400 anos de história do Brasil e, particularmente na segunda metade deste século, o processo de incorporação de novos espaços [...] tem feito aumentar ainda mais a concentração das terras em mãos de poucos proprietários.

Analisando a evolução histórica, Guimarães (1981, p. 22) enfatiza

A colonização, como fruto da expansão do comércio marítimo e da desagregação do regime feudal, deveria, [...] seguir aqui os moldes da nova sociedade que germinava na metrópole. Nesse caso, nas relações sociais implantadas no Brasil haveriam de predominar não os traços da economia feudal decadente, mas os da economia mercantil em formação; e, por conseguinte, a exploração latifundiária, aqui, não teria as características fundamentais do feudalismo, mas as do capitalismo.

No Rio Grande do Sul este processo não foi diferente, principalmente na Campanha Gaúcha, onde ocorre a maior concentração fundiária do Estado, a qual representa a região do latifúndio gaúcho, o qual está intimamente ligado ao processo de ocupação e povoação.

É importante salientar que o Estado gaúcho foi um dos espaços brasileiros que mais tardiamente recebeu atenção da Coroa Portuguesa, sendo descoberto apenas no início do século XVI. Desse modo, faz-se necessário regatar a formação e o povoamento do Rio Grande do Sul, o qual permaneceu durante mais de 100 anos sem receber nenhum tipo de exploração efetiva (FORTES, 1981).

No século XVII, São Paulo era economicamente baseado nos grandes engenhos de açúcar, os quais careciam de mão de obra escrava, o que acarretou no apresamento de indígenas pelos bandeirantes portugueses, em que os mesmos já vinham sendo utilizados nas lavouras de subsistência. Desta forma, os bandeirantes, tornaram-se especializados na captura de índios, os quais caracterizaram-se pela violência e pelos conflitos seguidos com os indígenas que viviam sob a proteção jesuítica. Com o decorrer do tempo, esses foram vendo seu produto “o índio” se esgotar nos arredores, forçando os bandeirantes adentrarem o interior do continente na busca de mão de obra escrava. Neste sentido, as reduções jesuíticas estabelecidas pelos missionários da Companhia de Jesus, no Estado Gaúcho,

tornaram-se o principal alvo, pois esses índios já se encontravam disciplinados e adestrados pelos padres jesuítas (PESAVENTO, 1982).

Com os constantes ataques dos bandeirantes, os indígenas se retiraram para a margem esquerda do rio Uruguai e abandonaram seus rebanhos nas reduções. Estes rebanhos reproduziram-se naturalmente, formando uma imensa reserva de gado xucro, denominada de Vacaria do Mar, que originou a base econômica da exploração e apropriação das terras gaúchas (VALVERDE, 1985)

Mediante o fim do domínio espanhol, Portugal inicia sua efetiva expansão, voltada para a exploração do extremo sul da Colônia. Neste sentido, a zona do Prata tornou-se o principal foco da Coroa Portuguesa, pois viam a possibilidade de diminuir o monopólio espanhol nesta área, garantindo importantes mercados para artigos coloniais. Assim, Portugal fundou em 1680, a Colônia do Sacramento (PESAVENTO, 1982).

Em relação à Colônia do Sacramento, Rodrigues (2006, p. 25) argumenta

Pode-se dizer então, que a Colônia do Sacramento representou um importante porto de exportações, juntamente com Buenos Aires, sobretudo através do couro extraído do gado xucro. A preação do gado xucro para extração do couro foi objeto de atenção de diferentes grupos sociais, desde portugueses instalados em Sacramento até indivíduos que vaqueavam por conta própria. Assim, é a partir da exploração do gado deixado pelos jesuítas que o Rio Grande do Sul tem sua importância reconhecida, principalmente, pela riqueza de sua pecuária.

A atividade predatória exercida sobre a pecuária marcou o retorno dos jesuítas ao Estado gaúcho, os quais tinham como objetivo proteger o rebanho. Desse modo, os mesmos levaram o gado para o nordeste do Rio Grande do Sul, formando outra reserva de bovinos, denominada de Vacaria dos Pinhais.

Os jesuítas na tentativa de iludir os predadores de índios colocaram em prática um original processo de criação e dispersão do gado, instituindo as vacarias, fundando junto às reduções, as estâncias. As estâncias abrangiam extensas áreas de terras, que deram origem aos latifúndios pastoris no Estado gaúcho.

Com o retorno dos jesuítas, no Rio Grande do Sul tem-se a fundação dos Sete Povos das Missões, compostos por: São Borja, São Nicolau, São Miguel, São Luiz Gonzaga, São Lourenço, São João Batista e Santo Ângelo. Esses se constituíram em unidades economicamente desenvolvidas e organizadas, que representavam uma ameaça ao absolutismo europeu. Tal fato, fez com que os

jesuítas, em 1760, mais uma vez, fossem expulsos do Estado gaúcho (PESAVENTO, 1982).

Porém, no século XVII, ganha destaque no cenário econômico brasileiro a mineração, que foi responsável por um novo mercado interno e que visava interiorizar o polo de atração da Coroa Portuguesa.

Sobre a economia mineira, Castro (1975, p. 42) aborda

A economia mineira, distante do litoral, altamente especializada e, por conseguinte, grande importadora, tinha graves problemas de transporte, cuja solução foi encontrada à época nos animais de carga que subiam e desciam a serra, tangidos pelos “tropeiros”. A importância assim adquirida pela criação mular seria decisiva para a vinculação do extremo sul à economia da Colônia.

Neste contexto, Rodrigues e Bezzi (2008, p. 23) ressaltam que “o Rio Grande do Sul assumiu relevante participação na economia brasileira pelo contingente significativo de gado que ocupava seu território e serviu para o transporte das minas durante o Ciclo da Mineração no interior do país”. Tal fato, fez com que a coroa portuguesa iniciasse o processo de doação de sesmarias, na tentativa de organizar a preia do gado e proteger o território rio-grandense, garantindo-se a soberania portuguesa.

O processo de distribuição das sesmarias iniciou em meados do século XVIII, tendo como objetivo garantir a soberania da Coroa Portuguesa. As sesmarias eram terras devolutas de propriedade do governo imperial que, posteriormente, foram distribuídas a famílias com determinado status social (BEZZI, 1985).

Conforme Pesavento (1982, p. 15), as sesmarias

[...] eram terras devolutas, medindo em regra 3 léguas por 1 légua (cerca de 13 000 hectares) e foram concedidas primeiramente na região que se estendia de Tramandaí e um pouco mais ao sul, acompanhando o caminho dos tropeiros no exíguo Rio Grande Português da época.

Para Brum (1988, p. 24) as terras devolutas, que concretizou em partes as sesmarias

Eram propriedades extensas, [...], em forma de quadrado variando de 3 a 6 léguas de lado, podendo atingir até mais de 13000 hectares, cujos limites quase nunca eram fixados com exatidão. Essas estâncias de criação de gado deram origem ao latifúndio pastoril em toda a área de campo, à medida que foi se processando a ocupação do território.

A Coroa Portuguesa com o objetivo de garantir a posse do território na região, a qual se encontrava em constantes lutas fronteiriças, distribuiu sesmarias, o que permitiu a concentração de terras nas mãos de poucos proprietários, formando imensas propriedades, denominadas, estâncias.

De acordo com a legislação do século XVIII, o beneficiado deveria ser uma pessoa que fosse capaz de povoar e defender seus escravos, como os capitães. Nas estâncias o rebanho vivia solto e sem grandes cuidados. Os peões pastoreavam o gado sob as ordens do capataz e, normalmente, eram trabalhadores livres, brancos, índios ou mestiços, que se defendiam de ataques dos espanhóis, dos índios não submetidos, dos contrabandistas e dos ladrões. Passa a configurar-se a partir de então, a figura do gaúcho típico³, misto de vaqueiro e soldado. (CARGNIN, 2009).

A este respeito Cargnin (2009, p. 24) diz que “[...] o sistema de doação de sesmaria foi um dos fatores determinantes na configuração da estrutura fundiária brasileira e, conseqüentemente, do Rio Grande do Sul”. Essa herança colonial, ainda se faz presente em alguns estados brasileiros, e especificamente na Campanha Gaúcha, no Estado do Rio Grande do Sul.

O sistema denominado de sesmaria, atualmente é chamado de grande propriedade, ou também, de latifúndio, normalmente constitui-se de propriedades privadas. Nesta perspectiva, Haesbaert (1988, p. 34) destaca

Muitos autores vêem na doação de sesmarias e na expansão da pecuária marcos originais da formação da estrutura latifundiária gaúcha, a única forma de viabilizar a ocupação e defesa do território, tendo em vista a extensão de terras e escassez de elementos povoadores.

O sul do Brasil emergiu mediante diversas tensões entre os impérios português e espanhol. Neste sentido, Chelotti; Pessôa (2007, p. 2) ressaltam que

[...] a área que corresponde ao atual território gaúcho, foi colonizado por militares ligados ao governo imperial, que receberam grandes glebas de terras, denominadas de sesmarias. As pessoas que foram contempladas com as sesmarias tinham a função geopolítica de realizar a proteção das fronteiras do território que estava sendo formado. Assim, percebe-se

³ A faceta mais primitiva do gaúcho, o qual caracteriza-se via códigos culturais mais tradicionais, o tipo regional que se identifica como “grosso, ou seja, de modos rudes, de bota e bombacha, sorvendo chimarrão” (BRUM NETO e BEZZI, 2009, p. 24).

nitidamente a forma de ocupação da posse da terra nas regiões fronteiriças do Brasil meridional, na qual a sesmaria representou o acesso a terra, e a estância [...].

Ainda sob essa perspectiva, Kliemann (1986, p. 17) afirma que

Até o século XVII a política de colonização e povoamento do Rio Grande do Sul caracteriza-se por critérios de ordem militar, que privilegiam a defesa do território contra invasões estrangeiras e tentam assegurar para Portugal o domínio da Bacia do Prata.

Desta forma, a primeira fase de ocupação do Rio Grande do Sul, ocorreu por meio de uma organização socioeconômica baseada nas estâncias pecuaristas, as quais representaram uma das mais importantes fases da história gaúcha, em que se materializou a pecuária extensiva em grandes propriedades, originando os latifúndios pastoris que caracterizam um dos segmentos da estrutura fundiária atual.

Esse processo de ocupação na região fronteira entre Brasil, Argentina e Uruguai, é definido por Haesbaert (1988, p. 36) da seguinte maneira

Apropriado o território, fixada a fronteira, articulavam-se nitidamente uma base econômica específica (a pecuária), um grupo hegemônico regional (o caudilhismo militar-pastoril) e uma identidade cultural-ideológica forjada no espaço latifundiário e nas práticas sociais a ele vinculada.

Este modo de organização, via estâncias, tinham um papel fundamental, pois elas produziam para a sua subsistência o estritamente necessário, importando alimentos e manufaturados. Ressalta-se ainda sua relevância não apenas na economia, como também na sociedade civil, baseada num complexo familiar e comunal, e a política pelo poder emanado da posse da terra e das atividades militares (KLIEMANN, 1986).

Chelotti (2009, p. 84) contribui com esta fase da ocupação do estado gaúcho, enfatizando

[...] A estância configurou-se como unidade de produção típica, possibilitando a emergência de uma sociedade agropastoril, denominada regionalmente de estancieiros. Em função de sua importância social e econômica, esses proprietários de terras passaram a ocupar elevados cargos políticos na província. A produção do tradicional latifúndio pastoril gaúcho assentou-se na exploração de uma pecuária de corte extensiva, de bovinos e ovinos, destinada tanto para o mercado interno, abastecendo a região mineradora da colônia, como para o mercado externo sustentado na exportação do charque. Portanto, essas são as raízes históricas do espaço latifundiário gaúcho, permanecendo quase inalterado até o início do século

XXI. Mas, isso não significa que inexistam na região outros padrões de exploração da terra, como a pequena e a média propriedade rural.

Pode-se perceber que a pequena propriedade esteve praticamente ausente nessa primeira fase de organização produtiva gaúcha. Na realidade, essa sempre existiu, no entanto, a hegemonia do espaço latifundiário regional ofuscava a presença dos pequenos produtores, os quais não detinham poder político e econômico. Salienta-se que tanto no período colonial, como nos séculos XIX e XX, há registros de pequenos proprietários em torno dos latifúndios pastoris. Esses surgiram a partir da divisa das estâncias (em função de heranças), outros eram agregados, mas sem constituir um estrato social (CHELOTTI, 2009).

A partir do século XVII, com a decadência da mineração no centro do país, houve uma retração do transporte de gado de corte, uma vez que, a economia voltava-se para a produção do café, consolidando o sudeste brasileiro como polo central da economia nacional.

Tal fato, não permitiu a decadência da economia do estado gaúcho, pois novas formas de produção se inseriram neste período. Ressalta-se Rodrigues (2006, p. 28) quando a autora diz que

É importante salientar que mesmo com a retração do comércio da pecuária rio-grandense com o resto do país, não ocorreu a decadência da economia sulina, uma vez que, são agregados ao mercado, a cultura do trigo que junto com o charque passam a inserir o Rio Grande do Sul, cada vez mais, no cenário econômico tanto no mercado interno quanto no externo.

Portanto, neste período, a economia do Rio Grande do Sul já não dependia exclusivamente da pecuária, pois a agricultura encontrava-se em ascensão. Deste modo, faz-se necessário resgatar a evolução dos principais cultivos do Estado.

Em relação à atividade da pecuária, essa pode ser classificada em três grandes ciclos: a courama, as charqueadas e os frigoríficos.

Tem-se a courama como o primeiro grande ciclo da pecuária no Estado, pois envolveu uma primitiva relação de trabalho e produção no setor primário, pois o couro extraído consistiu-se como o principal produto de exportação, representando neste momento histórico, prosperidade e desenvolvimento. Neste ciclo, estabeleceu-se as primeiras formas de relações produtivas.

Nesta perspectiva, Rodrigues (2006, p. 31-32) ressalta que

A valorização econômica no Rio Grande do Sul aconteceu quando esse é chamado a desempenhar a função subsidiária de bens primários à economia dominante no centro do país. Isso ocorre, quando a mineração, altamente especializada, passa a necessitar de gado oriundo das Missões Jesuíticas. Desse modo, abre-se um grande mercado não só para o gado de corte, mas principalmente, para os animais de carga que servem para o transporte das minas, valorizando, cada vez mais, o gado.

No entanto, foi no final do século XVIII e início do século XIX, que a pecuária sulina se consolida por meio da atividade charqueadora (segundo ciclo), pois os mercados estavam se abrindo as novas frentes, tais como o gado em pé e o charque, uma vez que, o sudeste brasileiro necessitava da tração animal e de alimentos para os escravos nos cafezais. Ressalta-se que o couro não perde sua importância comercial, apenas houve a diversificação da produção pecuarista.

Devido a crescente expansão da produção de charque no Estado, houve um maior interesse na obtenção de sesmarias, o que intensificou a ocupação no interior oeste do Rio Grande do Sul. Neste sentido, alcançavam-se alguns dos objetivos da Coroa Portuguesa, que era a ocupação e a garantia de posse das terras. Estas áreas ocupadas, tornaram-se futuras ocupações como São Gabriel, Bagé, Dom Pedrito, Itaqui e São Borja, os quais com o decorrer do tempo foram desmembrando-se e formando outras unidades territoriais, que atualmente compõem a Mesorregião Sudoeste Rio-Grandense⁴, originando os latifúndios.

As charqueadas eram verdadeiras empresas rurais, pois tinham sua produção organizada, em que cada indivíduo possuía uma função específica. Ressalta-se ainda que, o ciclo do charque permitiu uma sociedade dividida, ou seja, de um lado os aristocratas do charque e o estancieiro, e do outro, o peão, o tropeiro e o negro (escravo) (VIEIRA e RANGEL, 1993).

Entretanto, faz-se necessário ressaltar que o ciclo das charqueadas representou o início do trabalho escravo (negro) no Rio Grande do Sul. Os escravos trabalhavam como peões das estâncias e nas charqueadas, sendo utilizados como força de trabalho. No entanto, a escravidão das charqueadas foram mais violentas do que nas estâncias, pela forma mais árdua de trabalho, pois os escravos eram expostos ao sol e ao sal (LOVE, 1975).

⁴ Conforme as divisões regionais do IBGE, a Mesorregião Sudoeste Rio-Grandense é uma das sete mesorregiões do Rio Grande do Sul, sendo formada por 19 municípios, os quais estão agrupados em três microrregiões (Campanha Ocidental, Campanha Central e Campanha Meridional).

Neste sentido, pode-se afirmar que o ciclo das charqueadas representou, por um longo período de tempo, a prosperidade econômica do Rio Grande do Sul, contribuindo para o desenvolvimento do espaço rural gaúcho, no âmbito social, político e econômico. Desta forma, Brum (1988, p. 26) afirma que a comercialização do charque permitiu “[...] rápida expansão a partir de 1780 tornando-se o principal produto da economia gaúcha até a primeira Guerra Mundial”.

A produção de charque tinha como finalidade abastecer tanto o mercado interno quanto o externo. No entanto, as charqueadas entraram em decadência com a inserção dos frigoríficos estrangeiros, após a Primeira Guerra Mundial (1914 - 1918). Os frigoríficos estrangeiros possuíam tecnologia superior aos nacionais, mantinham os preços da carne mais baixos e, além disso, a crise da Bolsa de Nova Iorque (1929) completou o quadro de dificuldades da pecuária gaúcha (PESAVENTO, 1982).

Além desses fatores, acrescenta-se que a pecuária gaúcha enfrentava concorrência com outras áreas de pecuária brasileira, aliada a falta de apoio através dos financiamentos, o qual era disponibilizado apenas para a agricultura (BEZZI, 1985).

No final do século XIX e início do XX, a oligarquia do charque começou a desaparecer. É, portanto, a decadência física e econômica deste importante ciclo para a história do Rio Grande do Sul, a qual foi gradativamente sendo transferida para os frigoríficos (VIEIRA e RANGEL, 1993).

Em relação ao impacto desta decadência sobre o *status quo* do pecuarista, Rodrigues (2006, p. 38) aponta que

Contudo, a decadência atinge a atividade charqueadora e não o estancieiro, que manteve seu status e influência sociopolítica, pois a instalação dos frigoríficos estrangeiros dinamizou e capitalizou a atividade criatória e não ameaçou a concentração da propriedade que continuou sendo símbolo de prestígio econômico.

Nesta perspectiva, a pecuária aderiu aos moldes capitalistas, mediante a presença dos frigoríficos (terceiro ciclo da pecuária), com a industrialização da carne, voltada para a exportação. Desenvolvendo-se através do melhoramento genético e de alternativas na busca de melhores condições para tornarem-se competitivos no mercado. Tal fato, justifica a origem europeia do rebanho gaúcho, o

qual foi trazido para esta finalidade, uma vez que, a concorrência com o rebanho platino era bastante significativa (VALVERDE, 1985).

Os frigoríficos instalados no Rio Grande do Sul neste período (Wilson, Anglo, Armour e Swift) eram oriundos de capital estrangeiro, ou seja, seus lucros e aplicações eram remetidos ao exterior, juntamente com a produção que era voltada ao mercado externo. A importância destes empreendimentos para a economia gaúcha relaciona-se com a possibilidade de venda para os pecuaristas. Ressalta-se ainda que os frigoríficos diversificaram a utilização e os subprodutos da carne, com a produção de produtos congelados e enlatados (VALVERDE, 1985).

Ainda que diversos investimentos estejam sendo realizados e a atual situação da pecuária esteja em um bom momento econômico, a criação extensiva continua predominante na microrregião em estudo. No entanto, já é possível ver um avanço na qualidade de criação dos animais, uma vez que, além do incremento genético, estão sendo realizada a plantação de pastagens para o gado, e o que se torna cada vez mais comum, é a utilização das restevas durante o inverno. Desse modo, é possível verificar o trabalho consorciado entre o pecuarista e o agricultor.

A respeito da agricultura no Rio Grande do Sul, o trigo representou o primeiro cultivo, sendo inserido pelos imigrantes açorianos, os quais chegaram ao Estado no ano de 1752, por meio de políticas de imigração da Coroa Portuguesa, que tinham como objetivo o povoamento territorial (povoar as Missões e controlar o litoral e sul em direção a atual fronteira com o Uruguai) (TORRES, 2004).

Ressalta-se que, a Coroa Portuguesa, além de objetivar a proteção das fronteiras, visava também, o incentivo à agricultura em um território baseado na pecuária. No entanto, os açorianos não tinham vocação ao trabalho nas lavouras, necessitando de mão de obra escrava (THOMAS, 1976).

Desta forma tinha-se a produção de trigo, baseada em mão de obra familiar, em pequenas propriedades. Além deste cultivo, os açorianos produziam hortaliças, frutas, legumes e cevada. Este momento representa o marco inicial do desenvolvimento da agricultura no Rio Grande do Sul (VIANA, 1974).

A partir do século XVIII, a triticultura no Rio Grande do Sul promoveu a riqueza de alguns produtores, possibilitando a ampliação das lavouras, e como consequência, a compra de escravos negros. Entretanto, a produção de trigo passou por diversas dificuldades em decorrência do mercado internacional, e também pela incidência da ferrugem nas lavouras, o que desestimulou muitos produtores

açorianos, os quais viram na pecuária, por meio da produção de charque, uma atividade econômica mais lucrativa (BEZZI, 1985).

Na tentativa de incrementar a agricultura e povoar os vazios demográficos, no Brasil foram adotadas políticas de imigração para atrair imigrantes europeus, que não fossem portugueses (as correntes migratórias iniciaram com os alemães, no ano de 1824 e com os italianos, no ano de 1875). Outro fator determinante, foi a iminência da abolição da escravatura, que acarretaria na falta de mão de obra (ROCHE, 1969).

No Rio Grande do Sul havia a necessidade de povoar a metade norte, atual Planalto sul-rio-grandense. Neste sentido, resgata-se Bezzi (1985, p.23) quando a autora afirma

o povoamento do Rio Grande do Sul pode ser dividido em duas fases distintas: povoamento na zona de campo ou ciclo pastoril, inicialmente e, povoamento na zona de mata ou ciclo de colonização européia, posteriormente. Portanto, a colonização ítalo-germânica completou a ocupação do Rio Grande do Sul, povoado inicialmente por luso-brasileiros, os quais desenvolveram a produção primária centrada na pecuária. Além disso, através da agricultura introduzida pelos europeus consolidou-se o caráter econômico do Estado baseado no setor primário e com uma estrutura fundiária dividida entre pequenas e grandes propriedades, consolidando os minifúndios e os latifúndios como importantes agentes modeladores do espaço gaúcho.

Salienta-se que a colonização no Rio Grande do Sul, além de ocupar os vazios espaciais, tinha como objetivo contrapor as grandes propriedades criadoras de gado, por meio da implantação da agricultura em pequenos lotes de terra. Desse modo, ser imigrante implicava em ser colono.

Sobre os termos imigração e colonização, Brum Neto (2007, p. 107) destaca que estas palavras soam “quase como sinônimos”. Neste contexto, a autora salienta (2007, p. 108)

A palavra colonização teve vários significados entre os séculos XIX e XX, mas sempre atrelada a agricultura, pois essa era o fim primordial do processo de colonização. No século XIX, colonizar consistia em introduzir como novos habitantes, a mão de obra inexistente no lugar para fins agrícolas. Já, no século XX, procurando inovar a definição jurídica do imigrante, a legislação estabelece como critério a intenção do estrangeiro em se estabelecer num ponto do território e exercer uma profissão, de preferência agrícola. Os colonos foram os primeiros agricultores e artesãos rurais, ou seja, homens ligados à terra que exploravam, segundo a legislação.

Mesmo com a legislação, nem todos os imigrantes eram agricultores, pois para muitos deles, a migração para o Brasil, era uma possibilidade de fugir das dificuldades e dos conflitos de seus países, reconstruindo suas vidas no território brasileiro.

As colônias agrícolas no Rio Grande do Sul prosperaram devido a alguns fatores históricos, tais como a distância das estâncias pecuaristas que detinham o poder, e também, ao fato de as grandes propriedades que tinham como principal produto a pecuária bovina de corte, em caráter extensivo. Neste sentido, o colono/agricultor (imigrante) constituiu um dos pilares da sociedade gaúcha, tanto na economia como na construção cultural (LANDO e BARROS, 1992).

Nesta perspectiva, os imigrantes que se instalaram na Microrregião da Campanha Meridional contribuíram para a economia regional, inicialmente, por meio da inserção da lavoura orizícola, a partir de 1920. Essa foi marcada pelo processo de despecuarização espacial, ou seja, a cedência de terra por parte do latifúndio pastoril à agricultura, estruturando uma nova configuração. Desse modo, tem-se a dicotomia produtiva (pecuária-arroz) e uma sociedade dual, composta por pecuaristas e agricultores, responsáveis por novas articulações sociais (BEZZI, 1985).

A rizicultura se desenvolveu no Estado mediante à presença de mercados favoráveis e de incentivos através de políticas governamentais. Essa atividade econômica era basicamente voltada para o mercado interno, pois, ao contrário dos demais estados brasileiros, o Rio Grande do Sul inseriu-se no cenário econômico nacional através da produção de alimentos. Essa atividade teve impulso através do crescimento do mercado consumidor de alimentos nos centros urbanos e pelo desenvolvimento de uma política tarifária sobre as importações do arroz estrangeiro, estabelecendo uma proteção econômica à rizicultura gaúcha (VIEIRA e RANGEL, 1993).

Esta dinâmica só foi possível através da inserção da lavoura empresarial altamente mecanizada e competitiva no mercado interno e externo, imprescindível para que se viabilizasse seu desenvolvimento, uma vez que, na sua maioria, as lavouras são realizadas via arrendamento de terras da pecuária. Dessa forma, o arroz caracteriza-se como a primeira lavoura capitalista no Estado gaúcho, apresentando, no decorrer do tempo, crescimento expressivo tanto em área como em produtividade (BEZZI; et al, 2006).

O desenvolvimento do cultivo do arroz no Rio Grande do Sul contou com fatores internos positivos, como os recursos naturais (clima e solo, podendo ser cultivado tanto no litoral, quanto nas várzeas da Depressão Central e nos solos de pradaria da Campanha Gaúcha), capital, força de trabalho e meios de transporte. No entanto, esta cadeia produtiva apresentou algumas crises ligadas à questão de financiamento, das potencialidades naturais e da concorrência com a importação do arroz, principalmente da Argentina.

Quanto ao desenvolvimento e perfil do orizicultor no Rio Grande do Sul, Pébayle (1971b, p. 42) afirma que

[...] a cultura do arroz era conhecida, se bem que pouco praticada no Rio Grande do Sul, desde o século XVIII. Passou ela do estágio de cultura de subsistência ao de grande cultura extensiva com a introdução da irrigação mecânica no início do século XX. A grande exploração do arroz invadiu, então, a depressão central e os litorais lagunares ocidentais antes de penetrar na Campanha pelos vales do Ibicuí, do Rio Santa Maria e o Uruguai, apesar da resistência do estancieiro. [...] O orizicultor é ainda um intruso sem terra, ele ilustra perfeitamente o tipo de fazendeiro vindo de outras regiões a procura de rápidos benefícios.

As fronteiras agrícolas se expandiram pelos campos da pecuária, via arrendamento e, posteriormente, algumas vezes pela compra. Em relação ao arrendamento de terra, destaca-se De David (1992, p. 28) o qual aborda

O arrendamento representou, na agricultura sul-rio-grandense, duas formas de inserção no modo de produção capitalista, o primeiro constituído por aqueles produtores não proprietários que através dessa prática, lograram o acesso a terra; e o segundo pelos estancieiros da Campanha Gaúcha, que tiveram, no arrendamento, uma forma de auferir renda através da cessão do uso do solo.

Desta forma, a estrutura fundiária não se alterou, pois as lavouras de arroz desenvolveram-se nas grandes e médias propriedades, via arrendamento, o que demonstra o caráter concentrador da posse da terra ligada ao pecuarista, os quais não se desfazem de suas propriedades. Nesta perspectiva, resgata-se Pébayle (1971a, p. 4), quando o autor afirma que “Os grandes proprietários [...] prosseguem com sua pecuária tradicional e não fazem mais do que alugar a preços elevados uma parte de suas terras”.

Neste sentido, a lavoura orizícola não encontrou resistência, por parte dos grandes proprietários, pelo contrário, o arrendamento da terra tornava seus campos

produtivos e rentáveis, uma vez que o lucro advinha do arrendamento das mesmas, independentemente de fatores físico-naturais, como estiagens, enchentes, entre outros fenômenos que podem comprometer sua renda.

A introdução de novas técnicas na agricultura e a entrada maciça de capital por meio de financiamentos, produziram uma nova dinâmica no meio rural. Os pecuaristas viam na adesão ao capitalismo rural, via agricultura, através da inserção de culturas capitalistas, ou então através do arrendamento de suas terras, como uma alternativa para saírem das crises (BEZZI, 1985).

Ressalta-se que no início do século XX, a rizicultura foi impulsionada no Estado gaúcho em decorrência do crescimento do mercado consumidor de alimentos nos grandes centros urbanos e também pelo desenvolvimento de políticas tarifárias sobre a importação do arroz estrangeiro, o que estabeleceu uma proteção econômica a este cultivo (PÉBAYLE, 1971a).

Entre os diversos fatores que contribuíram para a expansão das lavouras no Rio Grande do Sul, pode-se considerar o processo de modernização da agricultura, a qual se inseriu principalmente na produção de grãos. Neste sentido, ao mencionar o termo “modernização da agricultura”, baseia-se na definição de Graziano da Silva (1998, p.19), que considera que esse processo iniciou após a Segunda Guerra Mundial, por meio das mudanças na base técnica da produção agropecuária.

É importante salientar também que o conceito de modernização da agricultura apresenta significados distintos de acordo com os autores. Alguns avaliam que o processo modernizante impulsionou modificações nas bases de produção (uso intenso de técnicas e equipamentos, insumos e mecanização). Outros, consideram o processo de produção como um todo (somando as relações sociais de produção para esta análise). De modo geral acredita-se que a modernização da agricultura segue os moldes capitalistas, em que a tendência é beneficiar determinados produtos e produtores, fortalecendo, cada vez mais, as monoculturas. Devido a isso, pode-se falar em “industrialização da agricultura”, pois com a modernização, as lavouras tornaram-se empresariais, acendendo gradativamente um mercado de consumo para as indústrias de máquinas e insumos (GAIOVICZ e SAQUET, 2009).

Paiva (1975), em relação ao processo de modernização ressalta a importância de compreender os termos “adoção” e “difusão” das técnicas modernas. Nesta perspectiva, o autor (1975, p. 124) contextualiza

A adoção é um fenômeno de características microeconômicas, basicamente de alçada direta dos agricultores, que julgam – com base principalmente nas perspectivas de vantagem econômica – se devem ou não substituir suas técnicas. Ao contrário, a difusão tem características macroeconômicas, uma vez que a modernização feita por um grande número de agricultores depende de outros elementos, inclusive do comportamento da economia geral [...].

Desse modo, a adoção e a difusão das inovações tecnológicas no campo, juntamente com a entrada maciça do capital, configuraram uma nova dinâmica no meio rural.

No Rio Grande do Sul, a aceleração da modernização no campo teve como resultado o aumento da produtividade e expansão das lavouras, fazendo com que o Estado, por meio do cultivo do trigo e do arroz tornar-se responsável pelo abastecimento interno do país. No entanto, com a inserção do cultivo da soja, há uma inversão, passando esta última, a assumir relevância nas exportações brasileiras (RODRIGUES, 2006).

Embora, o processo de modernização no estado gaúcho tenha iniciado pelo cultivo do arroz, foi o trigo o ator mais importante na modernização da agricultura.

O declínio parcial do trigo, devido à disseminação de pragas (ferrugem) e a concorrência de preços pelo trigo importado, permitiu que a cultura da soja tornar-se determinante na economia rio-grandense, principalmente no fim da década de 1960 e início da década de 1970. A demanda por essa cultura foi crescente, estimulando o melhoramento da produção. A partir de então, o Estado gaúcho cumpre a função de gerar divisas, no processo global de acumulação capitalista, com a exportação do grão. O binômio trigo/soja aproveitando a facilidade de comercialização e tecnificação da lavoura, utilizando os mesmos solos e mesmos equipamentos, fornecia condições para a retomada do desenvolvimento regional da agricultura (BEZZI, 1985).

Sabe-se que as políticas agrícolas visam o mercado externo. Desse modo, a cadeia produtiva da soja se desenvolveu por meio das indústrias de óleos, juntamente pela expansão da demanda tanto no mercado interno quanto externo.

De acordo com Conceição (1986, p. 25)

A soja foi introduzida no Brasil em 1908 por imigrantes japoneses ao se fixarem em São Paulo. No Rio Grande do Sul, foi introduzida seis anos mais tarde, onde permaneceu sem expressão econômica até 1947, quando teve início o primeiro surto de sua comercialização. Até então, era cultivada apenas em pequenas propriedades, sendo sua produção empregada como

forragem na alimentação de suínos. Tal fato caracteriza que sua produção era mais empregada para autoconsumo do que propriamente para comercialização.

A lavoura de soja se desenvolveu de modo mais intenso no Rio Grande do Sul, a partir das décadas de 1970 e 1980, sendo responsável por novos arranjos produtivos no setor primário. A soja começa a ter valor comercial, no momento em que se descobre a importância econômica, principalmente para o mercado externo. Paralelamente, ela é utilizada como suplemento alimentar para os animais e, na alimentação humana, o maior consumo é na substituição da gordura animal pelo óleo. Desse modo, a substituição das gorduras animais pelas vegetais foi o primeiro impulso do mercado para essa cultura.

As extensas áreas disponíveis, que caracterizam os latifúndios da Campanha Meridional, demonstraram-se favoráveis à incorporação, via arrendamento, da lavoura da soja. Essa expansão ocorreu de forma significativa em alguns municípios, nos quais as potencialidades naturais permitiram a introdução, via tecnologia desta cultura mediada pelo consorciamento e rotação de terra entre a tradicional matriz produtiva da pecuária e do arroz.

Conforme Moreira (2003, p. 30) “O desenvolvimento da indústria de óleos vegetais e, sobretudo os altos preços alcançados pelo produto no mercado internacional propiciaram uma grande expansão da sojicultura a partir dos anos de 1970”. Ressalta-se que a área plantada e a quantidade produzida de soja se encontram em expansão em todas as unidades territoriais que compõem a Campanha Meridional, com perspectiva de superação em produção e produtividade em detrimento das lavouras de arroz.

É importante salientar que o arrendamento do latifúndio para a lavoura empresarial, não determinou uma mudança na estrutura fundiária desta Microrregião, pelo contrário, o caráter concentrador da terra é ainda evidente.

As décadas de 1980 e 1990 foram marcadas nesta Microrregião, pela instalação de diversos assentamentos rurais⁵. Neste sentido, Medeiros (2007, p. 4) aponta que

⁵ Salienta-se que este trabalho não tem como objetivo verificar as causas, as lutas e as reivindicações dos assentados e dos movimentos sociais, apenas considera-se sua participação nas transformações espaciais da Microrregião Geográfica da Campanha Meridional.

Os assentamentos realizados na região da campanha gaúcha (mais especificamente os realizados na regional de Bagé), no final da década de 1980 e início da década de 1990, apresentaram uma série de dificuldades econômicas, estruturais, locacionais e políticas transformadas em motivo de lutas e reivindicações, que contribuíram de certa forma para o atraso no seu desenvolvimento. A falta de apoio por parte do governo Estadual e Federal foi um dos principais obstáculos para desenvolver esses assentamentos uma vez que não foram liberados recursos para a alimentação, auxílio moradia, obras públicas e obras de infraestrutura.

Os projetos de assentamentos rurais na Campanha Gaúcha consolidaram-se após um aparente esgotamento de propriedades a serem adquiridas em outras regiões do Rio Grande do Sul. A região da Campanha consistia em um “espaço de reserva de terra”, atraindo um elevado número de produtores familiares oriundos das áreas coloniais do norte do Estado (CHELOTTI; PESSÔA, 2007).

Neste sentido, é possível observar que houve uma reorganização do espaço agropecuário da Campanha Gaúcha, uma vez que, a produção familiar começa a ganhar importância na região. Tal fato, pode ser observado na tabela 1, a qual apresenta maior número de propriedades com menos de 100 hectares⁶, totalizando 284 propriedades em toda Microrregião.

Salienta-se que para a classificação da estrutura fundiária, utilizou-se o módulo fiscal (Art. 4º da Lei nº 8.629/93), que determina: minifúndio - imóvel rural de área inferior a 1 (um) módulo fiscal; pequena propriedade - imóvel rural de área compreendida entre 1 (um) e 4 (quatro) módulos fiscais; média propriedade - imóvel rural de área compreendida entre 4 (quatro) e 15 (quinze) módulos fiscais; e grande propriedade - imóvel rural de área superior a 15 (quinze) módulos fiscais⁷.

É importante ressaltar também que tanto a pequena quanto a grande propriedade têm sua economia baseada na pecuária de corte extensiva e recentemente na bacia leiteira. Tal característica diferencia a pequena propriedade da Campanha Gaúcha com as das regiões coloniais no norte do Estado rio-grandense.

⁶ A agricultura familiar é classificada de acordo com a Lei 11.326/2006, a qual determina que para ser considerada como tal, deve ter área até 4 módulos fiscais, em que a mão de obra utilizada deve ser predominantemente familiar e administrada pelos mesmos, em que essa seja sua principal fonte de renda. É importante salientar que na Microrregião, há pequenas propriedades altamente produtivas e capitalizadas, em que os produtores não dependem do campo para sobreviver. No entanto, acabam se enquadrando nas políticas para pequenos produtores, beneficiando-se de linhas de crédito.

⁷ O módulo fiscal varia para cada município. Para Aceguá, Bagé, Dom Pedrito e Hulha Negra, 1 módulo fiscal equivale a 28 hectares; em Lavras do Sul, corresponde a 20 hectares.

Tabela 1 - Dados sobre a estrutura fundiária por município da MRG Campanha Meridional

Estrutura Fundiária da Microrregião Geográfica da Campanha Meridional ano de 2006						
Tamanho de área (ha) por Estabelecimentos (unidades)	Aceguá	Bagé	Dom Pedrito	Hulha Negra	Lavras do Sul	Total MRG
Maior de 0 a menos de 1 ha	2	10	8	-	4	24
De 1 a menos de 2 ha	3	13	6	1	5	28
De 2 a menos de 5 ha	7	9	11	10	4	41
De 5 a menos de 10 ha	4	7	11	43	1	66
De 10 a menos de 20 ha	15	7	1	45	-	68
De 20 a menos de 50 ha	23	11	8	9	1	52
De 50 a menos de 100 ha	1	4	5	4	1	15
De 100 a menos de 200 ha	5	6	5	1	4	21
De 200 a menos de 500 ha	3	5	23	2	5	38
De 500 ha e mais	6	9	21	-	1	37
Sem declaração	14	51	58	9	57	189

Fonte: Sistema IBGE de Recuperação Automática, 2006.
Org.: ALVES, A. L. P., 2015.

De acordo com Chelotti; Pessoa (2007, p. 49), deve-se considerar que

Esses camponeses de origem luso-brasileira, diferentemente dos ítalo-germânicos, dedicaram-se à pecuária bovina e ovina e também ao cultivo de pequenas lavouras. Em função da sua proximidade com o espaço latifundiário regional, acabaram prestando serviços para os estancieiros.

Em relação às características originais dos pequenos produtores da Campanha Gaúcha, ressalta-se que há uma carência de estudos sobre os pequenos proprietários do sudoeste gaúcho, que histórica e socialmente se reproduziram às margens do espaço latifundiário (CHELOTTI, 2009).

Nesta perspectiva, a literatura existente assinala que a origem destes pequenos proprietários se reporta a diversos processos sociais, entre eles, a partilha de terras por heranças das grandes propriedades e a presença de uma população pobre (normalmente mestiços de índios e negros) que eram agregadas no interior das estâncias como mão de obra, onde além de criar seus próprios animais, ajudavam nas atividades gerais (os homens como peões e as mulheres nas atividades domésticas).

Na estruturação do espaço produtivo da Campanha Meridional, novos investimentos estão sendo realizados visando à dinamização desse espaço

produtivo, fomentando arranjos produtivos, tendo como atividades a fruticultura e a silvicultura.

Em relação à fruticultura, esse cultivo começou a receber incentivos a partir da década de 90, com o objetivo de diminuir as desigualdades econômicas, sociais e regionais da Metade Sul do Rio Grande do Sul. Para essa finalidade, vários setores governamentais juntamente com iniciativas privadas vêm elaborando estratégias de desenvolvimento via aproveitamento da vocação regional agrícola, diversificando as atividades do setor primário. Entre as medidas, pode-se citar o Programa de Desenvolvimento da Fruticultura Irrigada na Metade Sul/RS, criado em 1997 e o Programa Estadual de Fruticultura (PROFRUTA/RS), no ano de 2001 (RATHMANN; HOFF; PADULA, 2006).

Ressalta-se que ambos os programas têm como portfólio o incentivo para a adesão de agricultores a cadeias produtivas com rendimentos acima do padrão das tradicionais culturas da região, além de ter entre suas metas reverter o processo de importação de frutas, através de novos polos econômicos. Entre as particularidades desses, pode-se citar de acordo com Rathmann; Hoff; Padula (2006, p. 18)

a) o crescimento da demanda mundial de frutas na ordem de 5% ao ano, com tendência crescente; b) mais de 70% das frutas consumidas no mundo são de clima temperado, tendo o Brasil pequena participação neste mercado; c) existência de capacidade ociosa em câmaras frias de frigoríficos que podem servir para o armazenamento da produção; d) o Rio Grande do Sul tem potencialidades para tornar-se um grande produtor e exportador de frutas de clima temperado, dadas suas condições edafoclimáticas e disponibilidade de terras para o cultivo.

Os projetos de incentivo à fruticultura na Metade Sul do Estado podem ser considerados como alternativas para o desenvolvimento local/regional. A fruticultura é desenvolvida geralmente em médias e grandes unidades produtivas, quando essa é desenvolvida em pequena propriedade, normalmente o produtor é capitalizado com outras fontes de rendas distintas do campo. Neste sentido, é importante enfatizar que alguns pequenos produtores não se propõem a desenvolver este tipo de atividade, já que possuem menores espaços para produção, não podendo colocar em risco partes de sua propriedade para uma cultura sem lucro garantido. Desta forma, os pequenos produtores da Campanha Meridional desenvolvem hortigranjeiros e pecuária (corte e leiteira).

Neste sentido, pode-se afirmar que a fruticultura representa uma possibilidade e/ou alternativa para o desenvolvimento econômico local/regional das atividades agropecuárias, pois a fruticultura não concorre com as lavouras e a pecuária, uma vez que, são realizadas de forma consorciada. Entre os principais frutos cultivados na Campanha Meridional, tem-se: uva vinífera, uva de mesa, oliva, melancia, pêsego e figo. Ainda em pequena escala, tem-se o cultivo de melão e frutas cítricas, tais como a laranja e a bergamota.

Entre os diversos fatores que contribuíram para a inserção da fruticultura na Campanha Gaúcha, o fator determinante foi o clima favorável a esta atividade apresentando características similares ao clima da região do Mediterrâneo, criando condições propícias principalmente para o cultivo de uvas viníferas.

O Programa Estadual de Fruticultura aponta alguns problemas quanto a cadeia produtiva da fruticultura, entre os principais entraves estão a alta perecibilidade das frutas. Desta forma, projetos mais modernos deveriam ser instaurados para a conservação dos frutos. Para que isso seja possível, é necessária a implantação de câmaras frias, o que resulta em um maior prazo de validade dos frutos até chegar ao mercado consumidor interno ou para a exportação (GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, 2003).

Neste sentido, João et al (2002, p. 76) afirmam que

É sobremaneira importante que cada fruta tenha a sua cadeia produtiva devidamente estruturada, fato que começa pelo seu estudo. Os diversos segmentos, desde viveiristas, fruticultores, comerciantes e industriais devem ter relações fortes entre si e formarem parcerias com entidades públicas e privadas. Somente unidos em torno do seu produto e buscando qualidade é que estarão preparados para os desafios, ameaças e oportunidades vindas do mercado (local, estadual, nacional e exterior).

É importante enfatizar também que esta proposta de diversificação da produção, não substitui os cultivos tradicionais. Elas coexistem com a matriz econômica (pecuária-arroz-soja), sendo um complemento e/ou alternativa produtiva, uma vez que, os períodos de safras da fruticultura são distintos aos da lavoura. Assim, é possível ao produtor, uma distribuição dos rendimentos ao longo do ano.

Além da fruticultura, novas atividades econômicas estão sendo inseridas na Campanha Meridional, transformando a paisagem cultural e as relações de trabalho local/regional. Enfatiza-se que o florestamento, o qual se configura como uma atividade que visa dinamizar as atividades econômicas existentes nessa MRG, se

constitui em uma estratégia econômica que vem se consolidando através do plantio de *pinus*, eucaliptos e acácia negra.

O incentivo para atrair indústrias do setor florestal partiu do Governo do Estado, na perspectiva de dinamizar a economia estadual e alicerçar o desenvolvimento da Metade Sul do Estado. Resgata-se Binkowski (2009, p. 20) quando o autor aborda

Em meados de 2004, a partir de uma política pública do governo do estado, empresas do setor florestal foram atraídas para o Rio Grande do Sul na intenção de expandir a produção florestal e alavancar o desenvolvimento da região da “Metade Sul”. Em meados de 2005 tais empresas iniciaram os primeiros investimentos através de compras e arrendamento de terras, efetuaram também os primeiros plantios de eucalipto em novas áreas, ainda existia a previsão de construção de duas fábricas de celulose, além da duplicação da fábrica já existente no RS. Na ótica do Estado essa política florestal iria reerguer a economia estadual.

Desta forma, o plantio tem financiamento de grandes grupos ligados à produção de celulose, como Stora Enso e Fibria (incorporação das ações da Aracruz Celulose pela Votorantim Celulose e Papel em 2009). Enfatiza-se que através de estudos realizados pela empresa Stora Enso na América Latina, o Rio Grande do Sul apresentou as condições competitivas ideais como: área disponível, qualidade do solo, logística, disponibilidade de mão de obra e possibilidades para o plantio de eucaliptos e *pinus*, que originam, respectivamente, a celulose de fibra curta e longa.

Os investimentos desses grupos ocorrem a partir da aquisição de extensas áreas, cedidas por arrendamento ou através de vendas oriundas dos latifúndios. Neste sentido, a concentração fundiária persiste nesta MRG, pois as extensas dimensões de terras estão centradas apenas nas mãos de grandes latifundiários e, na atualidade estão também sob o domínio de grandes grupos empresariais. Nenhuma das novas estratégias econômicas, nesse recorte espacial, ameaçou a concentração da terra.

Entretanto, a iniciativa florestal tem despertado a reação da comunidade ambientalista, que adverte para os riscos ambientais que a plantação monocultora de *pinus* e eucaliptos podem trazer para a MRG em estudo. Com relação a preocupação ambiental Binkowski (2009, p. 21) ressalta que

[...] a partir das primeiras movimentações das empresas florestadoras no estado, iniciaram-se também os primeiros sinais de alerta de grupos ambientalistas. A base do argumento dos ambientalistas era que os plantios

de eucalipto estavam sendo realizados em áreas do bioma Pampa e que, portanto, estas áreas seriam destinadas à conservação ambiental pela riqueza de biodiversidade lá existente. [...]. Nesse ínterim, o debate sobre a expansão da silvicultura de eucalipto já havia tomado lugar nos meios de comunicação social e atingido a sociedade gaúcha, que via o tema ser debatido através de programas de TV, rádios e jornais. A partir daí novos atores sociais ligados aos movimentos sociais, às instituições públicas e privadas, aos meios de comunicação social e cientistas-pesquisadores representando o âmbito da ciência agregaram-se ao debate. No debate percebia-se que as disputas eram entre representantes de grupos ambientalistas e de movimentos sociais *versus* governo do Estado, empresas florestadoras e representantes da política institucional, cada um tentando legitimar o seu discurso perante a sociedade.

A advertência assenta-se no fato de que a plantação de espécies exóticas e de grande porte poderá ser responsável por prejuízos ambientais às reservas hídricas, problema que já existe há décadas na MRG 031, antes mesmo das primeiras plantações, em que o Município de Bagé é o mais problemático neste quesito, uma vez que, já aconteceu de ficar vários meses com racionamento de água. Também ocorrem problemas ao solo, ao clima, à fauna e à flora.

As consequências ao meio natural, baseiam-se em discussões de cunho ecológico, pois afirmam que o eucalipto necessita de água abundante para o seu desenvolvimento, além de bloquear o crescimento da vegetação rasteira nativa do Pampa (BEZZI et al, 2006).

Nesta perspectiva, Santin e Reis (2007, p. 12) ressaltam que

Várias evidências apontam que os impactos das florestas plantadas sobre a quantidade de água nas microbacias podem ser mais ou menos severos, dependendo das condições hidrológicas regionais prevalentes, assim como na disponibilidade natural de água, em termos do balanço entre a precipitação média e a demanda evapotranspirativa de água. O eucalipto, por exemplo, é uma espécie que possui alto consumo de água, pois tem uma grande evapotranspiração, podendo ressecar o solo, secar olhos d'água, baixar o lençol freático, secar banhados, diminuir a água dos pequenos córregos e riachos. [...] Grandes extensões de florestas plantadas ainda limitam a biodiversidade, pois poucas espécies conseguem se desenvolver ao redor do eucalipto. Parte desse efeito se deve à grande capacidade do eucalipto de absorção de água do solo, o que causa um ambiente mais seco e também ao poder de biocontaminação desta espécie. Nas plantações localizadas na África do Sul, para 1,5 milhão de hectares plantados, outros 1,7 milhão de hectares foram invadidos pelo cultivo, através da disseminação das sementes pelo vento.

O debate sobre a silvicultura inclui também questões identitárias referentes à cultura gaúcha e a sua preservação, pois não apenas a MRG da Campanha Meridional, mas também das Microrregiões Geográficas da Campanha Ocidental e

da Central são consideradas recortes espaciais com forte identidade, onde os costumes e as tradições rio-grandense manifestam-se de modo significativo.

Considerando as informações referentes a esta nova cadeia produtiva, pode-se destacar que a ideia inicial, não era realizar a conversão da Metade Sul em uma área de florestas, mas fornecer as propriedades rurais sistemas agrosilvopastoris⁸. No entanto, não foi o que ocorreu, pois em diversas propriedades, foram plantadas verdadeiras florestas de eucaliptos. Além das áreas que foram adquiridas pelas empresas para o plantio de árvores voltadas à produção de celulose, há também proprietários rurais que destinaram parte de suas terras para esta atividade, na tentativa de diversificar suas produções.

Neste contexto, pode-se dizer que o espaço produtivo deste recorte espacial, tem passado por diversas transformações, no que se refere à inserção de outras atividades, distintas da pecuária tradicional que caracteriza essa MRG. Tal fato demonstra a dinâmica do capital responsável por constantes mudanças na relação sociedade-natureza, mesmo em porções do espaço onde essa relação organizacional apresenta importante relação com a cultura e, conseqüentemente, distingue-se dos demais pela expressividade do regionalismo rio-grandense.

2.2 As abordagens conceituais sobre organização espacial, região, cadeias produtivas, globalização, políticas públicas, desenvolvimento regional e desenvolvimento rural

2.2.1 Organização Espacial

Para que se possa aprofundar questões relativas a organização espacial, é necessário, inicialmente, conceituar e compreender o espaço geográfico, o qual é um conceito complexo, dentre as categorias de análise da ciência geográfica.

Neste sentido, Santos (1996a, p. 119) conceitua o espaço geográfico como

[...] a natureza modificada pelo homem através do seu trabalho. A concepção de uma natureza modificada pelo homem [...] cede lugar a ideia

⁸ Sistema Agrosilvopastoril é o consorciamento entre a agricultura e a pecuária, juntamente com árvores e arbustos em uma mesma área de modo simultâneo. Na Campanha Gaúcha, conforme a Emater, os eucaliptos e pinus deveriam ser plantados em áreas degradadas e/ou improdutivas para conforto animal.

de uma construção permanente da natureza artificial ou social, sinônimo de espaço humano.

O espaço pode ser representado por diversos significados, no entanto, para a Geografia, a preocupação é o espaço humano ou o espaço social, procurando interpretar o lugar de vida e do trabalho do homem. Mediante esta afirmação, mostra-se a dificuldade de análise do espaço geográfico, a qual possui diversas formas e conteúdos, o que torna difícil sua definição e unificação.

Na tentativa de explicar o espaço geográfico, Santos (1996a, p. 120) questiona

Que é, então, o espaço do homem? É o espaço geográfico, pode-se responder. Mas o que é esse espaço geográfico? Sua definição é árdua, porque a sua tendência é mudar com o processo histórico, uma vez que o espaço geográfico é também o espaço social.

O espaço geográfico também pode ser entendido como a estrutura de relações sob determinação do social, e esta sociedade vista com sua expressão material visível, por meio da socialização da natureza pelo trabalho (MOREIRA, 1996).

Desta forma, o espaço precisa ser analisado pela sua totalidade, considerando o conjunto das relações realizadas através de suas formas e funções, pois cada espaço possui suas características e seu funcionamento, sendo resultado de uma práxis coletiva, a qual evoluirá de acordo com a sociedade que o criou. Desse modo, o conceito de espaço é central para a ciência geográfica, pois compreende o conjunto de formas representativas das relações sociais do passado e do presente (SANTOS, 1996a).

O espaço geográfico é organizado pelo homem vivendo em sociedade e, cada sociedade, historicamente, produz seu espaço como lugar de sua própria reprodução (SAQUET; SILVA, 2008).

Santos (1996a, p. 122) complementa o conceito de espaço, afirmando que “[...] o espaço é um verdadeiro campo de forças cuja formação é desigual. Eis a razão pela qual a evolução espacial não se apresenta de igual forma em todos os lugares”.

Neste sentido, fica evidente que o espaço não é somente um reflexo social/cultural, mas também como uma instância da sociedade, o qual embora

submetido à lei da totalidade, dispõe de certa autonomia, sendo organizado sob uma estrutura subordinada ou subordinante. O espaço é também, portanto, uma instância social, a qual tende a se reproduzir. Assim, o espaço se organiza sob a interação de diferentes variáveis.

O espaço deve ser analisado na forma de sistemas espaço-temporais, tais como a formação socioespacial, o papel do Estado-Nação, o tempo espacial ou tempo empírico, a totalidade espacial e o modo de produção. Outro fator importante para a compreensão do espaço são as rugosidades do mesmo, pois as formas passadas podem influenciar no presente e no futuro (SANTOS, 1996a).

A partir destas premissas sobre o espaço geográfico, torna-se importante, verificar como esse espaço se organiza e reorganiza mediante aos condicionantes sociais, culturais, políticos e econômicos.

O processo de produção da sociedade determina os meios e de que forma irá ocorrer as transformações espaciais, o qual pode ser produzido e reproduzido. Desta forma, o espaço constitui-se no palco para as diferentes atividades humanas, de acordo com seus distintos interesses (MORAES, 2009).

Neste contexto, Corrêa (1990, p. 54) nos diz que

A partir das necessidades do homem em termos de fome, sede e frio, verifica-se uma ação de intervenção na natureza. De caráter social, envolvendo um trabalho organizado coletivamente, implica uma certa divisão do trabalho e a definição do que, quanto e como será a produção.

Portanto, a intervenção do homem na natureza representa o momento inicial para que ocorra o processo de transformação, incorporando a natureza ao seu cotidiano do homem como meios de subsistência e de produção.

Nesta linha de raciocínio, Moreira (1996, p. 35) ressalta

O arranjo do espaço geográfico exprime o “modo de socialização” da natureza. Tal o modo de produção, tal será o espaço geográfico. O processo de socialização da natureza pelo trabalho social [...] implica uma estrutura de relações sob determinação do social.

É conveniente esclarecer que a expressão “organização espacial” possui vários sinônimos, tais como, estrutura territorial, configuração espacial, formação espacial, arranjo espacial, espaço geográfico, espaço social, espaço socialmente produzido ou simplesmente, espaço (CORRÊA, 1990).

Os objetos fixos ou formas dispostas espacialmente (ruas, casas, caminhos, morros, etc.) estão distribuídos e/ou organizados sobre a superfície terrestre de acordo com alguma lógica. Assim, todas as formas em conjunto configuram a organização espacial da sociedade. Considera-se então, a organização espacial como a segunda natureza, ou seja, a natureza primitiva transformada pelo trabalho social.

Saquet e Silva (2008, p. 10) destacam que “[...] o espaço é organizado socialmente, com formas e funções definidas historicamente, pois se trata da morada do homem e do lugar de vida que precisa ser constantemente reorganizado”.

Sobre esta temática, Corrêa (1996, p. 32) contribui afirmando

A ação humana, que gera a organização do espaço, isto é, que origina forma, movimento e conteúdo de natureza social sobre o espaço, é caracterizada, nas sociedades integradas economicamente através de mecanismos de mercado, pela ação de atores que, ao se apropriarem e controlarem os recursos, sobretudo os recursos escassos, natural ou socialmente produzidos, tornam-se capazes de impor sua marca no espaço.

Durante a produção do espaço é necessário que se criem, no próprio processo, as condições de sua reprodução, sendo assim, o processo de produção é também reprodução. Desse modo, ao fixar no solo os seus objetos, frutos do trabalho social e vinculados às suas necessidades, um grupo possibilita que as atividades desempenhadas por estes alcancem um período de tempo mais ou menos longo, repetindo e/ou reproduzindo as mesmas.

Percebe-se então, que a organização espacial é constituída pelo conjunto de cristalizações criadas pelo trabalho social, pois a sociedade concreta cria seu espaço geográfico para nele se realizar e se reproduzir, e assim repetir sucessivamente, caso ao contrário, viríamos sociedades se extinguirem com o passar do tempo (SANTOS, 1996a).

De acordo com Moro (1990, p. 8) é importante enfatizar

A organização do espaço envolve o estudo das relações, das combinações, das interações, das conexões, das localizações que se processam de forma dinâmica no quadro de uma unidade espacial, entre os diversos elementos que a constituem, bem como as que se verificam entre as unidades espaciais.

Destaca-se também que a organização do espaço viabiliza a inter-relação entre os diversos setores da economia, uma vez que, as áreas produtivas compreendem, muitas vezes, a integração entre os produtos do campo e da cidade. Essa subdivisão da economia se constitui em um complexo sistema de produção que se modifica gerando a reorganização espacial.

Nesta linha de raciocínio, Corrêa (1990, p. 63) exemplifica que

Ao introduzirem um novo produto agrícola e a modernização tecnológica em uma área rural, as grandes corporações podem, direta ou indiretamente, alterar sua estrutura agrária: concentração fundiária, mudança nas relações de produção com uma nova força de trabalho constituída de boias-frias, emigração do excedente demográfico etc. Aceleram, ainda, o processo de exaustão dos solos e, em relação às cidades da área, alteram as suas funções, pela diminuição da produção de sua área de influência e pelo novo modelo de demanda rural.

Mediante a esta afirmação, constata-se que as transformações no processo produtivo e a modernização da agropecuária são representadas pelo uso de tecnologias modernas e do capital, com a inserção de novos cultivos e mudanças nas relações de trabalho.

Os atores econômicos são geralmente, representados pela ação do Estado, pelas grandes corporações e por interesses particulares, bem como, os políticos. Estes atores têm como meta a acumulação de capital e reprodução da força de trabalho e, são normalmente, os principais processos que interferem na organização do espaço (MORAES, 2009).

Mais uma vez resgata-se Corrêa (1990, p.60) quando o autor enfatiza que a organização espacial

[...] realiza-se sob o comando do capital, quer dizer, dos diferentes proprietários dos diversos tipos de capital. Também é realizado através da ação do Estado capitalista. Isso quer dizer que o capital e seu Estado são os agentes da organização do espaço. Daí falar-se em espaço do capital.

Nesta perspectiva, a análise da organização espacial, no atual período técnico-científico-informacional, é complexa, uma vez que, a técnica se insere de forma desigual no espaço, acarretando resultados diversos, pois a mesma reflete as distintas formações socioespaciais, e o estágio técnico das sociedades. Neste contexto, Santos (1996a, p. 122) afirma que “O espaço é um verdadeiro campo de

forças cuja formação é desigual. Eis a razão pela qual a evolução espacial não se apresenta de igual forma em todos os lugares”.

Desta forma, a organização espacial ocorre principalmente via planejamento com ações do Estado, ou por meio de alianças de grandes corporações capitalistas. Pode-se afirmar que a inserção do capital permite que determinados locais se organizem e/ou reorganizem de forma desigual no espaço, pois é através da demanda do mercado, do grau de desenvolvimento técnico e da presença de novos arranjos econômicos, que os lugares se diferenciam.

2.2.2 Região

O conceito de região na evolução do pensamento geográfico adquire uma ampla gama de significações, desde o senso comum a um sentido técnico-científico, pois o termo região, não apenas faz parte do linguajar do homem em seu cotidiano, como também é um dos conceitos tradicionais na Geografia. É considerado complexo e se faz presente nos debates entre os geógrafos.

Tal fato pode ser observado em uma consulta simples ao dicionário, nesse irão constar diversas explicações para esta categoria analítica. No entanto, na ciência geográfica, este termo incorpora as concepções de localização, direção, “domínio de um determinado local” ou “espaço ocupado por alguma coisa” (HAESBAERT, 2010).

No sentido etimológico da palavra, região deriva do latim *regere*, palavra composta pelo radical ‘reg’, que significa domínio, poder e que deu origem também a outras palavras como regente, regência, etc. Desta forma, a ideia de região está ligada desde a sua origem a mecanismos de dominação, os quais são resultantes de uma situação hegemônica, de posse, de conquista e de poder (BEZZI, 2004).

O conceito de região sempre esteve associado a uma parcela ou recorte do espaço e em múltiplas escalas, desde a análise do corpo humano (Biologia e Medicina) até ao globo terrestre (regiões climáticas, econômicas, políticas, entre outras). Para a geografia, a região possibilitou recortar espaços, tanto para servir como orientação, como para compreender e interpretar o espaço geográfico. De acordo com Lencioni (1999, p. 92) “[...] a Terra constitui um todo orgânico e a região, uma parte deste organismo”.

Corrêa (1997, p. 193) complementa esta conceituação, afirmando que

A diferenciação de áreas [...] constitui-se na base da possibilidade de se poder falar em região. Mas a diferença de áreas não está, no nosso entender associada à noção de unicidade harstshoniana. Não se associa à ideia de singularidade, que entendemos vincular-se ao conceito de lugar, mas sim a ideia de particularidade, isto é, uma mediação entre o universal (processos gerais advindos da globalização) e do singular (a especificação máxima do universal).

Pode-se interpretar que a região para Corrêa, representa a mediação entre o singular e o universal, entre o local e o global. O processo de globalização, a circulação de informações e a dinâmica do modo de produção representam a tensão entre o global, o local e o regional que dimensionam e recompõe o Estado nacional. Desta forma, a noção de região é fundamental na análise espacial, o que não se pode atualmente, é utilizar a ideia de região nos moldes clássicos (LENCIONI, 1999).

Santos (1996b, p. 196) destaca que nas “[...] condições atuais da economia universal, a região já não é uma realidade viva, dotada de coerência interna... A ausência de uma ‘autonomia’ regional é paralela à falência da Geografia Regional considerada nos moldes clássicos”.

Para Haesbaert (1999, p.32) deve-se considerar que

A região enquanto conceito, na interação sujeito-objeto, não pode cair nem na visão de região como algo auto evidente a ser “descoberto” (seja como realidade “natural”, seja como “algo vivo percebido pelos homens”) nem como simples recorte apriorístico, definido pelo pesquisador com base unicamente nos objetivos de seu trabalho. Assumimos aqui a posição, da região enquanto conceito, veículo de interpretação do real.

No Rio Grande do Sul, as primeiras divisões regionais eram determinadas pelas características físicas da paisagem. Entre as paisagens mais tradicionais, tem-se a região da Campanha Gaúcha. Na tentativa de haver uma delimitação específica, baseada em critérios, não apenas físicos, mas também econômicos e sociais, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), dividiu em Mesorregiões e Microrregiões.

Para determinar as mesorregiões foram estabelecidos alguns parâmetros: quadro natural como condicionante e a rede de comunicação e de lugares como elemento da articulação espacial. Desta forma, entende-se por Mesorregião, IBGE (1990, p. 8)

[...] uma área individualizada em uma Unidade da Federação que apresenta formas de organização do espaço geográfico definidas pelas seguintes dimensões: o processo social como determinante, o quadro natural como condicionante e a rede de comunicação e de lugares como elemento de articulação espacial. Estas três dimensões possibilitam que o espaço delimitado como mesorregião tenha uma identidade regional. Esta identidade é uma realidade construída ao longo do tempo pela sociedade que aí se formou.

Na determinação das microrregiões foram selecionados dois indicadores: a estrutura de produção e a interação espacial. Em que o primeiro, constitui-se na análise da estrutura da produção primária, relação de produção, nível tecnológico e emprego de capital, além de considerar o grau de diversificação da produção rural e industrial. No segundo, considera-se a influência dos centros sub-regionais e centros de zona, como elementos articuladores dos processos de coleta, beneficiamento, expedição de produção e distribuição dos bens e serviços. Como conceito de Microrregião, o IBGE (1990, p. 8) aborda

As microrregiões foram definidas como partes das mesorregiões, que apresentam especificidades quanto à organização do espaço. Essas especificidades não significam uniformidade de atributos, nem conferem às microrregiões autossuficiência e tampouco o caráter de serem únicas devido a sua articulação a espaços maiores, quer à mesorregião, à Unidade da Federação, quer à totalidade nacional. Essas especificidades referem-se à estrutura de produção agropecuária, industrial, extrativismo mineral ou pesca. Essas estruturas de produção diferenciadas podem resultar da presença de elementos do quadro natural ou de relações sociais e econômicas particulares.

Enfatiza-se que nesta pesquisa, o conceito de região é entendido de acordo com a Geografia Crítica, sob a perspectiva da região como uma resposta local aos processos capitalistas (GILBERT, 1988). Ressalta-se que esta escolha se deve as transformações espaciais, decorrentes da inserção de novas cadeias produtivas, as quais representam a dinâmica do capital sob um recorte espacial tradicional, baseado na pecuária, diversificando-o e transformando-o.

2.2.2.1 A região como resposta local aos processos capitalistas

Os trabalhos geográficos que se fundamentam na análise marxista se caracterizam por estarem preocupados com as desigualdades e com o processo de acumulação do modo de produção capitalista. Neste contexto, muitos estudos

regionais são produzidos a partir da análise do desenvolvimento desigual das regiões, procurando buscar suas causas e consequências.

Neste caso, a existência de regiões desigualmente desenvolvidas é atribuída à articulação dos modos de produção, o qual pode transcender os limites geográficos de um Estado – Nação, assim como pode ater-se a uma área menor no interior do mesmo. O desenvolvimento desigual é resultado da articulação entre o modo de produção capitalista (dominante) e os diferentes modos de produção, surgindo “espaços” ou “regiões” dominantes e dominados (LIPIETZ, 1988).

Para Lipietz (1988, p. 77) deve-se considerar que

[...] a nacionalidade expressa unicidade de práticas sociais, costumes, linguagem, etc. [...] esse conjunto de fatores proporciona uma unicidade interna à formação social, unidade esta cimentada essencialmente no Estado, através de suas instituições e de comportamento no sentido de arbitrar os conflitos sociais capitalistas. [...] a nacionalidade determina limites geográficos, no interior dos quais cumpre a examinar a formação das regiões.

Há autores, como Oliveira (1981) que afirmam que o sistema capitalista tende a gerar a homogeneização dos espaços e regiões, em que as diferenças culturais seriam dissolvidas. No entanto, Santos (1996b, p. 196) contrapõe essa ideia, afirmando que

[...] a expansão do capital hegemônico em todo planeta teria eliminado as diferenciações regionais e, até mesmo, proibido de prosseguir pensando que a região existe [...] ao contrário, pensamos que [...] o espaço se torna mundial, o ecúmeno se redefine, com a extensão a todo ele do fenômeno da região. As regiões são o suporte e a condição de relações globais que de outra forma não se realizariam. Agora, exatamente, é que não se pode deixar de considerar a região, ainda que a reconheçamos como um espaço de conveniência e mesmo que a chamemos de outro nome.

Desta forma, pode-se observar que com o sistema capitalista e o processo de globalização, não ocorreu o desaparecimento das regiões, mas sim, acentuaram-se as diferenças regionais, em que as singularidades e as particularidades foram instigadas, tornando-se salientes frente a este sistema.

Analisar o espaço a partir de uma visão política e de articulação do capital pode transcender os limites geográficos de um Estado, ou pode delimitar-se a uma área menor no interior do mesmo. Desse modo, é possível constatar que a Geografia Crítica contribuiu na elaboração de novas diretrizes para a compreensão

da dinâmica espacial, privilegiando a preocupação com o social, a internacionalização do capital e a divisão internacional do trabalho (BEZZI, 2004).

A melhor forma para compreender a região é analisá-la por meio do modo de produção, ou seja, como essas ocorrem em diversas partes do globo, de acordo com suas especificidades regionais. Nesta perspectiva, Soja (1993, p. 192) aprofunda esta temática, destacando que “[...] o capital é um ator rude e irrequieto. Ele se empenha e negocia, cria e destrói, sem jamais ser inteiramente capaz de se decidir [...]”.

Neste sentido, a região adquire na atualidade uma flexibilidade maior, em detrimento da acumulação do capital, pois se busca o melhor arranjo espaço-temporal para atender às mudanças estruturais da sociedade (BEZZI, 2004).

Bezzi (2004, p. 193) afirma que para entender a região sob o viés do modo de produção, é necessário

[...] refletir sobre a importância de se compreender as diferentes geografizações das variáveis que “geram” uma região. Sabe-se que o modo de produzir é uma das principais variáveis e permite a formação dos distintos recortes regionais. Assim, é fundamental entender a região por sua história, de seus funcionamentos específicos, de suas relações, pelo seu arranjo particular, sempre em movimento.

Desse modo, a região como resposta local aos processos capitalistas é entendida sob duas visões. Em que na primeira, a região é a síntese espacial do processo de acumulação do capital, sendo então um fenômeno essencialmente econômico, e a segunda como uma formação social em um contexto materialista, abrangendo tanto a dinâmica social, como política e também econômica.

2.2.3 Cadeias Produtivas

A conceituação de cadeia produtiva foi desenvolvida para que se possa compreender a visão sistêmica, em que os diversos atores estão interconectados por fluxos de materiais, de capital e de informação, com o objetivo de suprir o mercado consumidor final com os produtos do sistema. Neste sentido, Haguenuer et al (2001, p. 6) conceitua cadeia produtiva como “[...] o conjunto das atividades, nas diversas etapas de processamento ou montagem, que transforma matérias primas básicas em produtos finais”.

A gênese deste conceito está baseado na produção agropecuária e florestal. No entanto, com o decorrer do tempo, foi sendo utilizado em outros setores, o que permitiu utilizar as suas capacidades e ferramentas para a formulação de estratégias e políticas de desenvolvimento em uma ampla gama de processos produtivos. Neste sentido, Castro; Lima; Cristo (2002, p. 8) enfatizam

[...] o conceito de cadeia produtiva originou-se no setor agrícola, a partir da necessidade de ampliação da visão de dentro da porteira para antes e depois da porteira da fazenda. Nesta concepção, uma cadeia produtiva agropecuária seria composta por elos que englobariam as organizações supridoras de insumos básicos para a produção agrícola ou agroindustrial, as fazendas e agroindústrias com seus processos produtivos, as unidades de comercialização atacadista e varejista e os consumidores finais, todo conectados por fluxos de capital, materiais e de informação.

Pode-se afirmar que a cadeia produtiva deve ser compreendida dentro de sistemas. Destaca-se que a análise sistêmica surge para ser utilizada em planejamentos estratégicos, visando buscar um marco conceitual para determinar estratégias de orientação, possibilitando maior compreensão, intervenção e gestão da agropecuária (JOHNSON et al, 1992).

Nesta perspectiva, Haguenaer et al, (2001, p. 6) afirmam

Cadeias intensamente integradas no país propagam, internamente à cadeia, movimentos de expansão ou retração, conformando, portanto, um espaço analítico privilegiado para a observação de mudanças estruturais na composição do PIB. Também aspectos relevantes da inserção externa da economia poder ser melhor apreendidos mediante o uso dessa categoria, analisando-se a articulação das cadeias nacionais com cadeias internacionais. [...] ampliam o mercado às atividades a montante da cadeia nacional e indicam possíveis fragilidades ou baixo dinamismo nos setores a jusante. [...] sinalizando áreas potencialmente críticas no caso do agravamento das restrições externas ao crescimento da economia.

Desta forma, a ideia de cadeia produtiva vem sendo utilizada pelas Ciências Sociais Aplicadas, Economia, Administração e pela Engenharia de Produção. Com a emergência deste novo conceito, o uso do termo “cadeia produtiva” tem por objetivo permitir ou facilitar a visualização, de forma integral, das diversas etapas e agentes envolvidos na produção, desde a distribuição, comercialização, serviços de apoio e até o consumo de uma determinada mercadoria.

Silva (2005, p. 1) afirma que a “[...] cadeia produtiva pode ser visualizada como a ligação e inter-relação de vários elementos segundo uma lógica para ofertar ao mercado *commodities* agrícola, in natura ou processadas”.

Mediante estas afirmações, Moraes (2009, p. 59) destaca que “[...] uma cadeia produtiva é um conjunto de etapas. Isso porque os diversos produtos passam por transformações e são transferidos até chegarem ao destino final”.

Enfatiza-se que cada cadeia produtiva demonstra sua função, para que se possa analisar, organizar e compreender os processos produtivos, podendo-se examinar os desempenhos e as oportunidades desperdiçadas em cada sistema.

De acordo com Castillo e Frederico (2010, p. 466) este conceito é mais difundido e pragmático, pois torna-se capaz de

[...] 1) permitir uma visão sistêmica, ao invés de fragmentada, das diversas etapas pelas quais passa um produto, antes de alcançar o consumidor final; 2) identificar “gargalos” que comprometam a integração dos diversos segmentos, garantindo ou promovendo a competitividade.

Sob esta linha de raciocínio, Silva (2005, p. 2) aponta

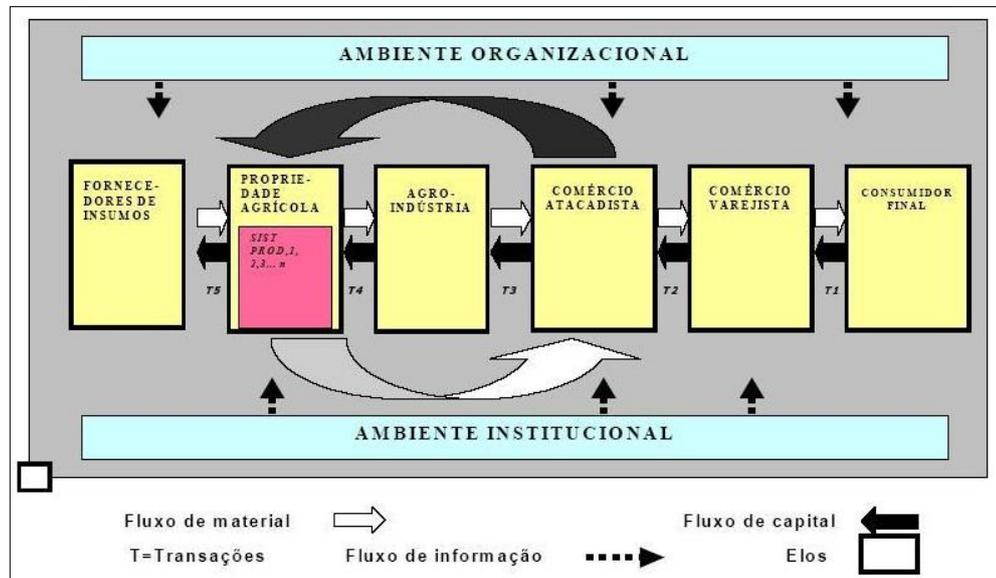
[...] conceito de cadeia produtiva possibilita: (1) visualizar a cadeia de forma integral; (2) identificar as debilidades e potencialidades; (3) motivar o estabelecimento de cooperação técnica; (4) identificar gargalos e elementos faltantes; e (5) certificar dos fatores condicionantes de competitividade em cada segmento.

Desse modo, pode-se entender o termo cadeia produtiva como a produção de qualquer produto, que envolva todos os elementos associados ao seu processo produtivo, desde a preparação da terra para o plantio, até o produto final nas mãos do consumidor. Na figura 2, tem-se, segundo Castro; Lima; Cristo (2002) o modelo geral de uma cadeia produtiva.

Castro; Lima; Cristo (2002, p. 8) examinam o modelo, contextualizando que

[...] identificam-se alguns elementos que são característicos de sistemas, como os componentes interconectados, neste caso organizações dedicadas a alguma função produtiva direta ou a processo conexo à produção, como a comercialização; os fluxos de materiais (setas brancas) de capital (setas negras) ou de informação (setas ponteadas). Os componentes que determinam a especificidade da cadeia produtiva para a agricultura são a propriedade agrícola e a agroindústria. Nestes, os produtos que serão comercializados e consumidos são especificados (por exemplo, soja em grãos, café em pó, carne enlatada).

Figura 3 - Modelo geral de uma cadeia produtiva



Fonte: CASTRO; LIMA; CRISTO, 2002.

No entanto, percebe-se que este modelo pode ser aplicado em outros tipos de atividades que não somente agrícolas, pois também pode ser usado no setor industrial, para isso, basta retirar o elo da propriedade agrícola.

Também de acordo com Castro; Lima; Cristo (2002, p. 8) é interessante analisar

Talvez por esta compreensão ampliada que a visão sistêmica oferece aos seus praticantes, o que iniciou como uma abordagem setorial, o enfoque de cadeias produtivas agrícolas, passou a ser adotado por outros setores da economia, como o setor industrial, gerando o enfoque em cadeias produtivas industriais. Esta evolução aponta na direção da universalização do conceito, para representar e compreender, orientar a intervenção e realizar a gestão de macroprocessos produtivos.

Percebe-se pela citação supracitada, a importância da análise das cadeias produtivas, as quais devem proporcionar qualidade e quantidade compatíveis aos consumidores finais. Pois uma cadeia produtiva será tanto mais eficiente quanto maior for sua capacidade de responder de modo satisfatório às demandas do mercado.

Dantas; Kertsnetzky; Prochnik (2002, p. 36) afirmam que “[...] as pressões competitivas por maior integração e coordenação entre as atividades, ao longo das cadeias, amplia a articulação entre os agentes”.

O estudo das cadeias produtivas permite ampliar a compreensão sobre o ambiente em que estão inseridas. A partir desta visão sistêmica, os atores locais/regionais podem compreender e se inter-relacionar, identificando os principais entraves e as potencialidades para que as mesmas possam competir (SILVA, 2005).

Ressalta-se então, a crescente organização das cadeias produtivas, as quais objetivam elevar a competitividade frente ao mercado, reestruturando seus processos produtivos, integrando diversas empresas e setores de produção, armazenamento, distribuição e comercialização.

2.2.4 Globalização, Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional

O processo de globalização ocorre com maior ou menor intensidade em diversos países, apresentando diferenciação dentro de um mesmo local. Isto ocorre devido à variabilidade de atrativos de determinado lugar, dentro de uma rede global. Estes atrativos estão relacionados a fatores, tais como potencialidades, tanto no mercado externo quanto no interno, importância e disponibilidade de matéria prima, políticas públicas em nível estadual e nacional e até mesmo o nível de corrupção da gestão.

Neste sentido, Campanhola e Graziano da Silva (2000, p. 15) afirmam

A globalização não distribui seus custos e benefícios igualmente entre os diferentes países, nem elimina a necessidade de haver a intervenção dos estados nacionais para a integração regional, pois toda a lógica do seu movimento tem um caráter de concorrência predatória e de especulação patrimonialista, que só pode ser contida e regulada por novas formas e por reforços dos mecanismos de intervenção delineados nas políticas públicas.

A globalização tende a excluir países, regiões, territórios e lugares, ela está longe de ser um fenômeno mundial de homogeneização, mas de exclusão, aumentando as desigualdades e diferenciando áreas. Nesta perspectiva, Santos (1996b, p. 271) afirma que "Não existe um espaço global, mas, apenas, espaços da globalização. [...] O Mundo, porém, é apenas um conjunto de possibilidades, cuja efetivação depende das oportunidades oferecidas pelos lugares".

Em um processo de globalização, para que haja o desenvolvimento local e/ou regional, é necessário que se busque um ponto de equilíbrio entre o local e o global, a fim de que se compreendam as relações existentes e suas interdependências, pois

há uma força das estratégias globais sobrepondo as locais/regionais (SANTOS, 1996b).

Em relação as estratégias locais sob a força do global e do capital, Soja (1993, p. 210) ressalta

A instrumentalidade das estratégias espaciais e locacionais da acumulação do capital e do controle social está sendo revelada com mais clareza do que em qualquer época dos últimos cem anos. Simultaneamente, há também um crescente reconhecimento de que o operariado, bem como todos os outros segmentos da sociedade que foram periferalizados e dominados, de um modo ou de outro, pelo desenvolvimento e reestruturação capitalistas, precisam criar contra-estratégias espacialmente conscientes em todas as escalas geográficas, numa multiplicidade de locais, a fim de competir pelo controle da reestruturação do espaço.

Desse modo, as estratégias locais são direcionadas de acordo com as forças globais, em que há uma dependência mútua. Mediante estas concepções, Campanhola e Graziano da Silva (2000, p. 17) abordam

A questão é que o global não pode existir sem o local, e o local é caracterizado por relações sociais que são estruturadas pelas relações sociais globais. É importante ressaltar que nem todas as atividades produtivas locais e regionais estão integradas em redes ou cadeias transnacionais. Há demandas por produtos locais e regionais que também são importantes e que se constituem em grandes oportunidades de negócio para os pequenos e médios produtores agropecuários ou empresários.

Para a estruturação de estratégias, destaca-se a relevância do papel do governo na gestão e na criação de políticas públicas que venham a contribuir no desenvolvimento local/regional, pois esse, dado o uso das atribuições que lhes são conferidas, deve representar e atender os anseios do Estado, pensando de modo estratégico e agindo com planejamento, almejando o bem público, a qual ocorre com a intervenção de políticas públicas (SILVA e BASSI, 2011).

De acordo com Silva e Bassi (2011, p. 316), o papel do Estado para gerar o desenvolvimento, deve-se entender que

O desenvolvimento de uma sociedade resulta das decisões formuladas e implementadas pelos governos em suas diversas instâncias, em conjunto com as demais forças da sociedade, sobretudo as de mercado. Em conjunto estas decisões e ações do governo e de outros atores sociais se constituem nas “políticas públicas”.

Nesta perspectiva, é importante destacar o papel das políticas públicas por parte do Estado que tem papel fundamental para o desenvolvimento local/regional, o qual é permanente no processo de criação e execução das mesmas. No entanto, se estrutura a partir de governos, os quais são transitórios e tendem a mudar os planejamentos da administração anterior.

Sob esta análise, Campanhola e Graziano da Silva (2000, p. 19) retratam

[...] pode-se citar a dependência da disponibilidade de recursos e do engajamento político dos executivos estaduais e municipais no processo, e o jogo de alianças e oposições entre governadores e prefeitos eleitos em um sistema pluripartidário. [...] observando-se agora os municípios, verifica-se que as políticas municipais têm sido fragmentadas, individuais e isoladas. Elas estão sujeitas à instabilidade administrativa: cada gestão muda os rumos e as prioridades, pois existe a cultura de que a continuidade das ações da gestão anterior não representa dividendos eleitorais para a gestão atual. [...] a falta de transparência nas decisões e na alocação dos gastos públicos, e a baixa eficiência redistributiva.

Então, torna-se fundamental, saber o papel do poder público na regulamentação, gestão e criação de políticas públicas, o qual difere entre lugares, regiões e até mesmo dentro de um país. Neste sentido, resgata-se Farah Júnior (2012, p. 39), quando o autor afirma

O Estado moderno tem vários papéis a desempenhar em uma sociedade como a brasileira, que tem características multiculturais, sociais, econômicas e produtivas. São realidades bastante diferentes em cada região, estados federados e, dentro destes, em suas diversas regiões. Portanto, não há uma regra e orientação única para que o poder público, em seus três níveis de poder, atue para atender as necessidades e demandas da sociedade.

Contudo, o planejamento para a gestão das políticas públicas torna-se um fator determinante, em que essas devem ser mais do que a geração de intenções, e sim a geração de ações, pois se sabe que existem inúmeras políticas públicas, e que se fossem executadas trariam diversos benefícios coletivos, porém, nem sempre são de fácil acesso a todos que necessitam.

Neste sentido, é importante a realização de diagnósticos e prognósticos para a execução de um planejamento, pois de acordo com Campanhola e Graziano da Silva (2000, p. 20)

Mediante um diagnóstico bem elaborado, pode-se identificar os principais problemas e reivindicações e propor as principais linhas de uma política de

desenvolvimento para o município. Entre essas linhas destacam-se: a qualidade de vida; a renda dos agricultores familiares; o acesso a novas tecnologias e alternativas de produção que garantam a qualidade e a conservação do meio ambiente; a infraestrutura produtiva e social; a assistência técnica e a formação profissional dos agricultores; a qualidade da educação rural; o acesso à saúde gratuita; a valorização do conhecimento e da cultura da população local, a participação dos jovens, mulheres e idosos; e a organização dos agricultores e sua participação nas decisões que envolvam as políticas para o município. [...] A elaboração de planos e políticas, porém, é apenas o início do processo. Resta saber como essas políticas serão implantadas e, mais que isso, como elas serão monitoradas e avaliadas.

Considerando o planejamento, não basta atrair grandes empresas, é necessário o planejamento das políticas públicas por parte do poder público para que elas sejam eficientes. É essencial que haja uma análise social, econômica e cultural de cada região e/ou lugar que se possa planejar. Para isso é necessário a contribuição da população, para que se construa juntamente a este grupo, propostas que venham a minimizar e/ou resolver as dificuldades locais/regionais.

No entanto, o que se tem realmente, é a influência direta de grandes empresas internacionais, as quais se sobrepõem ao Estado. Tal fato ocorre, pois se tem um Estado pouco organizado para atuar no planejamento territorial, promovendo o desenvolvimento de uma nação, estado, região ou município, deixa-se a mercê do capital o controle de regulação. Portanto, a ação pública concentra-se na atração de empresas, como se elas fossem a grande saída para o desenvolvimento (CARGNIN, 2011).

Desse modo, há muitas vezes o descaso com os interesses locais e regionais, em que o planejamento torna-se mera articulação governamental, sem que haja a participação e a integração da população neste processo. Neste sentido, Farah Júnior (2012, p. 50) relata

No estágio atual da sociedade brasileira há um consenso de que, embora o poder público tenha um papel relevante na ordenação e planejamento do futuro do país, estados e municípios, isoladamente o governo, embora disponha de muitos recursos não sob seu domínio todas as competências, recursos, habilidades e saberes para equacionar todas as carências da sociedade. [...] maior chance de sucesso quando ocorre a participação efetiva da sociedade por meio de órgãos e entidades que representem trabalhadores e empresários, instituições públicas e privadas de fomento, pesquisa, ciência e tecnologia, entre tantas outras existentes. É aqui que se requer por parte do poder público, a busca da integração e da sinergia às ações (governamentais e não governamentais) [...] que poderão ser realizadas em conjunto com a sociedade e encontrar a solução dos problemas local, regional, estadual, inter-regional e nacional.

Considerando a importância do planejamento em escala regional, Cargnin (2011) aborda que a grande dificuldade de realizá-lo, está relacionada ao fato de os representantes regionais não fazerem parte de uma estrutura político-administrativa do Estado, os quais não possuem capacidade direta de gestão e nem participação em orçamentos. Desse modo, os atores locais se sobrepõem aos regionais, negociando diretamente com escalas maiores. Neste sentido, é necessária a articulação desses últimos, priorizando o desenvolvimento da região e não apenas de um determinado local.

Sob o planejamento regional e sua implantação, Campanhola e Graziano da Silva (2000, p. 26) assinalam

Não há regras para o envolvimento dos atores na elaboração e implantação do planejamento regional integrado. As estratégias têm que ser sintonizadas com as condições específicas da região considerada (Volker, 1997). Para isso, é necessário que haja colaboração entre os diferentes atores, que significa mais que apenas predisposição para negociar e buscar objetivos comuns. Esse processo deve ser muito dinâmico, para poder rever qualquer decisão durante o transcorrer das atividades programadas. É muito comum haver frustrações e decepções, com conseqüente dissolução do grupo, devido a falhas e omissões no transcorrer do processo. Há necessidade, portanto, de haver flexibilidade institucional e organizacional e predisposição das lideranças para que isso não ocorra.

Para que haja o desenvolvimento regional, traz-se novamente Cargnin (2011, p. 274) quando o autor afirma que

[...] é necessário que se estabeleça uma maior prioridade para a questão regional no âmbito do Estado, tanto do ponto de vista da agenda política quanto dos recursos aplicados. Isso significa, entre outras ações, uma maior centralidade para o tema, com a discussão de uma ampla e duradoura política de desenvolvimento regional e, também, a priorização de recursos orçamentários e a requalificação da estrutura de planejamento territorial nas instâncias administrativas do Estado, que vêm caminhando no sentido contrário da valorização do tema ocorrida nas últimas décadas.

Sob o desenvolvimento regional contemporâneo, Becker (2003, p. 39) afirma que se pode distingui-lo por meio de dois processos contrários

[...] um, de transnacionalização dos espaços econômicos (globalização), que pode ser, em tese, considerado como sendo o da direção econômico-corporativa do desenvolvimento, uma ação exercida de fora para dentro e de acordo com interesses econômicos-corporativos, multinacionais, multisetoriais e multifuncionais; outro, de regionalização dos espaços sociais (localização), que pode ser considerada, em antítese, como sendo a reação socioambiental do desenvolvimento, uma contra-ação exercida de

dentro para fora e de acordo com os interesses sociais e ambientais dos agentes do desenvolvimento do lugar.

Desse modo, o desenvolvimento regional resulta de duas forças, a externa (dinâmica econômica e de reprodução do capital) e a interna (aspectos sociais e ambientais), em que ambas devem ser analisadas e consideradas para o desenvolvimento de políticas públicas. Porém, é nesse processo de integração dos interesses locais aos globais, que os agentes regionais encontram dificuldades.

No entanto, de acordo com Siedenberg (2003, p. 166) observa-se que

As diretrizes de desenvolvimento atualmente empregadas são uma mescla de experiências, resignações, restrições e possibilidades, e a globalização do conhecimento funde e reapresenta, constantemente, ideias, estratégias e práticas de sucesso com outras ainda não consolidadas ou, mesmo, com concepções e políticas que, pelas mais diferentes razões, não tiveram êxito em outros espaços.

Portanto, não basta aplicar uma teoria e/ou um modelo de desenvolvimento, para que as estratégias sejam eficazes, é necessário que haja o aproveitamento das diferenças regionais, por meio de suas vantagens e suas especificidades. O desenvolvimento não ocorre de modo uniforme no espaço, por isso têm-se regiões mais desenvolvidas, se comparadas a outras. Siedenberg (2003, p. 169) considera que “[...] os processos regionais de desenvolvimento se diferenciam entre si [...] porque envolvem diferentes atores e agentes em múltiplos contextos e tempos e em relações e interesses diversos”.

Com estas diferenciações regionais, têm-se espaços mais competitivos e estratégicos que outros. Neste sentido, Cargnin (2011, p. 54) diz que “[...] os territórios passaram a ser examinados a partir da habilidade articuladora e cooperativa dos atores e de sua capacidade de conectar-se com o capital global”.

Desta forma, o que se observa é uma influência global atuando sobre o regional e o local, pois essa vem influenciando diretamente, a partir de tomadas de decisões. Ou seja, a partir da escolha por determinada localização em um território específico, pensa-se unicamente em sua estratégia de mercado, gerando investimentos e oportunidades de empregos e negócios naquele local, acentuando ainda mais as desigualdades existentes. E o que se observa, é um Estado tentando regular e evitar ainda mais as fragilidades sociais e econômicas (CARGNIN, 2011).

Neste contexto, Bassan e Siedenberg (2003, p. 146) ressaltam que há pré-condições para que ocorra o desenvolvimento regional

[...] a existência de um processo de crescimento econômico (renda e produtividade). Além disso, é preciso um crescente processo de autonomia regional de decisão, ou seja, cumpre definir o estilo de desenvolvimento próprio de cada região, utilizando, assim, políticas específicas. Também, é preciso uma crescente capacidade regional para apropriar parte do excedente econômico ali gerado e revertê-lo para a região, a fim de diversificar a base econômica e conferir sustentabilidade, a longo prazo, ao seu crescimento.

É importante esclarecer que o conceito de desenvolvimento econômico entendido neste trabalho, não está sendo utilizado, como era entendido nas décadas de 60 e 70, o qual era baseado no crescimento econômico. Na atualidade, o desenvolvimento deve ser entendido como melhoria da qualidade de vida, muito mais do que apenas crescimento econômico.

Em relação ao termo “desenvolvimento”, Siedenberg (2004, p. 15) relata

Do ponto de vista histórico e semântico, o conceito de desenvolvimento já sofreu diversas metamorfoses e tudo indica que essa capacidade de transformação e de adaptação aos diferentes enfoques é uma de suas principais características, responsável pela sua vitalidade e longevidade como um conceito-chave, ao lado do qual já se perfilaram os mais diferentes adjetivos.

Pode-se afirmar então que não há uma única alternativa para alcançar o desenvolvimento regional, para isso, deve-se respeitar e compreender as particularidades locais, sejam elas de ordem social, econômica e/ou cultural.

2.2.4.1 Desenvolvimento rural

Um complexo conjunto de novos processos sociais e econômicos – associados usualmente à expressão “globalização” – veio à lume, alterando radicalmente a estruturação societária da maior parte dos países e seus modelos convencionais de interpretação e, por conseguinte, as propostas de ação, governamentais ou aquelas oriundas da sociedade civil. Criou-se, como se sabe, um período de incertezas e riscos, talvez sem precedentes. Neste quadro de mudanças rápidas, profundas e inéditas, o tema desenvolvimento – e desenvolvimento rural – gradualmente reapareceu no teatro dos debates e das disputas sociais, agora em escala global (NAVARRO, 2001, p. 85).

Para compreender o desenvolvimento rural é fundamental que se considere o homem que habita o meio rural e que depende das atividades agrárias para sobreviver, e não apenas avaliar os aspectos tecnológicos que apoiam à agropecuária.

De acordo com Brum (1985, p. 160), no atual modelo econômico

[...] a prioridade para o desenvolvimento da agropecuária não visa propriamente ao produtor e sua família, mas à economia como um todo na atual situação de crise acentuada. A partir de uma perspectiva economicista, distanciada do social, o produtor é percebido apenas como instrumento de produção. A agropecuária é meta prioritária não para o produtor rural, mas para o governo na busca do equilíbrio das contas externas, para a grande indústria de insumos modernos e de transformação, para o setor exportador e para o setor financeiro, além de uma pequena minoria de grandes produtores rurais, que são os maiores beneficiados pela política de expansão da agropecuária dentro do processo da modernização conservadora.

Entre as prioridades nas políticas públicas governamentais para o desenvolvimento da agropecuária, têm-se: a) aumentar a oferta interna de alimentos; b) evitar importações de produtos agrícolas que o país tem condições de produzir; c) aumentar as exportações, através da produção de excedentes; d) ampliar a demanda de bens industriais por parte dos produtores rurais, tanto de bens de capital como de bens de consumo; e) transferir recursos – humanos e financeiros – para o setor industrial; f) contribuir para atenuar a crise enérgica, incentivando a expansão de fontes alternativas (BRUM, 1985).

Neste sentido, observa-se as prioridades das políticas rurais baseadas sob o viés econômico. No entanto, para se pensar em desenvolvimento rural é preciso ir além deste fator, é necessário que haja uma aliança entre o social, o econômico, o ambiental e o cultural.

Em relação a questão social, um dos fatores mais importantes é tentar fornecer condições para que o homem permaneça no campo. Gerardi (1980, p. 27) afirma

Para que a justiça social se manifeste no campo, [...] que as atividades agrárias possibilitem melhoria de renda das populações com garantias de emprego e acesso à terra, de modo a fixar o homem ao campo, dando-lhes melhores condições de bem estar material. Além disso, certos aspectos de bem estar social como educação, assistência médica e previdenciária são dispensáveis para que se promova o desenvolvimento rural (tecnologia + apoio infraestrutural + melhoria do bem estar).

O espaço rural oferece uma estrutura econômica diversificada que vai bem além do caráter agrícola. Assim, o campo está em constante processo de modernização. A população rural passou a obter rendimentos nas adjacências das cidades, a própria indústria penetrou nos espaços rurais e reduziram-se as diferenças culturais entre o campo e a cidade. Atualmente, o meio rural é procurado pelo urbano, consumidores da natureza e das atividades que este proporciona, tendo-se um mercado voltado às trocas de produtos agrícolas e de equipamentos e tecnologias, estruturando uma teia de atividades e de fluxos econômicos.

Quanto aos aspectos ambientais ao desenvolvimento rural, a preocupação surge na década de 70, com o Relatório Clube de Roma, o qual questionava o crescimento econômico global sem limites, prevendo o esgotamento dos recursos naturais e as dificuldades na produção de alimentos (CAMPANHOLA e GRAZIANO DA SILVA, 2000).

Neste sentido, os recursos naturais e as questões sociais devem ser integrados aos fatores econômicos para criar estratégias de planejamento ao desenvolvimento rural. Assim, tem-se o Estado como o principal mediador do desenvolvimento rural, por meio da criação de políticas públicas. Delgado (2001, p. 16) explica que

[...] a intervenção do Estado na agricultura tem uma longa tradição – tanto nos países desenvolvidos como nos subdesenvolvidos ou em desenvolvimento – e seu objetivo fundamental tem sido regular os mercados agrícolas, garantindo preços e rendas para os agricultores, e [...] não seja comprometido pela escassez de produtos e por preços internos muito elevados.

Entre as formas de intervenção do Estado, pode-se classificar em dois tipos de políticas econômicas: a política macroeconômica e a política setorial. A primeira é composta pela combinação das políticas fiscal, monetária, comercial e cambial, afetando diretamente e indiretamente todos os setores da economia, inclusive a agropecuária. A segunda, refere-se à política econômica formulada com o objetivo de influenciar diretamente no comportamento econômico-social de um setor específico da economia nacional (indústria, agricultura, transportes, entre outros) (DELGADO, 2001).

Na política setorial, pode-se identificar três importantes tipos de políticas: a agrícola, a agrária e a política diferenciada de desenvolvimento rural. Para a política agrícola, Delgado (2001, p. 23) destaca que

[...] visa afetar tanto o comportamento conjuntural (de curto prazo) dos agricultores e dos mercados agropecuários, como os fatores estruturais (tecnologia, uso da terra, infraestrutura econômica e social, carga fiscal etc.) que determinam seu comportamento em longo prazo. Nessa visão, a política agrícola engloba tanto políticas de mercado (preços, comercialização, crédito), como políticas estruturais (fiscal, de pesquisa tecnológica e de extensão rural, de infraestrutura, e de recursos naturais e meio ambiente).

Sobre a política agrícola brasileira, embora esta seja incipiente, ela tem promovido a modernização e a transformação das propriedades agrícolas em empresas rurais, alterando o processo produtivo, sem ter envolvido parte considerável da população na tarefa de produzir (assalariados, parceiros, arrendatários) e discriminando o pequeno proprietário. Ressalta-se que esta modernização não deve ser confundida e atrelada ao desenvolvimento rural, pois esse último tem como função melhorar a condição de vida da população do campo (GERARDI, 1980).

Segundo Delgado (2001, p. 23) o objetivo das políticas agrárias é

[...] intervir na estrutura da propriedade e da posse da terra prevalece no meio rural, através de sua transformação ou regularização nas regiões onde a terra já foi historicamente apropriada privadamente (política de reforma agrária) e de sua influência no processo de ocupação de novas terras consideradas – pelas agências estatais ou pelos atores privados – como de fronteira agrícola (política de colonização). Isso significa que a política agrária é eminentemente uma política estrutural – de intervenção direta em estruturas existentes, tendo em vista sua alteração ou consolidação – e de longo prazo, pois seus efeitos serão plenamente percebidos apenas passado algum tempo após a sua implementação.

Nesta perspectiva, pode-se diferenciar a política agrícola da política agrária, uma vez que, a política agrícola traz sempre implícita uma política agrária, pois mesmo quando não há uma, sempre trará consequências na estrutura fundiária.

Outra subdivisão que Delgado (2001) cita, é a política diferenciada de desenvolvimento rural, a qual é direcionada aos segmentos de menor poder aquisitivo do campesinato. No entanto, essas políticas são mais difíceis de serem executadas, pois depende de um esforço coletivo na formulação de diretrizes. E

como no Brasil, a agricultura é articulada aos interesses agroindustriais, acabam não sendo executadas.

Na atualidade, o sistema econômico capitalista e globalizado necessita assegurar os mercados nacionais e internacionais para a comercialização de sua produção. Para que isso ocorra, é importante que haja a elaboração de políticas públicas eficazes, visando tanto os pequenos quanto os grandes produtores agropecuários, para que assim, se possa obter o desenvolvimento rural.

O paradigma da modernização da agricultura, que dominou a teoria, as práticas e as políticas, como a principal ferramenta para elevar a renda e o desenvolvimento das comunidades rurais, vem sendo substituído, por um novo paradigma, o do “desenvolvimento rural”, no qual se incluem a busca de modelos e objetivos para o setor agrícola, como a produção de bens públicos (paisagem), sinergias com os ecossistemas locais, a valorização das economias e a pluriatividade das famílias rurais (KAGEYAMA, 2004).

No entanto, o que se observa é o incentivo a monocultura, a qual beneficia apenas os grandes produtores capitalizados. Sob essa perspectiva, Brose (2000, p. 43) afirma que

O serviço público no meio rural criou a ideologia e a apologia da monocultura: criou-se o monopólio estatal do trigo, quebrando os moinhos coloniais; desvalorizou-se a produção diversificada; reduziu-se a pluriatividade, tornando o RS um estado que hoje precisa importar hortaliças, frutas, verduras, erva-mate, milho, leite, sementes, cachaça, mudas, laticínios, açúcar, embutidos, pescado, flores, palmito e madeira para abastecer sua população, subsidiando assim a produção do setor primário de outros estados e outros países.

Desta forma, o desenvolvimento rural implica a criação de novos produtos e serviços, associados a novos mercados, procurando formas de redução de custos, tentando-se reconstruir o setor agropecuário não apenas em escala local, mas também em escala regional e da economia como um todo.

Quanto às políticas de desenvolvimento rural, assume-se que a melhor alternativa para alicerçar a renda dos produtores rurais, é por meio da melhoria das atividades agropecuárias (CAMPANHOLA e GRAZIANO DA SILVA, 2000).

Como alternativa de renda para o setor agropecuário, cita-se a criação dos “nichos” de mercado, os quais são a produção de produtos com características

específicas, destinado a um determinado público. Nesta perspectiva, Campanhola e Graziano da Silva (2000, p. 17) ressaltam que

A par dessas tendências, está havendo uma mudança com o propósito de deslocar o poder e as políticas de um arcabouço forte nacional/fraco local para um arcabouço fraco nacional/forte local. A globalização está estimulando a reorganização local, com uma série de vantagens quanto às particularidades de uso do espaço e dos atores sociais envolvidos. A diferenciação e a inserção em mercados específicos e localizados – os chamados “nichos” – têm criado novas oportunidades para pequenos produtores e agricultores familiares, até mesmo nos países em desenvolvimento, onde os grupos têm sido menos privilegiados nos sucessivos processos de ajustes macroeconômicos.

Na atualidade, destaca-se a produção de produtos orgânicos, livres de agrotóxicos. Este “novo mercado” tem como demanda um público de renda mais elevada. Cita-se ainda, os selos de qualidade da carne, com indicação geográfica, que agrega valor ao produto. Estes mercados têm criado novas oportunidades aos produtores, diversificando e aumentando suas rendas (CAMPANHOLA e GRAZIANO DA SILVA, 2000).

Entre as principais políticas públicas voltadas ao meio rural que estão sendo executadas na Microrregião Geográfica da Campanha Meridional têm-se: Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF); Programa de Desenvolvimento da Fruticultura Irrigada na Metade Sul/RS, Projeto Dissemina, Projeto Olivais no Pampa, Projeto Mais Ovinos e Programa Estadual de Correção do Solo⁹. Apesar dos diversos programas de governo existentes, há a necessidade de planejamento e gestão dos mesmos, para que de fato ocorra o desenvolvimento rural neste recorte espacial.

⁹ Ressalta-se que estes programas e projetos serão analisados no Capítulo 5, uma vez que, esses contribuem para a avaliação de cada cadeia produtiva presente na Microrregião Geográfica da Campanha Meridional.

3 CARACTERIZAÇÃO E ORGANIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA DA MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA DA CAMPANHA MERIDIONAL

Neste capítulo será apresentada a formação dos municípios da Microrregião Geográfica da Campanha Meridional, bem como suas principais características físicas/naturais e socioeconômicas, para que se possa compreender sua estrutura atual.

3.1 Processo de formação dos municípios do Rio Grande do Sul e da Microrregião Geográfica da Campanha Meridional

A formação dos municípios no estado do Rio Grande do Sul tem início a partir das sesmarias e dos núcleos açorianos. A primeira divisão territorial em áreas administrativas ocorreu em 1809, em que a Província de São Pedro foi separada em quatro grandes municípios: Porto Alegre, Rio Grande, Rio Pardo e Santo Antônio da Patrulha. Com o decorrer do tempo, essas divisões territoriais foram se intensificando, chegando aos atuais 497 municípios (Figura 4).

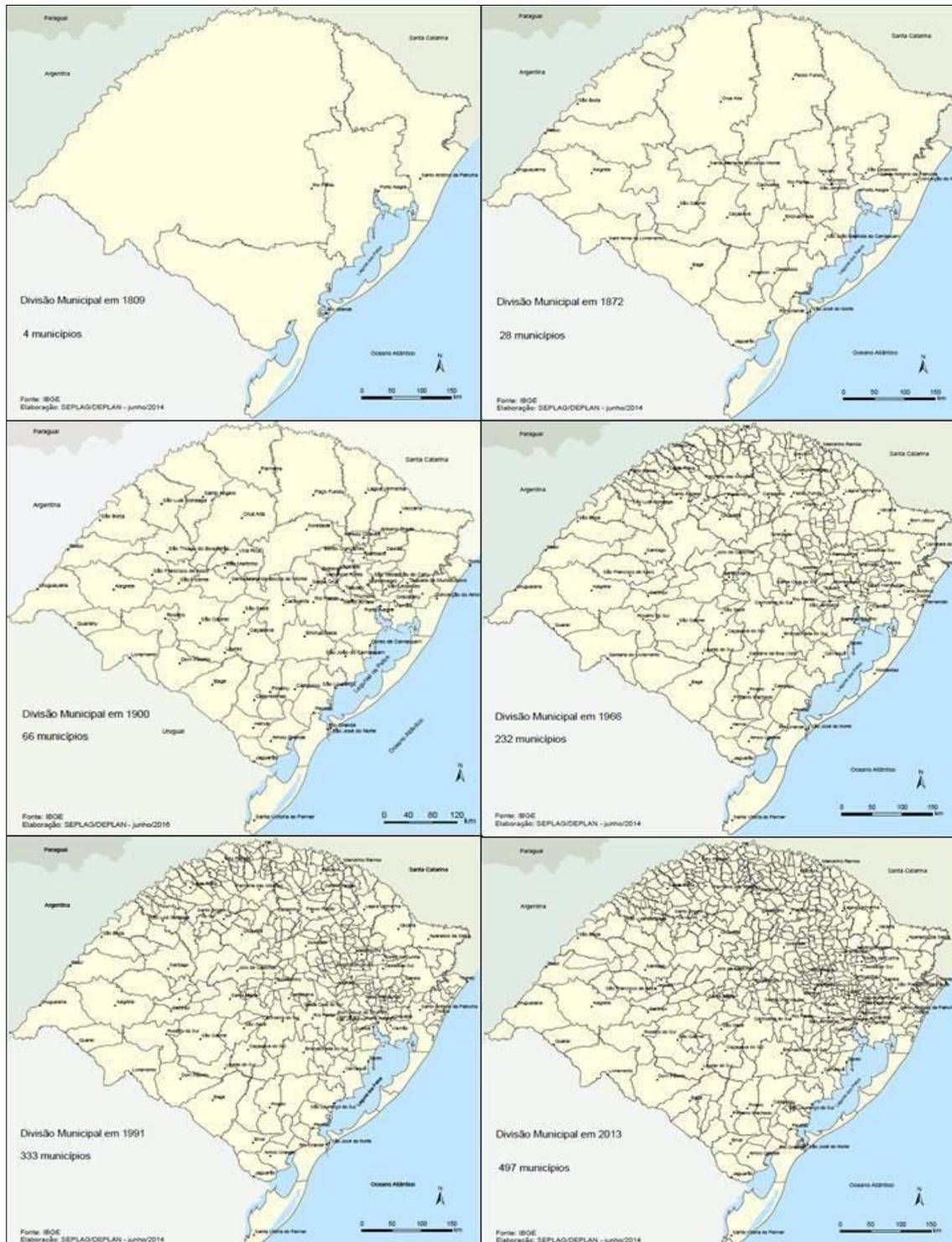
Nesse sentido, de acordo com a Secretaria do Planejamento, Mobilidade e Desenvolvimento Regional (s. d., s. p.), pode-se afirmar que:

O crescimento populacional e o fracionamento excessivo das colônias, somados à chegada de novos grupos étnicos, resultou na expansão das áreas coloniais para o norte do Estado. Em 1900 o Rio Grande do Sul possuía 65 municípios sendo que a maioria ainda se localizava no sul do território. As emancipações foram se intensificando a cada ano chegando em 1966 a 232 municípios, número que não se alterou por força de lei federal até o início dos anos 80. Durante esta década surgiram mais 100 municípios, 11 em 1982, 29 em 1987 e 60 em 1988. Finalmente, na década de 90, mais 164 municípios foram criados, 94 em 1992, 40 em 1995 e 30 em 1996, somando então, 497 municípios. Estes 30 novos municípios, no entanto, só foram instalados em 2001.

O sul do estado gaúcho, inicialmente, era mais densamente ocupado se comparado ao norte do Rio Grande do Sul. Essa configuração se manteve até a metade do século XIX, quando se iniciaram os fracionamentos territoriais. Isto ocorreu em função da economia provincial (com a estagnação da pecuária) e pela chegada dos imigrantes europeus, que tinham como intuito povoar e colonizar as

novas áreas, os quais se dedicaram à agricultura de subsistência e comercialização do excedente.

Figura 4 – Evolução das divisões municipais no Rio Grande do Sul 1809 a 2013



Fonte: Secretaria do Planejamento, Mobilidade e Desenvolvimento Regional (SEPLAG), s. d.
Org.: ALVES, A. L. P., 2015.

Salienta-se que a atividade econômica desenvolvida nas áreas de campo (Metade Sul), a qual era baseada quase que exclusivamente na pecuária extensiva, contribuiu para a formação de poucos municípios, mas com grandes extensões territoriais. Cita-se, também, que a concessão das sesmarias foi responsável por grandes extensões territoriais e latifúndios, os quais foram determinantes para a configuração territorial atual. Em comparação a Metade Norte do Rio Grande do Sul, o tamanho dos municípios é contrastante, apresentando maior número, porém, com menores dimensões. Tal fato se justifica pelo fato de que, diferentemente da Metade Sul, a Metade Norte foi dividida em pequenos lotes para os colonos imigrantes (RODRIGUES, 2006).

Nessa perspectiva, Rodrigues (2006, p. 96) afirma que “[...] o Rio Grande do Sul tem sua organização espacial configurada a partir de uma estrutura organizada e baseada na origem étnica e econômica do processo de ocupação e povoamento dessa porção do território nacional”.

Dessa forma, a maioria das novas unidades territoriais se encontra na região norte do Estado. A região sul sofreu poucas alterações territoriais. No entanto, a Microrregião Geográfica da Campanha Meridional, objeto de estudo desta pesquisa, apresentou alterações nos processos de desmembramentos territoriais.

É importante destacar que a primeira demarcação da região da Campanha Gaúcha ocorreu em 1941 pelo IBGE. Somente em 1966 foram delimitadas as zonas fisiográficas do Brasil. Na atualidade, a Campanha Gaúcha corresponde a Mesorregião Sudoeste Rio-Grandense (1989), composta por três microrregiões: Campanha Ocidental, Campanha Central e Campanha Meridional (IBGE, 2006).

Os municípios que compõem a MRG da Campanha Meridional se originaram, primeiramente, de Rio Pardo e Rio Grande, que com a evolução das divisões administrativas apresentaram inúmeros desmembramentos. Entre os municípios que na atualidade compõem a microrregião Bagé foi o primeiro a realizar sua emancipação, em 1846. Posteriormente, em 1872, Dom Pedrito (antigo Distrito de Bagé) realiza o mesmo feito. Já Lavras do Sul se emancipa do município de Caçapava do Sul em 1882.

Por aproximadamente um século, esta foi a configuração dos municípios que compõem a atual MRG da Campanha Meridional. Aceguá e Hulha Negra, os quais eram distritos de Bagé, adquiriram suas emancipações nos anos de 1996 e 1992, respectivamente. Ressalta-se também que esse período é marcado pelo intenso

processo de divisões territoriais que ocorreram após reformulações institucionais da Constituição de 1988, juntamente com vários mecanismos políticos que favoreceriam aos mesmos.

Ressalta-se que o município de Bagé foi o que mais cedeu espaços nesse processo de desmembramentos, pois com as novas divisões territoriais acabou perdendo importantes distritos para a formação de outros/novos municípios (em curto período de tempo), os quais contribuíam de modo significativo para a sua economia. Foi um total de três distritos: Seival (para a integração ao município de Candiota), Aceguá e Hulha Negra. Tal fato reduziu sua área territorial quase que pela metade. Dessa forma, o município, pela sua necessidade de se reinventar e não ficar à margem do processo de crescimento econômico que ocorria em todo estado gaúcho, tornou-se bastante dinâmico, sendo mais suscetível a novas tecnologias e cadeias produtivas do que outros municípios da Campanha Meridional e da Mesorregião Sudoeste da Campanha Gaúcha (Tabela 2).

Tabela 2 – Data e origem dos municípios da MRG da Campanha Meridional

Municípios	Ano de Criação	Município de Origem
Aceguá	1996	Bagé
Bagé	1846	Rio Grande
Dom Pedrito	1872	Bagé
Hulha Negra	1992	Bagé
Lavras do Sul	1882	Caçapava do Sul

Fonte: Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 2008.
Org.: ALVES, A. L. P., 2015.

Desse modo, a microrregião em estudo mantém sua característica de unidades territoriais com grandes extensões territoriais, as quais se justificam pela concentração da terra em grandes propriedades. Apesar das transformações espaciais e, até mesmo, com a instalação de assentamentos rurais na Campanha Meridional, essas não foram capazes de alterá-la.

3.2 Aspectos físicos e naturais

A MRG da Campanha Meridional está localizada na região fisiográfica denominada Campanha. Sua geologia se caracteriza pelos derrames basálticos, afloramentos areníticos e grandes aluviões nas planícies fluviais. O relevo da Campanha é geralmente suave, com altitude entre 60 a 120 metros, chegando a 300 metros nas coxilhas (SANTINI, 1976).

O clima da microrregião é o subtropical, que se caracteriza por temperaturas amenas e chuvas bem distribuídas. No entanto, esse recorte espacial apresenta períodos de seca, os quais ocorrem comumente durante o verão. A temperatura pode atingir 35°C durante o verão e, no inverno, temperaturas negativas com a presença frequente de formação de geadas.

A área ocupada pela microrregião está situada no Bioma Pampa, o qual possui o predomínio de campos nativos, com a presença de matas ciliares, matas de encosta, matas de pau ferro, formação arbustivas, butiazais, banhados, afloramentos rochosos, entre outros. Ressalta-se ainda a presença de serras e planícies, morros rupestres e coxilhas.

O Bioma Pampa, no Brasil, está restrito ao Rio Grande do Sul, ocupando uma área de 176.496km², o que corresponde a 63% do território estadual e a 2,07% do território nacional. Destaca-se a importância da biodiversidade da fauna e flora desse bioma na microrregião, no qual se estima a presença de mais de 3000 espécies de plantas, 450 tipos de gramíneas e 150 espécies leguminosas. Em relação à flora, apresenta aproximadamente 500 espécies de aves e 100 espécies de mamíferos terrestres. Dessa forma, pode-se afirmar que o Pampa possui um ecossistema muito rico, com diversas espécies endêmicas. Estas características fazem com que seja considerado um patrimônio natural de relevância nacional e global (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, s. d.).

Salienta-se que o Pampa é um dos biomas menos protegido em todo o planeta. Tal fato ocasiona preocupações entre profissionais, técnicos e produtores, uma vez que a progressiva introdução e expansão das lavouras monocultoras pode gerar uma rápida degradação do solo e descaracterização das pastagens e de sua paisagem natural, além de causar a perda da biodiversidade e sustentabilidade do recorte espacial (CSR/IBAMA, 2010).

Na MRG da Campanha Meridional é possível observar uma divisão natural do solo, sendo a metade norte caracterizada por solos mais pobres, pedregosos e com

a presença de um relevo acidentado, o que não possibilita muitas alternativas aos produtores, a não ser para a pecuária (criação de ovelhas e cabritos) e para a silvicultura, que já é desenvolvida em grande parte da área. Já ao sul se têm os campos de solos mais férteis, o que explica a presença das grandes lavouras e das melhores pastagens. São nestas áreas que estão situados os principais Haras e Cabanhas da microrregião.

3.3 Aspectos socioeconômicos

A Microrregião Geográfica da Campanha Meridional possui uma população de 173.808 habitantes, dos quais 32.062 residem na área rural e 141.746 na área urbana. A população total da microrregião compõe 1,6% da população total do estado, em uma área de 1.460,511 hectares, que correspondem a 5% do território estadual (IBGE, 2010) (Tabela 3).

Tabela 3 – Dados gerais de população e área da MRG da Campanha Meridional

Municípios	Área Total (km²)	População Total	População Rural	População urbana
Aceguá	1.549,383	4.394	3.335	1.059
Bagé	4.095,534	116.794	19.029	97.765
Dom Pedrito	5.192,095	38.898	3.643	35.255
Hulha Negra	822,899	6.043	3.134	2.909
Lavras do Sul	2.600,600	7.679	2.921	4.758
MRG da Campanha Meridional	14.260,511	173.808	32.062	141.746

Fonte: Censo demográfico IBGE, 2010.

A faixa etária dos habitantes do município está constituída e representada da seguinte forma: 0-14 anos, 22% da população; de 15-29 anos, 24%; de 30 a 59 anos, 39% e com mais de 60 anos, 15% do total da população. Esses dados evidenciam que a população está envelhecimento, o que, por sua vez, demonstra

possíveis problemas na disponibilização de mão de obras e, também, com a diminuição de pessoas ativas, em relação ao fator previdenciário.

No que se refere à economia da MRG da Campanha Meridional, apesar da atividade agropecuária ter importante participação na economia, a principal responsável pelo PIB da microrregião é a prestação de serviço, com 58% de participação. Isso é justificado pelo fato dos municípios de Bagé e Dom Pedrito representarem importantes polos comerciais, o que aumenta a média do valor, pois nos demais municípios a agropecuária possui maior importância econômica (Tabela 4).

Tabela 4 – Produto Interno Bruno da Microrregião e municípios

Municípios	Agropecuária	Indústria	Serviços
Aceguá	94.879	8.098	43.889
Bagé	151.092	251.515	1.057.689
Dom Pedrito	339.143	85.237	357.272
Hulha Negra	37.109	28.119	21.975
Lavras do Sul	90.579	5.985	40.356
MRG Campanha Meridional	712.802	378.954	1.521.181

Fonte: IBGE - @CIDADES, 2010.
Org.: ALVES, A. L. P., 2015.

Apesar das diversas similaridades econômicas entre os municípios que compõem a microrregião em análise, cada um deles possui suas singularidades. Desse modo, de acordo com o que foi supracitado, Bagé tem na prestação de serviços e na área comercial as principais atividades responsáveis por sua economia, que em grande maioria são voltadas ao setor agropecuário. Cita-se, ainda, a presença das instituições de ensino superior que foram instaladas nas últimas décadas e que impulsionaram a economia da cidade.

Dom Pedrito, assim como Bagé, apresenta relevância no setor terciário. No entanto, pode-se afirmar que as atividades primárias e terciárias praticamente se equivalem. Porém, Dom Pedrito, entre os municípios da microrregião, é o que

apresenta um perfil mais agricultor do que pecuarista, tendo na produção de arroz o seu principal “carro chefe”. Isto é resultado do relevo do município, em que há o predomínio de planícies com áreas de inundação que favorecem o plantio.

Em relação à Aceguá, este possui os solos mais férteis e produtivos da microrregião. Tal fato viabilizou a instalação dos Haras e Cabanhas, os quais são bastante representativos na região. Também há a presença de lavouras de arroz e de soja. Já Hulha Negra se caracteriza pela presença de assentamentos rurais e pela agricultura familiar, em que há uma importante diversidade produtiva. Tanto em Aceguá quanto em Hulha Negra, a pecuária leiteira tem importante relevância para os produtores e para a economia.

O município de Lavras do Sul tem na pecuária bovina e ovina suas principais atividades, portanto, pode-se afirmar que entre os municípios da Microrregião da Campanha Meridional este é o que se mantém mais tradicional, ou seja, que não alterou de modo significativo a sua base produtiva. Infere-se que isso ocorra em função da baixa qualidade do solo e, também, devido à falta de acessibilidade aos produtores e dificuldade de escoamento de suas produções. Entretanto, para haver uma mudança são necessários altos investimentos por parte dos mesmos, o que inviabiliza o custo-benefício.

Nesse contexto, pode-se afirmar que a MRG da Campanha Meridional poderia apresentar melhores condições econômicas, no entanto, esbarra nas condições naturais (vegetação, clima, solo e relevo) e, também, nas condições humanas (envelhecimento populacional e êxodo rural), as quais são consideradas insatisfatórias para o seu alicerçamento econômico regional.

4 AS CADEIAS PRODUTIVAS E SUAS TRANSFORMAÇÕES ESPACIAIS

Como já verificado nos capítulos anteriores, a economia da Microrregião Geográfica da Campanha Meridional está centrada no setor primário, principalmente na pecuária bovina (corte e leite), ovina e equina, na agricultura com base nas lavouras de arroz e de soja e, recentemente, na fruticultura (vitivinicultura e oliveiras). Desta forma, este capítulo tem como objetivo analisar a origem e a evolução dessas produções ao longo da escala temporal estipulada para essa pesquisa.

4.1 Pecuária Bovina

A pecuária é a atividade agropecuária que ocupa a maior área de produção no Brasil, pois são aproximadamente 174 milhões de hectares, o que corresponde a 20% do território nacional sendo destinado a pastagens. O país tem o segundo maior rebanho no mundo, com aproximadamente 212 milhões de cabeças, no ano de 2014 (SIDRA, 2016), inferior apenas ao da Índia. A maior parte do rebanho é criada a pasto e estima-se que apenas 3% são desenvolvidos em sistema intensivo. É importante salientar que o país tem potencialidades para atender a qualquer tipo de mercado no mundo, desde nichos específicos, com carnes mais nobres, e até mesmo cortes de menor valor, sejam carnes mais magras ou com maior teor de gordura, sob qualquer demanda de volume (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS INDÚSTRIAS EXPORTADORAS DE CARNES, 2016).

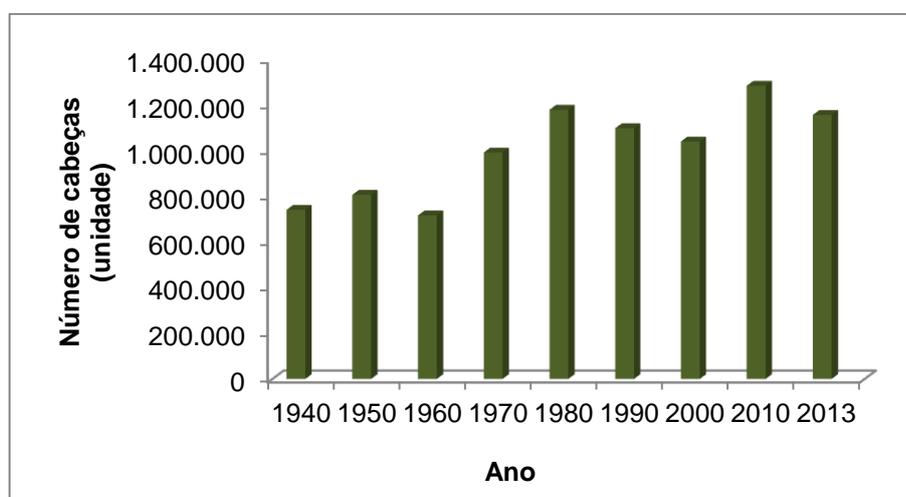
O Brasil é um dos maiores produtores mundial de carnes, a qual além de abastecer o mercado interno também é destinada à exportação. Considera-se que este tende a crescer nos próximos anos, em função do aumento dos preços do produto no mercado internacional e, também, da crescente demanda do produto em países em desenvolvimento. É importante destacar que a tecnologia que vem sendo aplicada à pecuária bovina está cada vez mais presente nos rebanhos brasileiros, ocasionando o impulso dos índices de produtividade dos animais e colaborando para uma pecuária eficiente e sustentável.

Na Campanha Meridional esse processo não é diferente, pois a pecuária bovina é uma das principais responsáveis pela economia desde o período das

sesmarias, passando pelo ciclo da courama, das charqueadas e dos frigoríficos. Ela sempre esteve presente e continua sendo fundamental na dinâmica regional atual.

No decorrer da escala temporal em análise, observa-se no gráfico 1, um aumento em 56% no total de número de cabeças de gado da microrregião, passando de 743.684, em 1940, para 1.158.587 unidades, em 2013.

Gráfico 1 – Número de cabeças de Pecuária Bovina na Microrregião Geográfica da Campanha Meridional



Fonte: Censos e Sistema IBGE de Recuperação Automática (Sidra), 2014.
Org.: ALVES, A. L. P., 2015.

Através dos dados do gráfico 1, pode-se afirmar que o aumento no número de cabeças ocorreu de modo constante, mesmo que oscilando em alguns anos. Nas décadas de 1940 e 1950, o Estado Gaúcho exercia papel importante no abastecimento dos mercados do sudeste, fornecendo produtos de fontes primárias, tanto de origem da Campanha Gaúcha quanto de áreas coloniais. Tal fato fez com que o número de cabeças se mantivesse constante nesse período. No entanto, é na década de 1970 que ocorreram transformações significativas na economia gaúcha, em função da expansão do processo de modernização do campo (CHELOTTI, 2009).

A partir da década de 1970, de acordo com o gráfico 1, tem início o crescimento do número de cabeças de gado na Campanha Meridional. Tal fato é resultante do processo de especialização do setor agroindustrial, principalmente baseado na produção de carne. No entanto, é importante salientar que essa

produção enfrentou várias crises, principalmente nas décadas de 1980 e 1990, com a abertura de mercados, devido à concorrência do Mercosul e de outros estados brasileiros. Nesse sentido, Porto (2008, p. 95) ressalta que

[...] a lavoura orizícola (irrigada) e a pecuária extensiva de corte enfrentaram desde meados da década de 1990, sucessivas crises em suas cadeias produtivas, associados a fatores como a concorrência do Mercosul, o deslocamento da fronteira agrícola para outras regiões como o Centro-Oeste brasileiro e outros países (Uruguai e Argentina), incentivos fiscais em outros estados brasileiros (como Mato Grosso e Goiás), que acabaram influenciando na redução de investimentos na região sul do RS. Dessa forma, na década de 1990, a questão regional passou a fazer parte das discussões referentes à aplicação de políticas públicas por parte dos governos estadual e federal, visando amenizar as disparidades socioeconômicas existentes no Rio Grande do Sul. No entanto, a complexidade na elaboração de políticas públicas eficazes para a reestruturação econômica da região da Campanha Gaúcha, esbarra no enfrentamento de uma estrutura produtiva tradicional que apresenta forte resistência por parte das elites locais, para que se promova a adesão de novas alternativas produtivas.

Pode-se afirmar então que, devido à resistência da classe latifundiária no investimento em técnicas de produção, é na década de 2010 que ocorre o maior número de cabeças de gado registrado, pois os atuais resultados estão vinculados às mudanças de comportamento dos pecuaristas, que estão preocupados em investir em novos métodos de reprodução e de criação animal (inseminação), ou seja, na escolha de touros reprodutores e do confinamento do gado em áreas menores. Essa mudança vem ocorrendo lentamente ao longo dos anos. No entanto, o alto valor de mercado da carne contribuiu para alicerçar a produção na Campanha Meridional, promovendo resultados satisfatórios, comparando-se há décadas anteriores. Isso estimula os pecuaristas, os quais não medem esforços para melhorar seu produto.

Ainda como estímulo ao incremento da pecuária bovina, destaca-se o Projeto Dissemina¹⁰, desenvolvido pelo governo estadual, que vem auxiliando os pecuaristas através da distribuição de sêmen e do apoio técnico aos pequenos e médios produtores.

¹⁰Para o incremento da pecuária, tem-se o “Programa Dissemina” - Programa Estadual de Incremento da Qualidade Genética da Pecuária de Carne e Leite. O Projeto Dissemina busca a excelência na qualidade da carne gaúcha. Desse modo, visa disponibilizar novas tecnologias aos pecuaristas, por meio do melhoramento genético do rebanho, com a disponibilização de doses de sêmen e nitrogênio a preço subsidiado e treinamento dos responsáveis técnicos pelo programa nos municípios conveniados (SECRETARIA DE AGRICULTURA DO RIO GRANDE DO SUL, 2013).

O alto valor da carne não está relacionado apenas ao mercado, mas também ao selo de qualidade da carne da Campanha Gaúcha (Figura 5), o qual foi criado na tentativa de inovar com o que havia de mais precioso: a tradição. Os pecuaristas e frigoríficos perceberam que os procedimentos e cuidados tradicionais na criação animal e na produção da carne eram fundamentais para competir fazendo a diferença no mercado, o que possibilitou a agregação de valor ao produto e a conquista de novos nichos de consumidores. De acordo com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), o selo garante a valorização de até 40% no preço da carne.

Figura 5 – Selo de procedência da carne do Pampa Gaúcho



Fonte: APROPAMPA, 2014.

Dessa forma, em 2006, através da Associação dos Produtores de Carne do Pampa Gaúcho da Campanha Meridional (APROPAMPA) foi possível inovar a carne produzida na Campanha, a qual recebeu outorga de procedência e selo de certificação de indicação geográfica, sendo o primeiro da América Latina concedido a esse tipo de produto. Por meio desse selo, o consumidor estará certificado de que a qualidade do produto é de alto padrão, e que cumprem as exigências de cuidados com os animais e também com o meio ambiente. Ressalta-se, ainda, que existe um sistema disponível para o consumidor final, em que é possível checar a origem do produto no site da APROPAMPA, por meio da inserção de um código de identificação (ID) para receber informações, tais como: raça, peso do animal, nome do criador e até mesmo o tipo de corte (SEBRAE, 2010).

Ainda neste segmento, no ano de 2015, durante a Expointer, a Associação Brasileira de Angus, buscando valorizar a riqueza e a diversidade das pastagens do

Rio Grande do Sul e a qualidade da carne dos animais que se alimentam das mesmas, implementou o selo de qualidade “Angus do Pampa – Pastagens do Sul” (Figura 6), aprimorando cada vez mais a carne produzida no bioma. A proposta desse novo selo está baseada na certificação de um método de criação típico (em que os animais são mantidos a pasto em condições climáticas e nutricionais diferenciadas), cuja principal característica é a farta alimentação à base de forrageiras de alto desempenho nutricional. Os primeiros abates iniciaram no mês de setembro de 2015 e, inicialmente, a carne estará à venda no varejo do Rio Grande do Sul e em butiques especializadas de São Paulo (EXPOINTER, 2015).

Figura 6 – Selo de qualidade Angus do Pampa – Pastagens do Sul

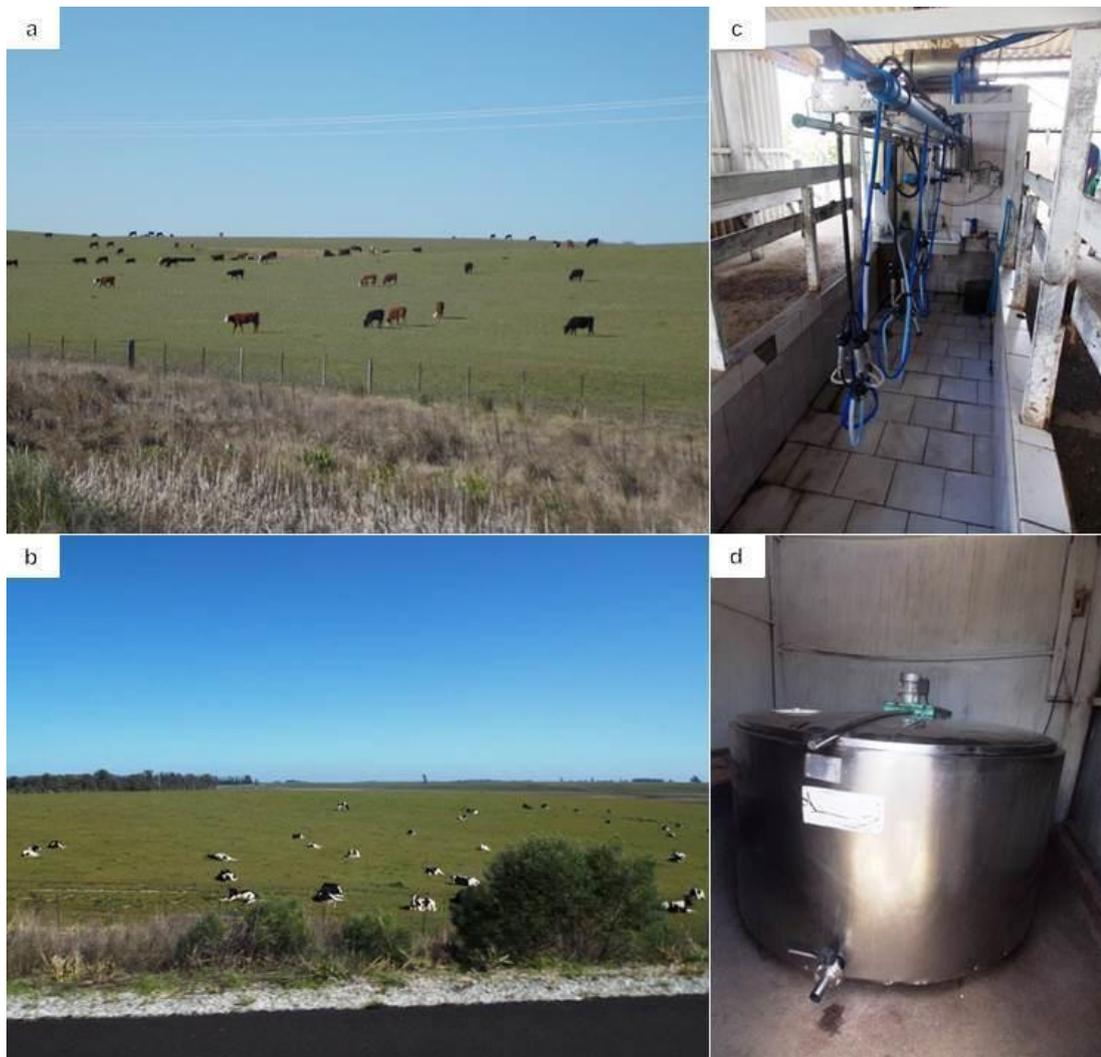


Fonte: Expointer, 2015.

Outra especialização da carne que vem se destacando na microrregião é a criação de terneiros e suas vendas em feiras e remates. É importante salientar o município de Lavras do Sul, não só pela criação, mas também por ser um excelente ponto comercial, que realiza feiras de terneiros e remates, as quais ocorrem semanalmente, atraindo produtores de todos os municípios da Campanha Meridional e Central do estado gaúcho. Essas feiras são consideradas relevantes aos produtores, economicamente e socialmente, em função das vendas, e por permitirem a troca de ideias e de novidades que venham a contribuir na criação dos animais.

Percebe-se, na atualidade, uma transformação nas características dos produtores, pois há as preocupações por parte dos pecuaristas de investir em melhorias genéticas e em técnicas na criação, se comparadas há décadas anteriores (Figura 7a - pastagem de gado de corte raça Angus e Hereford). Infere-se que essas alterações produtivas estejam ocorrendo para que não seja necessário vender e/ou arrendar os campos para as atividades agrícolas, uma vez que o agricultor (denominado gringo) é mais empreendedor e, muitas vezes, acaba comprando as terras, o que ocasionaria a perda do *status quo* do pecuarista advindo da propriedade da terra geralmente passada por gerações.

Figura 7 - Pecuária de corte e de leite na Microrregião da Campanha Meridional



Fonte: Trabalho de Campo, 2015.

Com o trabalho de campo foi possível constatar dois perfis de pecuaristas. O primeiro é o pecuarista tradicional, normalmente detentor de pequena propriedade, utilizando pouca ou nenhuma tecnologia no modo de produção; o segundo, mais recente, é o que se denomina de novo pecuarista (vinculado a grande propriedade). Este apresenta uma visão empreendedora e comercial, comprando e vendendo animais em feiras, sendo esse, parceiro dos agricultores ou, até mesmo, agricultor de arroz e de soja que investe nos animais e os utiliza na resteva dos produtos cultivados na sua propriedade. Salienta-se que o pecuarista tradicional da atualidade, difere do pecuarista tradicional apresentado anteriormente, no contexto histórico e cultural da Campanha Meridional, o qual era detentor da grande propriedade.

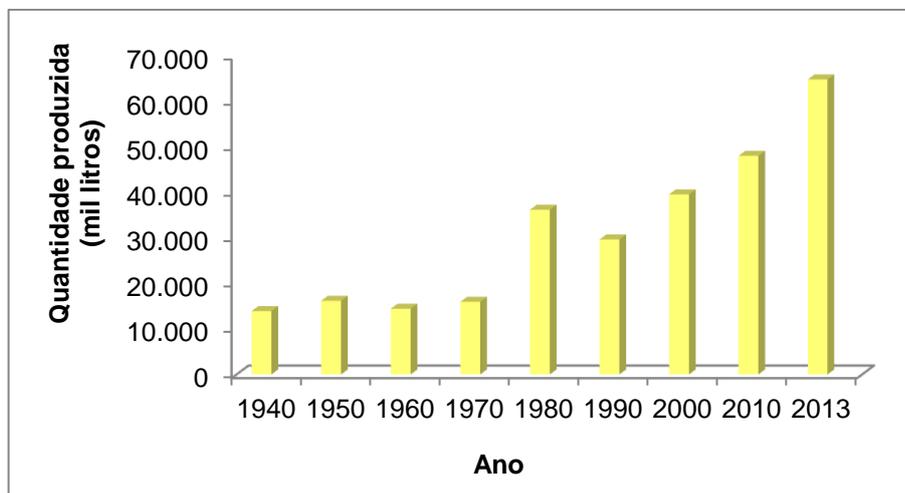
Em relação à pecuária leiteira, pode-se afirmar que vem crescendo significativamente nas últimas décadas (Gráfico 2), principalmente entre os agricultores familiares, pois eles se encontram em melhores condições financeiras. A venda do leite está sendo destinada a duas grandes empresas: Brasil Foods (Elegê) e Consulati (Danby). Ressalta-se que quanto maior a quantidade de litros entregues às cooperativas, maior o valor do litro pago ao produtor. Portanto, a cadeia produtiva do leite tem viabilizado a esse segmento produtivo avanços socioeconômicos e, conseqüentemente, melhorias nas condições de vida dos pequenos produtores da Campanha Meridional. Assim, cabe aos mesmos buscarem financiamentos, para que possam investir em infraestrutura necessária para a melhoria de sua produção visando aumentar os lucros (Figura 7b - Pastagem da Raça Holandesa, matriz leiteira; Figura 7c – Ordenhadeira de leite em uma propriedade de agricultura familiar; e Figura 7d - Refrigerador de leite, item obrigatório para os produtores).

É importante enfatizar que a pequena propriedade, seja ela de agricultura familiar ou de assentamentos, possui extrema importância para o desenvolvimento econômico da Campanha Meridional, uma vez que corresponde ao maior número de propriedades rurais. Nesse sentido, Porto (2008, p. 129) afirma que

[...] embora existam ainda grandes unidades de produção, as mudanças históricas provocaram a formação de um contingente de produtores rurais que, apesar de possuírem áreas menores, continuaram com a pecuária de corte como sua principal atividade produtiva. Esses produtores, mesmo pouco reconhecidos, são numerosos e se constituem em importante categoria social do campo. Apesar dos conceitos, e preconceitos, existentes em relação à região sul do RS de que nela existem apenas grandes

unidades de produção, os estabelecimentos rurais com até 100 hectares representam cerca de 70% do total das unidades produtivas da região [...].

Gráfico 2 – Produção leiteira na Microrregião da Campanha Meridional



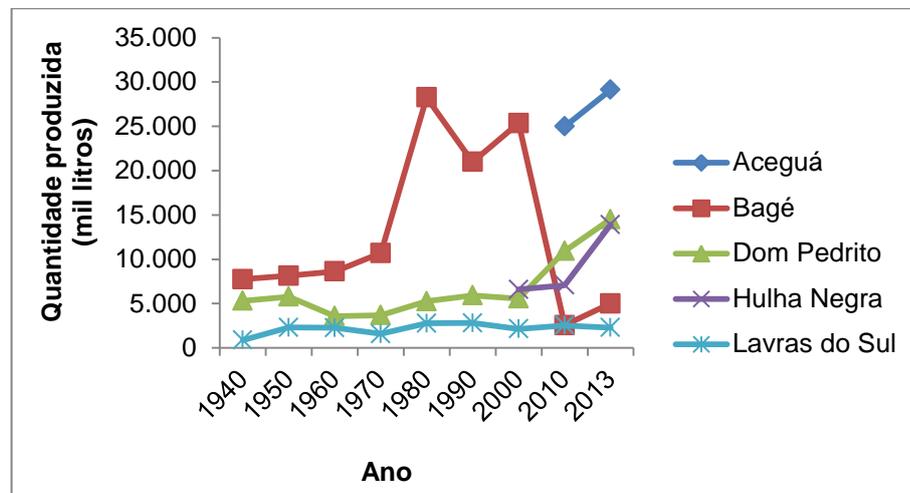
Fonte: Censos e Sistema IBGE de Recuperação Automática (Sidra), 2014.
Org.: ALVES, A. L. P., 2015.

Desse modo, a pecuária leiteira tem importância fundamental para as pequenas propriedades, pois é por meio desta que os estabelecimentos rurais de pequeno porte vêm conseguindo se manter. É inegável também a relevância dessa cadeia produtiva para o desenvolvimento socioeconômico da microrregião. No gráfico 3, é possível constatar a presença significativa da bacia leiteira nos municípios de Aceguá e Hulha Negra, uma vez que estes têm sua estrutura fundiária baseada principalmente na agricultura familiar e em assentamento rurais.

No Gráfico 4, tem-se Bagé¹¹, Dom Pedrito e Lavras do Sul como os principais criadores de bovinos. No entanto, observa-se uma diminuição na criação de animais nesses municípios. Infere-se que tal fato se deve à inserção das lavouras. Também se deve considerar que houve um maior investimento técnico, passando de uma pecuária extensiva para intensiva, que juntamente ao consorciamento das lavouras vem proporcionando melhores pastagens.

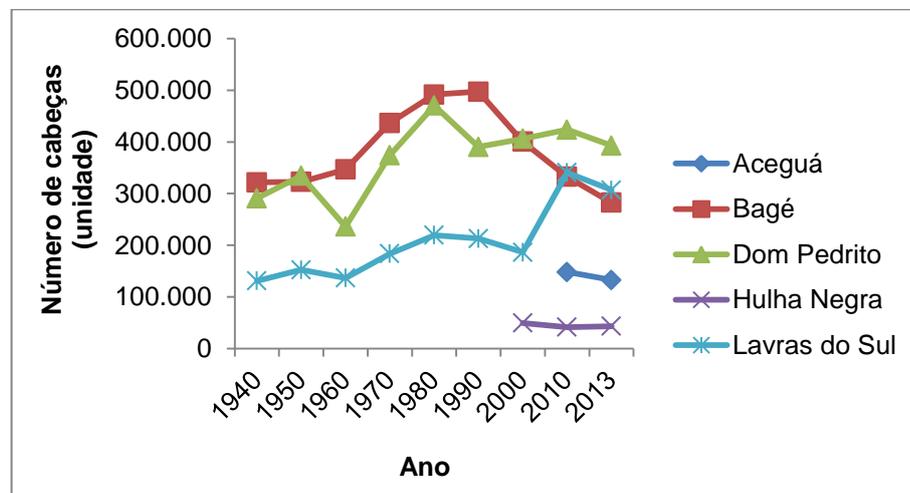
¹¹ O município de Bagé apresenta maior declínio da pecuária bovina em função de seus desmembramentos territoriais, que geraram os municípios de Aceguá, Candiota e Hulha Negra, fazendo com que o mesmo perdesse áreas significativas de produção de pecuária.

Gráfico 3 – Produção leiteira por município



Fonte: Censos e Sistema IBGE de Recuperação Automática (Sidra), 2014.
Org.: ALVES, A. L. P., 2015.

Gráfico 4 – Pecuária bovina por município



Fonte: Censos e Sistema IBGE de Recuperação Automática (Sidra), 2014.
Org.: ALVES, A. L. P., 2015.

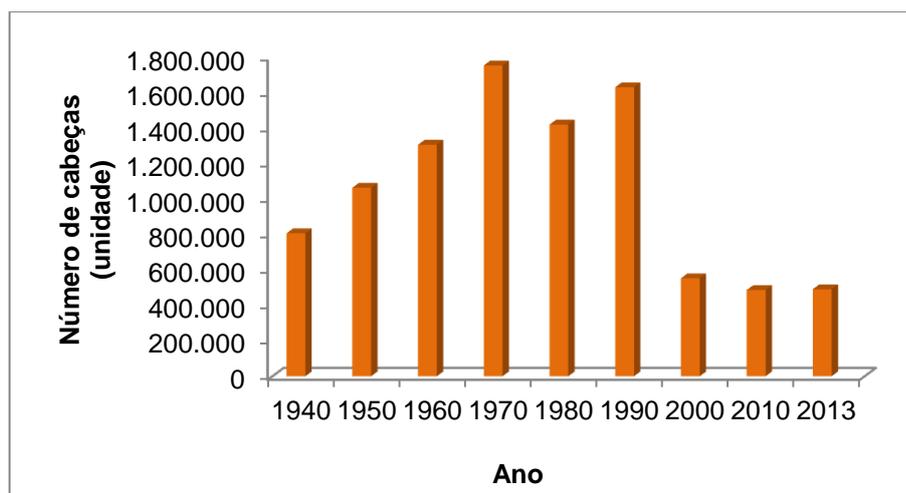
Nesse sentido, pode-se afirmar que a pecuária bovina possui extrema importância social na microrregião, uma vez que está presente em maior número de propriedades e, também, em pessoas envolvidas, pois gera mais empregos permanentes do que as lavouras de arroz e soja, que tem a mão de obra temporária solicitada nos períodos de plantio e colheita.

4.2 Pecuária Ovina

A pecuária ovina é uma atividade tradicional no Rio Grande do Sul e, principalmente, na Campanha Gaúcha. A inserção de ovinos no estado gaúcho está vinculada à colonização espanhola na região do Prata, que teve como intuito povoar os campos sulinos. Por meio das estâncias iniciou-se a domesticação desses animais, pois eram criados livres no campo sem assistência por parte dos criadores. Inicialmente, os ovinos eram destinados para o fornecimento de peles e pelegos. A lã era o principal produto, a qual era fiada e tecida dentro das propriedades para a confecção de ponchos e cobertores. Os rebanhos foram se multiplicando e é a partir do século XX que a produção se tornou uma atividade econômica (VIANA; WAQUIL; SPOHR, 2010).

A atividade da ovinocultura tem passado por profundas transformações no cenário brasileiro, devido, principalmente, à competitividade com o mercado internacional. O gráfico 5 apresenta a diminuição da produção ao longo das últimas décadas, na Microrregião, e, no gráfico 6, pode-se observar a diminuição dessa atividade por município.

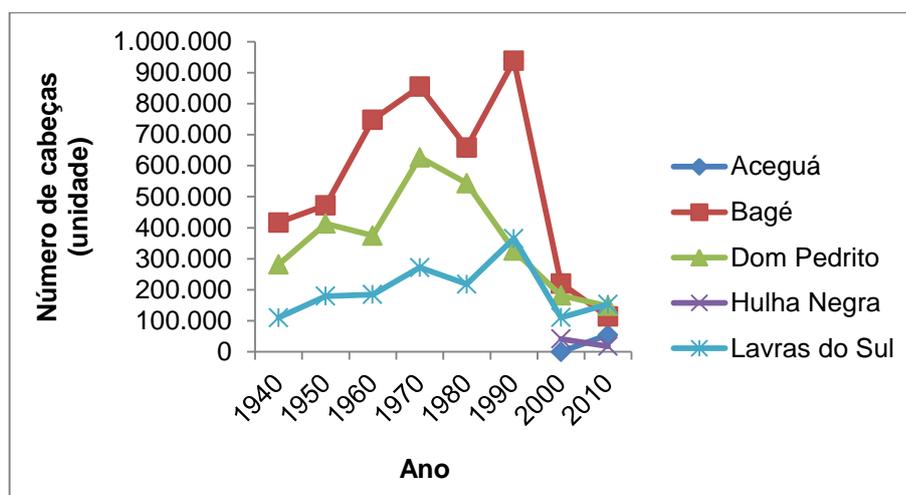
Gráfico 5 – Pecuária Ovina na Microrregião da Campanha Meridional



Fonte: Censos e Sistema IBGE de Recuperação Automática (Sidra), 2014.
Org.: ALVES, A. L. P., 2015.

Dessa forma, é possível verificar que a ovinocultura na Campanha Meridional teve seu apogeu no período que compreende as décadas de 1940 a 1970, chegando ao total de 1.752.151 cabeças de ovinos. Ressalta-se que é nesse marco temporal que tem início a formação das primeiras cooperativas de lã, a criação de associações e instituições de auxílio aos pecuaristas.

Gráfico 6 – Pecuária Ovina por município



Fonte: Censos e Sistema IBGE de Recuperação Automática (Sidra), 2014.
Org.: ALVES, A. L. P., 2015.

Na década de 1980, o rebanho ovino da Campanha Meridional apresentou estabilidade, com um total de 1.420.631 de cabeças. No entanto, é em 1990 que ocorre o declínio do número de cabeças, em função da inserção da indústria têxtil e da crise internacional dos preços da lã. Neste sentido, VIANA; WAQUIL; SPOHR (2010, p. 13) salientam

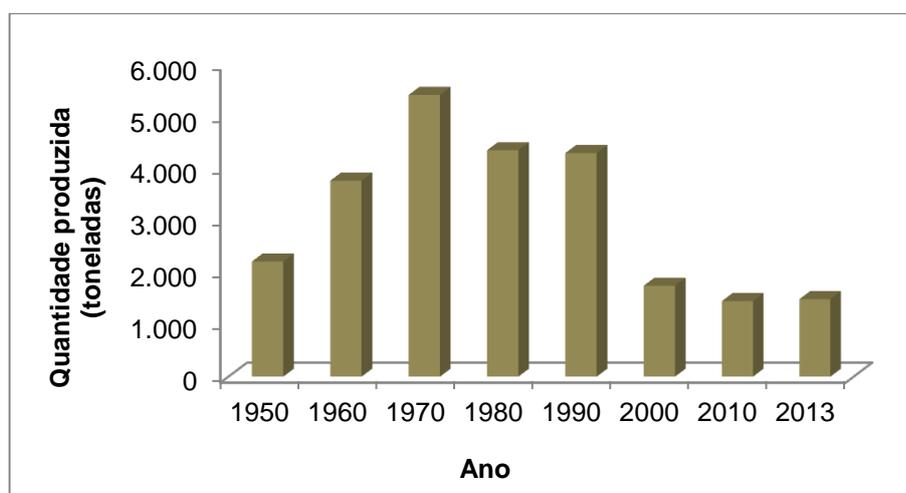
[...] A queda da demanda mundial pela fibra de lã, substituída pelo algodão e tecidos sintéticos, desestimulou muitos produtores na criação de ovinos de raças mistas ou laneiras. Nocchi (2001) ainda descreve outros fatores que durante a década de 1990 também influenciaram na desvalorização da lã, entre eles: o colapso da URSS, a crise na Europa Ocidental e a crise econômica na Ásia no final da década, reduzindo a demanda de lã no mercado internacional e fazendo com que os estoques australianos chegassem a níveis muito elevados. Porém, não só as quedas dos preços da lã influíram na desestruturação da produção ovina no Rio Grande do Sul. Segundo Bofill (1996), as cooperativas de lã, principais organizações de auxílio aos produtores, tiveram seus tradicionais recursos de créditos cortados pelo governo central, sem que tivessem tempo para capitalizar-se

e manter suas estruturas em atividade. Essas mudanças estruturais afetaram diretamente a ovinocultura, os rebanhos caíram drasticamente, a exploração econômica deixou de ser rentável, muitos criadores deixaram a atividade, o antigo “Ouro Branco” desvalorizou-se e a única finalidade dos ovinos era servir de consumo nas próprias fazendas.

Todos esses fatores contribuíram para o desestímulo dos produtores, fazendo com que muitos desistissem e/ou reduzissem a produção, o que correspondeu a um declínio de 70% de cabeças, entre os anos 1990 e 2010. Nessa perspectiva ainda, VIANA; WAQUIL; SPOHR, (2010, p. 18) relatam que “[...] de 2000 a 2007, com a persistência dos baixos preços da lã e com o mercado cárneo ainda desestruturado, o rebanho ovino continuou a decrescer [...], porém, com menor intensidade que a década anterior”.

No último ano da escala temporal analisada, há um pequeno aumento na criação de ovinos, passando de 487.684 (2010) para 491.941 cabeças (2013). Apesar desse crescimento ainda não ser expressivo, estima-se um novo cenário para a cadeia produtiva da ovinocultura, através de uma reestruturação voltada ao mercado da carne. Na produção de lã ocorreu o mesmo declínio, o qual pode ser visualizado nos gráficos 7 e 8. Na microrregião, a produção laneira teve sua maior produção no ano de 1970, com 5.414 toneladas, sendo Bagé e Dom Pedrito os principais produtores. A redução chegou a 73% entre 1970 e 2010.

Gráfico 7 – Produção de lã na Microrregião da Campanha Meridional

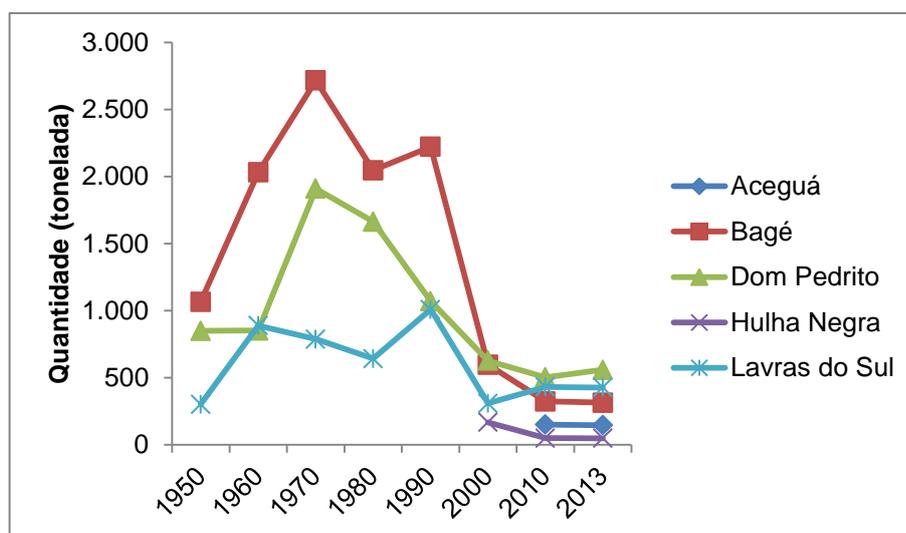


Fonte: Censos e Sistema IBGE de Recuperação Automática (Sidra), 2014.
Org.: ALVES, A. L. P., 2015.

No entanto, de 2010 para 2013, a quantidade da lã produzida aumentou em 36 toneladas, o que representa a quebra de um declínio de mais de duas décadas. Mesmo que esse número não seja significativo, ele já apresenta um novo cenário, ou seja, o ressurgimento dessa atividade (Figura 8). Neste contexto, a Associação Brasileira de Criadores de Ovinos (s. d., s. p.) afirma que

O mercado de lã que por vários anos se manteve com preços baixos e desestimulou totalmente os produtores gaúchos que tinham seus rebanhos voltados exclusivamente para a produção de lã, onde a carne ficava em segundo plano, muitas vezes para o consumo dos estabelecimentos. O consumo de lã no mundo apresenta hoje uma demanda muito grande, isto faz com que o produto fique valorizado no mercado internacional. Os rebanhos mundiais estão praticamente reduzidos a menos da metade do que existia há alguns anos atrás, pois a grande oferta de lã no mercado internacional no passado, fez com que o preço entrasse em queda livre, no entanto o mercado está tomando novos rumos, mostrando que os preços comercializados deverão se manter por muitos anos.

Gráfico 8 – Produção de lã por município



Fonte: Censos e Sistema IBGE de Recuperação Automática (Sidra), 2014.
Org.: ALVES, A. L. P., 2015.

É importante salientar que a pecuária ovina da Campanha Meridional tem a produção de ovinos voltada tanto ao mercado da carne quanto da lã. Assim, a microrregião mantém sua produção na exploração de raças de duplo propósito (carne e lã). A produção, de modo geral, é desenvolvida em sistemas tradicionais de exploração e com baixo desenvolvimento técnico. No entanto, para que a produção

se torne competitiva, torna-se cada vez mais necessário a tecnificação no manejo desses animais, mas sem perder o “*knowhow*” tradicional da região. Nesta perspectiva, Corrêa et al. (2013, p. 2) afirma

Nesta estratégia de desenvolvimento da pecuária com qualidade em ganhos e eficiência no processo produtivo, propõe-se a tecnificação da ovinocultura e dos envolvidos em sua produção como alternativa para viabilizar a região, uma vez que a criação de ovinos faz parte da cultura regional tornando os produtores menos vulneráveis a fatores externos. Com a avaliação deste cenário, onde a ovinocultura em pequenas e médias propriedades rurais auxilia a manutenção do homem no campo, observa-se a necessidade de apoio ao desenvolvimento destes produtores e propriedades rurais, que não apresentam condições econômicas para contratação de apoio técnico ou aperfeiçoamento de seus proprietários e funcionários, ao manejo de criação.

Figura 8 - Retorno da criação de ovinos na Microrregião da Campanha Meridional



Fonte: Trabalho de campo, 2015.

O crescimento da demanda por carne ovina de qualidade e as mudanças econômicas do cenário atual, através da abertura do comércio internacional e do aumento do poder aquisitivo da população, trouxeram novas perspectivas à cadeia produtiva da ovinocultura. Neste sentido, VIANA; WAQUIL; SPOHR, (2010, p. 8) abordam que

Os preços pagos ao produtor elevaram-se significativamente contribuindo para a viabilidade econômica e estimulando o retorno a atividade. Com a expansão dos mercados interno e externo, a exploração de ovinos tem exigido melhoria genética dos animais, capacitação gerencial e tecnológica dos sistemas produtivos. A interação entre produtores, setor privado e setor público são imprescindíveis para a reestruturação da ovinocultura e para o desenvolvimento regional através de projetos que estimulem melhorias na cadeia produtiva. [...] Projetos futuros que visem à organização da cadeia produtiva ovina gaúcha devem compreender o comportamento histórico de duas variáveis determinantes para o sucesso e a crise conjuntural enfrentada nas últimas décadas: produção de lã e rebanho ovino.

Na busca pela reestruturação da pecuária ovina, ressalta-se ainda a relevância das políticas públicas e projetos governamentais que estão auxiliando neste processo. O principal programa em desenvolvimento no estado é o Projeto Mais Ovinos - Programa de Desenvolvimento da Ovinocultura Gaúcha, o qual inclui outros projetos, tais como o Projeto para melhoramento genético das raças produtoras de lã e o Programa Cordeiro Gaúcho.

O Projeto Mais Ovinos (**Programa de Desenvolvimento da Ovinocultura Gaúcha**) foi criado **com a perspectiva de** retenção e aquisição de fêmeas ovinas, tanto em idade reprodutiva como de cordeiras (futuras matrizes), visando o crescimento no número de cabeças do rebanho ovino gaúcho e aumentando a oferta de carne e lã com qualidade. A proposta pretende também contribuir com os produtores rurais do estado, para que a ovinocultura seja uma alternativa sustentável de diversificação e integração com outras atividades agropecuárias. Por meio desse programa, acredita-se que haverá a geração de emprego e renda, contribuindo para manter o agropecuarista no campo e sendo uma alternativa de diversificação e integração com outras atividades agropecuárias. Espera-se aumentar em no mínimo 20% o encarneamento de matrizes, a partir do segundo ano da contratação do financiamento (SECRETARIA DE AGRICULTURA DO RIO GRANDE DO SUL, 2012).

Através do trabalho de campo, constatou-se que a cadeia produtiva de ovinos, tanto na produção de carne quanto na de lã, apresenta-se desorganizada, uma vez que os produtores são culturalmente tradicionais, dificultando o avanço dessa cadeia produtiva, pois há uma relutância em adquirir e inserir ações modernas de produção. Dessa forma, faz-se importante qualificar a criação, cruzando animais de mesma raça e utilizando melhoramentos genéticos, o que tenderia a aumentar a qualidade da lã e da carne no mercado, pois a microrregião tem um potencial significativo para a expansão da mesma.

Por meio do “Projeto Mais Ovinos”, pretende-se também estimular o associativismo e cooperativismo entre os pecuaristas ovinos, para que haja valorização dos produtos e, conseqüentemente, a viabilização do crescimento da produção, em especial nas pequenas e médias propriedades¹². Além de possibilitar que o estado gaúcho retorne à importância socioeconômica que detinha no passado nesse segmento (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CRIADORES DE OVINOS, s.d.).

Ainda integrados a esse projeto, foi lançado no ano de 2014, pela ARCO em parceria com a Secretaria da Agricultura, o selo de qualidade da carne ovina, por meio do Programa Cordeiro Gaúcho, que dá nome ao mesmo (Figura 9). A adesão pode ocorrer de modo individual ou por grupos de produtores.

Figura 9 – Selo de qualidade – Cordeiro Gaúcho



Fonte: Associação Brasileira de Criadores de Ovinos, 2015.

Para a obtenção do selo, os técnicos da ARCO orientam os produtores a identificarem os cordeiros nas propriedades, os quais devem seguir um padrão de qualidade, com peso mínimo e máximo para abate, além de apresentar pouco teor de gordura. A certificação é de responsabilidade da ARCO, que é quem acompanha

¹² [...] a ovinocultura não é uma atividade exclusiva de grandes propriedades, pelo contrário, os dados levam a inferir que a ovinocultura foi e ainda é explorada como fonte de subsistência em pequenas propriedades do Rio Grande do Sul (VIANA; WAQUIL; SPOHR, 2010, p. 17).

todo o processo de produção, desde a propriedade até o mercado. Dessa forma, a orientação é realizada pelos técnicos, os quais verificam se os animais cumprem as exigências de qualidade para que possam receber o selo.

Na busca pelo aprimoramento na produção da lã, criou-se o Projeto para melhoramento genético das raças produtoras de lã, que tem por objetivo: (a) organizar a integração dos principais agentes da cadeia produtiva da lã, com o desenvolvimento de métodos específicos para que o produtor possa oferecer uma lã de qualidade; (b) agregar valor superior ao atual – aumento da remuneração para o produto com preço do mercado internacional; (c) melhoramento da qualidade e aumento do peso da lã dos rebanhos gaúchos de duplo propósito, através da medição da fibra da lã, buscando-se o ajuste da micronagem (finura) para os *standard* raciais e a eliminação dos animais fora do padrão destas raças e (d) disponibilizar, ao produtor, um aparelho para medir a finura da lã, o qual pode ser utilizado em laboratório ou em feiras e serve para medir, a partir de uma amostra de lã coletada do animal, o diâmetro da fibra da lã (em micras).

Esse projeto busca recuperar o antigo cenário da ovinocultura laneira no Rio Grande do Sul, que possuía mais de 20 cooperativas em 1980 e, atualmente, conta com apenas 3. Essas atuais cooperativas vendem a lã para atravessadores a um preço único, apenas diferenciado por raça, diferentemente de como ocorre em outros países, em que há tabela de preços pagos pela finura e, entre outras características do produto. Para sua execução, o projeto conta com o apoio da Associação Brasileira de Criadores de Ovinos (ARCO), Secretaria de Agricultura, Pecuária e Agronegócio (SEAPA), Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), do Programa Juntos para Competir, Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FETAG), Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária (FEPAGRO), Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul (FAMURS), de Universidades, Associações e Cooperativas de lã, Núcleo de produtores e Indústrias de lã (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CRIADORES DE OVINOS, s.d.).

Tal como o Rio Grande do Sul, a Microrregião Geográfica da Campanha Meridional é uma grande produtora de lã merina (Raça Merino Australiano). Entretanto, precisa padronizar a finura da lã para agregar valor a sua produção, a exemplo do Uruguai, o qual realiza melhorias produtivas há alguns anos, fazendo com que os produtores recebam de acordo com a qualidade e não pelo tipo de lã,

como ocorre no Brasil. Através do melhoramento genético e do avanço no uso de tecnologias, será possível obter um dos melhores rebanhos do Brasil, aumentando, conseqüentemente, suas condições para competir com o rebanho uruguaio. É importante destacar que, o selo de qualidade da lã se encontra em processo de aprovação.

Essa busca por selos de certificação de qualidade está vinculada ao perfil dos consumidores, pois além de ocasionarem o aumento da demanda, esses procuram por produtos diferenciados, os quais devem possuir características únicas. Desse modo, está colocado um grande desafio e, também, uma oportunidade aos produtores de ovinos de reestruturarem seus sistemas produtivos.

Dessa forma, pode-se avaliar que a ovinocultura apresenta excelentes perspectivas para os próximos anos, em decorrência do crescente mercado da carne ovina e do aumento no preço da lã. Vale destacar que as condições de solo e clima do Bioma Pampa são excelentes para o seu desenvolvimento.

4.3 Pecuária Equina

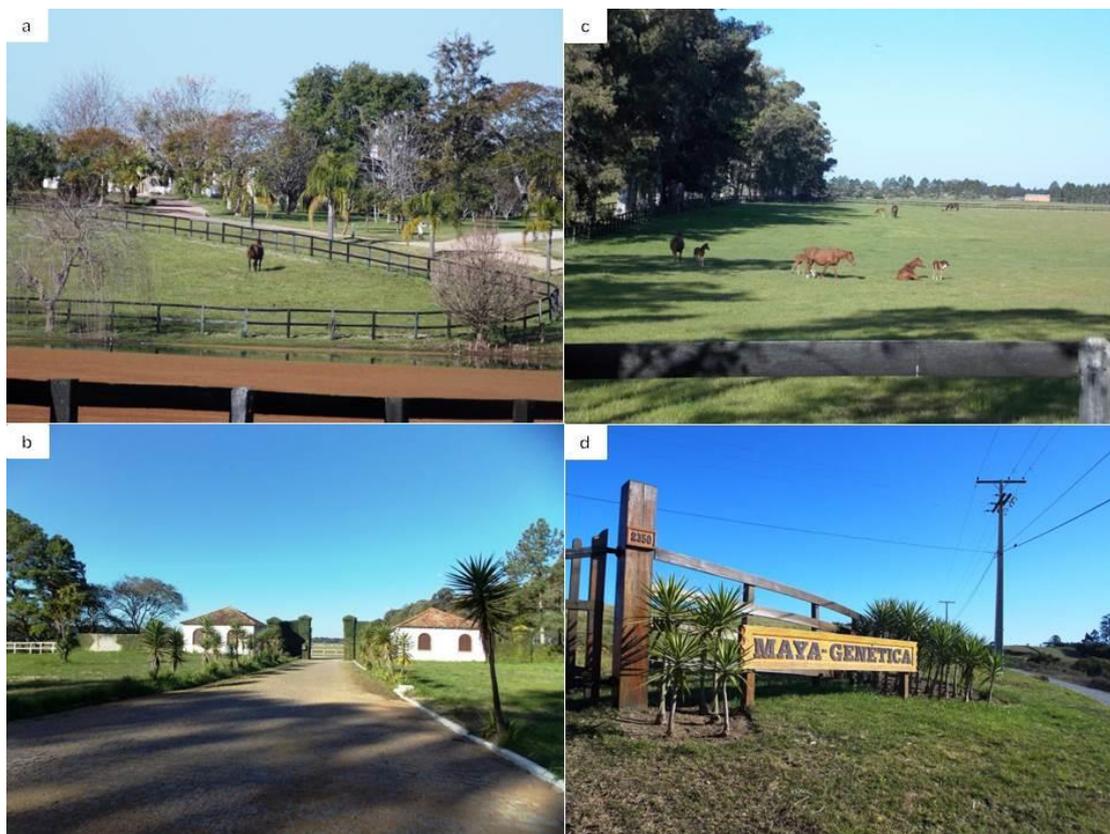
A criação de cavalos foi inserida no Rio Grande do Sul pelos padres jesuítas, por volta do ano de 1634. Após a formação dos rebanhos mansos, esses animais foram se reproduzindo de modo descontrolado, superando a necessidade dos habitantes da época. Assim, as manadas se dispersaram a partir da região das Missões e se reproduziram livres nos campos, em completa liberdade, formando manadas selvagens. No bioma pampa foram nominados como “baguales”, pois foram animais selecionados naturalmente e climatizados ao pampa, dando origem ao resistente cavalo crioulo (CABANHA EL ENTREVERO, 2016).

A Microrregião Geográfica da Campanha Meridional se destaca na criação de equinos, com a presença de aproximadamente 16 Haras e 20 cabanhas¹³. Entre os Haras, destacam-se: Haras Anderson Agropecuária Ltda, Haras Bagé do Sul LTDA, Haras Doce Vale, Haras OldFriends (Figura 10a e 10c), Haras Fazenda Mondesir (Figura 10b), Haras Lorolu, Haras Nacional, Haras Santa Ana do Rio Grande e Haras TNT. Entre as cabanhas cita-se: Cabanha Campana, Cabanha Tupambaé,

¹³ Não há a informação exata do número de Haras e Cabanhas, uma vez que o registro no Incra detalha apenas que é uma propriedade rural e, não relata as atividades que são executadas dentro da mesma.

Cabanha Mangueira de Pedra, Cabanha Cinco Salsos, Cabanha Santa Edwiges, Cabanha São Francisco, Cabanha Quilero e Cabanha Maya (Figura 10d).

Figura 10 – Haras e Cabanhas: representações do avanço tecnológico do campo



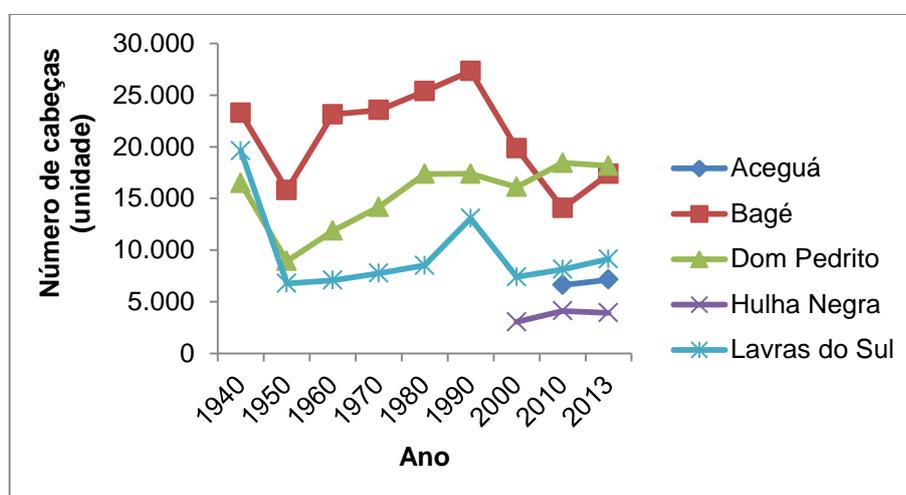
Fonte: Trabalho de campo, 2015.

Em relação aos haras, tem-se a informação de que é neles que ocorre a criação de cavalos puro-sangue-inglês, famosos pelos prêmios nacionais e internacionais. Ressalta-se que esses haras são, em sua maioria, oriundos de capital de empresários e investidores de grandes centros urbanos e, até mesmo, de capital estrangeiro. Na microrregião, os principais municípios criadores de cavalos são Bagé, Aceguá e Dom Pedrito. (Gráfico 9). É importante destacar o município de Bagé nesse segmento, o qual é conhecido tanto pelos cavalos crioulos como pela criação do puro-sangue-inglês e vem exportando campeões de corrida.

Os dados do gráfico 10 demonstram que a microrregião, ao longo do tempo em análise, manteve equilibrado o número de cabeças, porém está em ascensão desde o ano 2000, com o aumento de 23%, totalizando 55.780 cabeças em 2013.

Esse acréscimo se deve, principalmente, em função da tendência entre os criadores de equinos na criação de cavalos crioulos por meio das cabanhas, pois há a preferência em investir em cabanhas do que em Haras. Tal fato se deve ao padrão estético e comercial que o último exige, sendo necessário capital elevado para sua instalação. Desse modo, o cavalo crioulo, ainda que apresente um valor comercial inferior ao puro-sangue-inglês, é um excelente animal para trabalho e competições e possui um valor comercial excelente.

Gráfico 9 – Pecuária Equina por município da microrregião

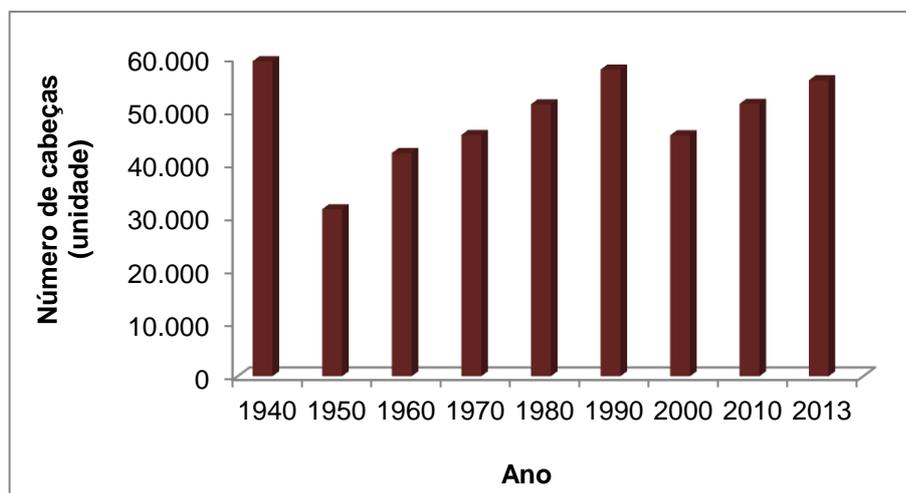


Fonte: Censos e Sistema IBGE de Recuperação Automática (Sidra), 2014.
Org.: ALVES, A. L. P., 2015.

Acompanhando a modernização do campo e atrelando esta à necessidade de transformar a produção extensiva em intensiva da pecuária na Microrregião da Campanha Meridional, têm-se as cabanhas como a maior representação da tecnologia para o manejo dos animais. As cabanhas apresentam sistemas de confinamento, que além de utilizarem inseminações e melhoramentos genéticos, fornecem alimentação à base de rações balanceadas. É importante enfatizar que nas Cabanhas não ocorre apenas a criação de cavalos crioulos, mas também de gado e ovinos. Alguns produtores enfatizaram que a qualidade da pastagem e, conseqüentemente, da qualidade animal, depende da inter-relação desses animais no campo. As cabanhas apresentam maior valor em investimentos, no entanto, possibilitam abater animais mais jovens e de melhor qualidade, tendo maior custo x

benefício. Em relação à venda dos cavalos pelas cabanhas, esta ocorre por meio de leilões, muitas vezes, organizados pelas mesmas, ou através de corretores locais.

Gráfico 10 – Pecuária Equina na Microrregião Geográfica da Campanha Meridional



Fonte: Censos e Sistema IBGE de Recuperação Automática (Sidra), 2014.
Org.: ALVES, A. L. P., 2015.

Contudo, pode-se avaliar que a criação de cavalos na microrregião se encontra consolidada, tanto nos Haras quanto nas Cabanhas. O alto valor de mercado e os prêmios recebidos em feiras por estes animais se tornam cada vez mais atrativos aos produtores capitalizados, os quais não vêm economizando esforços na melhoria genética e treinamento animal.

4.4 Rizicultura

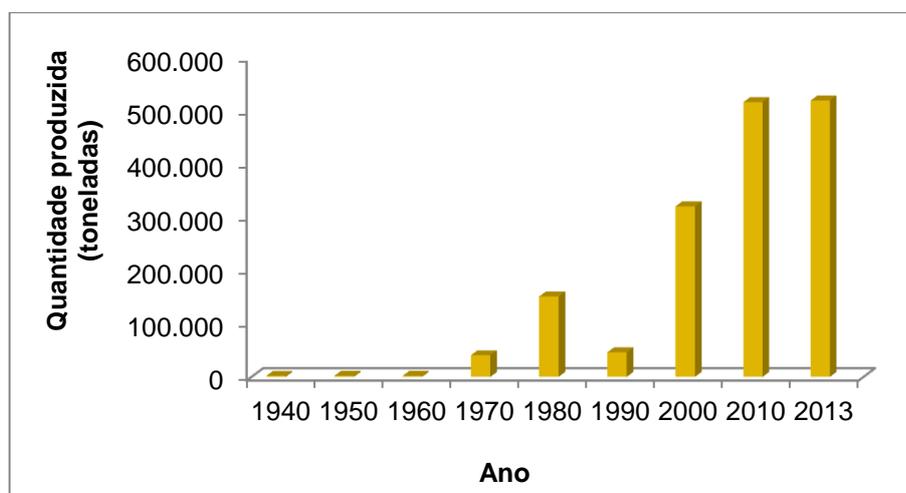
O arroz é um dos principais cereais consumidos no mundo. O Brasil é 9º maior produtor do mundo, sua produção está concentrada nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Mato Grosso. O país, entre os anos de 1975 e 2005, reduziu a área de plantio em torno de 26%, no entanto, a sua produção de arroz cresceu 69%, o que representa o aumento de 128% da produtividade média. Tal fato demonstra o avanço da tecnologia empregada na produção (MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, s. d.).

É importante salientar que a produção de arroz é autossuficiente para o abastecimento interno do país e apenas 5% destina-se à exportação. O estado gaúcho, além de ser o maior produtor brasileiro, caracteriza-se pelo cultivo do arroz irrigado.

Ressalta-se que a produção de arroz foi a primeira lavoura que conseguiu (re)organizar o espaço rural da Campanha Gaúcha, a qual iniciou sua expansão na década de 1950, tornando-se, em pouco tempo, a principal lavoura de verão, sendo consorciada com a pecuária tradicional. Dessa forma, essas duas atividades dividiram o espaço, sendo que em períodos de crise da pecuária, a alternativa dos pecuaristas era arrendar suas terras para os rizicultores (CHELOTTI, 2011).

Ao longo do período em análise, é possível observar que a quantidade produzida na microrregião se mantinha constante nos anos de 1940 a 1960. Entretanto, é a partir de 1970 que a produção apresenta crescimento significativo, pois aumentou em 1172% entre 1970 e 2010, mantendo-se estável no ano de 2013 (Gráfico 11). Nesse sentido, Marafon (1998, p. 20) ressalta que “[...] o aumento da produção de arroz esteve associado à tecnificação do processo produtivo. Teve início e desenvolveu-se a cultura do arroz irrigado, principalmente nas regiões sul e oeste do Rio Grande do Sul [...]”.

Gráfico 11 – Quantidade produzida de arroz na Microrregião da Campanha Meridional

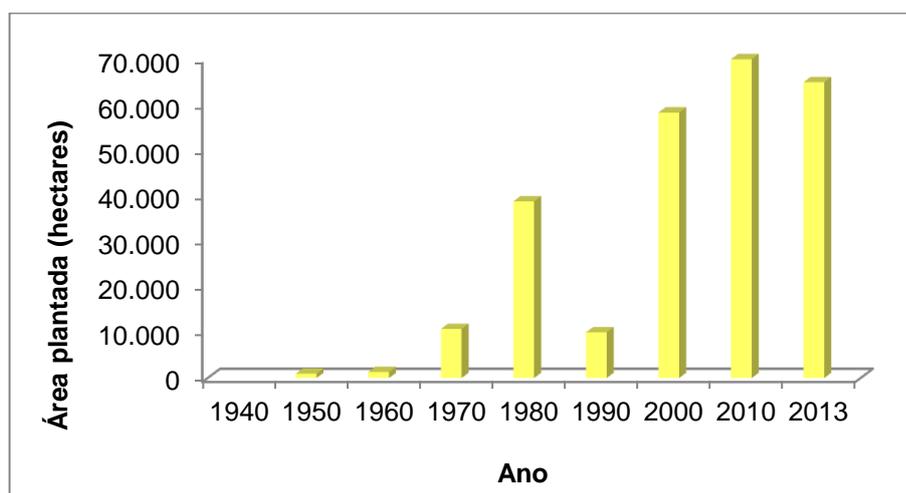


Fonte: Censos e Sistema IBGE de Recuperação Automática (Sidra), 2014.
Org.: ALVES, A. L. P., 2015.

Destaca-se também que, assim como a quantidade produzida, a área plantada (Gráfico 12) aumentou 548% de 1970 para 2010. No entanto, observa-se a diminuição da área plantada em 2013. Infere-se que essa redução ocorreu em função do aumento da área destinada ao plantio de soja, assim como o avanço tecnológico na produção de arroz, que possibilitou o aumento da produtividade.

Em relação aos municípios da Microrregião, destaca-se Dom Pedrito, que possui a lavoura orizícola como o principal responsável pela sua economia, tendo a maior quantidade produzida (Gráfico 13) e área plantada (Gráfico 14) desse recorte espacial, o qual chegou a 331.047 toneladas e 40.870 hectares no ano de 2013.

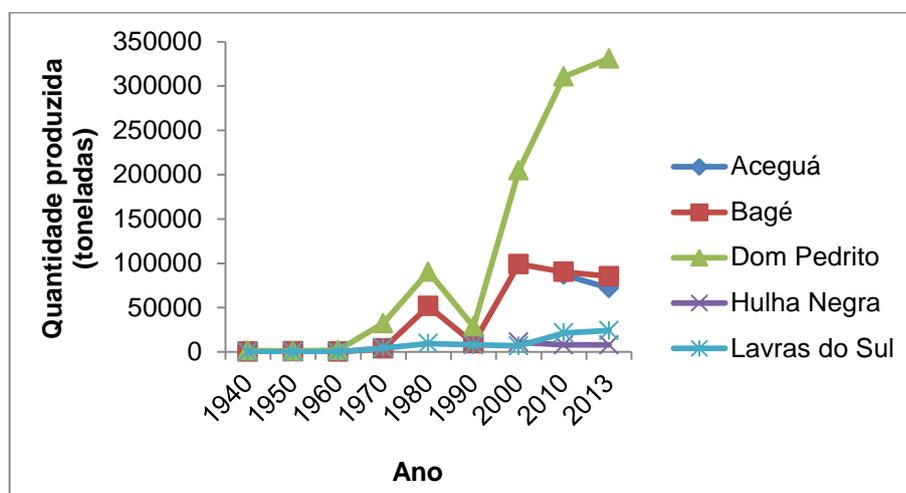
Gráfico 12 – Área plantada de arroz na Microrregião da Campanha Meridional



Fonte: Censos e Sistema IBGE de Recuperação Automática (Sidra), 2014.
Org.: ALVES, A. L. P., 2015.

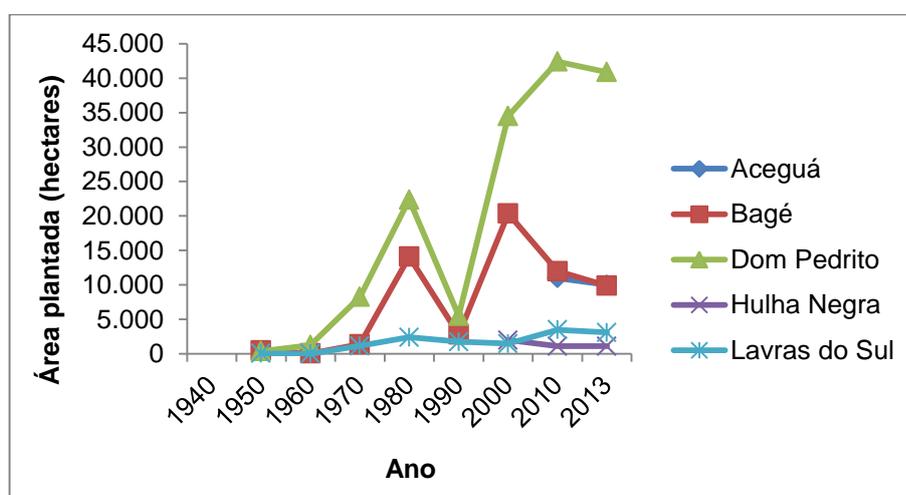
A produção de arroz ainda tem importância nos municípios de Bagé e Aceguá, já que são realizadas de modo consorciado com a pecuária e em rotação com a lavoura de soja. A tendência é que esse cultivo se mantenha estável em área plantada, uma vez que não há mais áreas para expansão, pois as lavouras de arroz já ocupam praticamente todas as áreas de várzea, em função das lavouras de soja que vêm crescendo em todos os municípios da microrregião (Figura 11a).

Gráfico 13 – Quantidade produzida de arroz por município



Fonte: Censos e Sistema IBGE de Recuperação Automática (Sidra), 2014.
Org.: ALVES, A. L. P., 2015.

Gráfico 14 – Área plantada de arroz por município



Fonte: Censos e Sistema IBGE de Recuperação Automática (Sidra), 2014.
Org.: ALVES, A. L. P., 2015.

As lavouras de arroz encontram dificuldades para se expandir na microrregião, pois a falta de água – evento comum na Microrregião – dificulta a expansão dessa produção, uma vez que as lavouras de arroz são irrigadas por áreas de inundação.

Figura 11 – (a) Cultivo de arroz; (b) silos para o armazenamento na Microrregião



Fonte: Trabalho de campo, 2015.

Salienta-se que as lavouras são consideradas partes integrantes do alicerçamento atual da pecuária, pois o consorciamento entre o pecuarista e o agricultor, por meio das pastagens de inverno, tem fornecido melhores campos para pastagem e alimentação do gado com a resteva. Desta forma, as transformações ocorridas na agricultura e o processo de acumulação no país, favoreceu a dinamização das relações produtivas, integrando a economia e reorganizando o espaço (MARAFON, 1998).

Em relação ao perfil do agricultor empresarial, este geralmente produz o arroz e a soja de modo consorciado, por meio de rotação de terras, gerando renda diversificada. Ressalva-se que o cultivo de arroz possui mais segurança quanto à perda de produção e à estabilidade de preço no mercado, se comparada à lavoura de soja. Tal fato estimula o agricultor a continuar com esta lavoura utilizando técnicas modernas de produção e armazenamento (Figura 11b).

Dessa forma, a lavoura orizícola está consolidada na Campanha Meridional, pois é uma das principais atividades responsáveis pela economia regional, a qual vem proporcionando estabilidade a seus produtores, em função do valor de mercado e também do abastecimento o mercado interno. Ressalta-se ainda a importância da rotação de terras, que está sendo realizada com as lavouras de soja e com a pecuária, o que vem proporcionando bons resultados a esta atividade.

5.5 Sojicultura

A soja é a mais importante semente oleaginosa cultivada no mundo. O aumento da produção e da produtividade está associado aos avanços tecnológicos, ao manejo e eficiência dos produtores. Esse grão é utilizado para diversos fins, tanto para alimento humano quanto animal, como também para vários produtos industriais e matéria prima para as agroindústrias (PAULA; FAVERET FILHO, s. d.).

Dos grãos de soja podem ser processados desde o óleo, o farelo e as farinhas. Na atualidade, essa produção tem importância nas exportações brasileiras e também no consumo do mercado interno, seja de forma direta (óleo, margarina) ou de indireta (carnes, leite) (MARAFON, 1998).

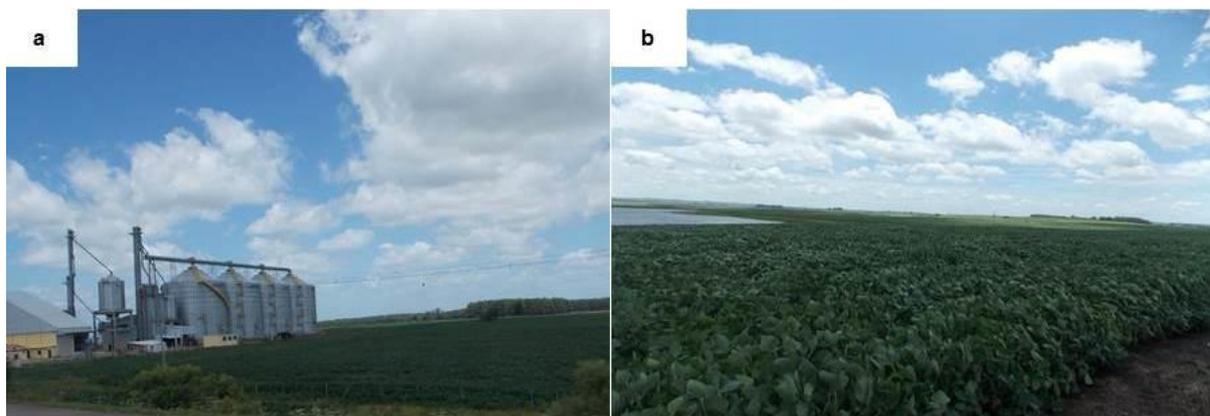
No Brasil, essa produção é cultivada especialmente nas regiões Sul e Centro-Oeste. O Rio Grande do Sul tem sua economia baseada principalmente no setor primário, o qual vem passando por significativas transformações no seu processo produtivo, principalmente no que se refere à produção agrícola. Nesta perspectiva, pode-se citar o cultivo empresarial da soja, que foi impulsionado pela demanda do mercado interno e externo, sendo então responsável por um novo redimensionamento do espaço rural no Estado gaúcho, uma vez que é considerado um dos maiores produtores exportadores de grãos do país. Ressalta-se que esse cultivo tem um importante papel social e econômico, pois está inserido em pequenas, médias e grandes propriedades rurais.

Nesse sentido, Marafon (1998, p. 53) destaca que

O Rio Grande do Sul vem ocupando um lugar de destaque na produção nacional de soja (primeiro lugar em 1994) e sedia um número considerável de empresas envolvidas no referido complexo. Sem dúvida, a inserção do Rio Grande do Sul na economia sojicultora concorreu para muitas transformações socioeconômicas e espaciais ocorridas no Rio Grande do Sul nas últimas quatro décadas.

A cultura da soja intensificou-se devido à valorização do grão no mercado internacional, expandindo as lavouras em todo o Rio Grande do Sul. As potencialidades naturais indicam outro fator que contribuiu para essa expansão, através da presença de uma topografia com relevo plano e solos férteis e, também, das chuvas bem distribuídas durante todo o ano (Figura 12).

Figura 12 –(a) Silos de armazenamento da soja; (b) Lavoura de soja em Hulha Negra

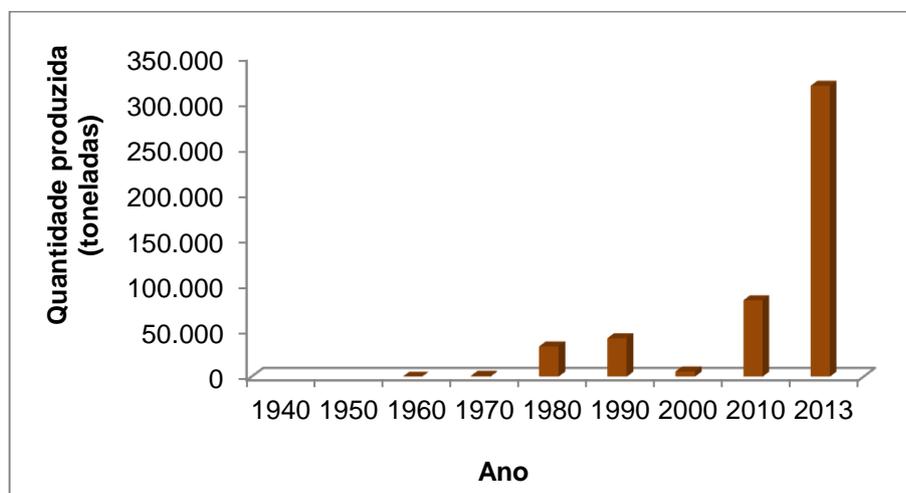


Fonte: Trabalho de Campo, 2015.

No contexto histórico do Rio Grande do Sul, as lavouras de arroz e soja ocuparam diferentes espaços, sendo a primeira cultivada na Campanha Gaúcha e a segunda, na região do Planalto. No entanto, nas últimas décadas, a soja vem se expandido para áreas tradicionais de produção de arroz. Isto se deve em função do valor de mercado, ou seja, da maior lucratividade aos agricultores, se comparada à produção do arroz irrigado (CHELOTTI, 2011).

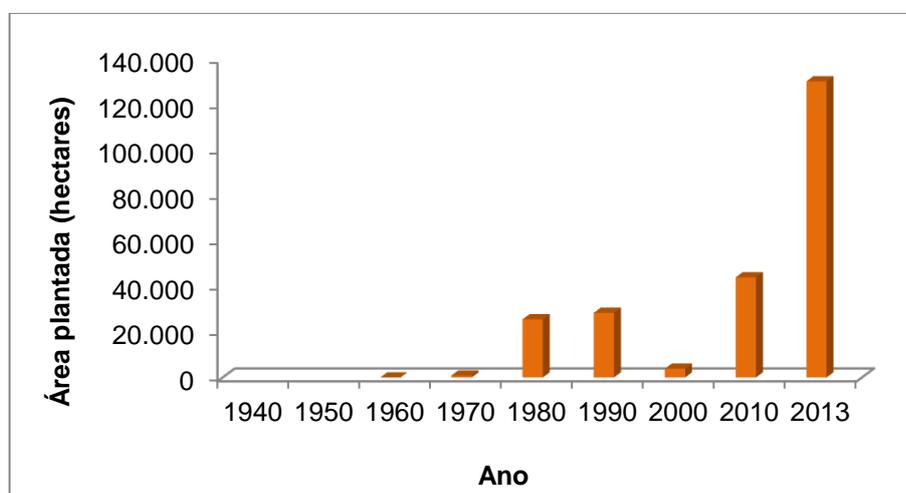
Dessa forma, observou-se em trabalho de campo que há uma tendência de superação das lavouras de soja em detrimento das de arroz na Campanha Meridional. Isso pode ser observado nos gráficos 15 e 16, cujo primeiro apresenta a quantidade produzida, e o segundo, a área plantada. A quantidade produzida aumentou de 2 toneladas em 1960 para 83.727 toneladas em 2010. Esse fato está vinculado ao aumento da área plantada, que passou de 2 hectares em 1960 para 44.200 hectares em 2010. No entanto é entre 2010 e 2013 que ocorre o maior crescimento, tanto em quantidade quanto em área plantada, aumentando respectivamente 280% e 195%. Isso ocorre em função do valor de mercado da soja, que fez com que muitos agricultores de arroz e até mesmo pecuaristas capitalizados investissem nesse cultivo.

Gráfico 15 – Quantidade produzida de soja na Microrregião da Campanha Meridional¹⁴



Fonte: Censos e Sistema IBGE de Recuperação Automática (Sidra), 2014.
Org.: ALVES, A. L. P., 2015.

Gráfico 16 – Área plantada de soja na Microrregião da Campanha Meridional



Fonte: Censos e Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA), 2014.
Org.: ALVES, A. L. P., 2015.

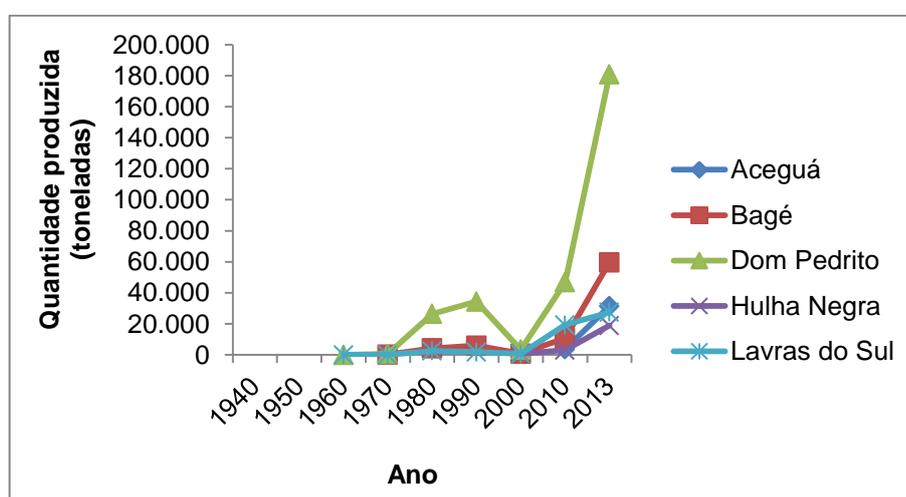
É importante salientar o papel que a soja desempenha na microrregião, pois incrementou o consorciamento das lavouras de arroz e da pecuária. Este consórcio tornou-se comum na microrregião, pois as lavouras de soja são cultivadas nas

¹⁴ Não há dados da produção de soja para os anos de 1940 e 1950 na microrregião em estudo.

coxilhas e as lavouras de arroz nas várzeas. Após a colheita, as áreas são destinadas às pastagens, em que as restevras ajudam a suprir a alimentação dos animais no período de inverno.

A lavoura de soja está em crescimento nos municípios estudados, com tendência a se expandir nos próximos anos. Pode-se afirmar que a soja já superou as lavouras de arroz nos municípios de Bagé, Hulha Negra e Lavras do Sul, devido ao seu valor de mercado interno e externo. Os dados por município podem ser visualizados nos gráficos 17 e 18.

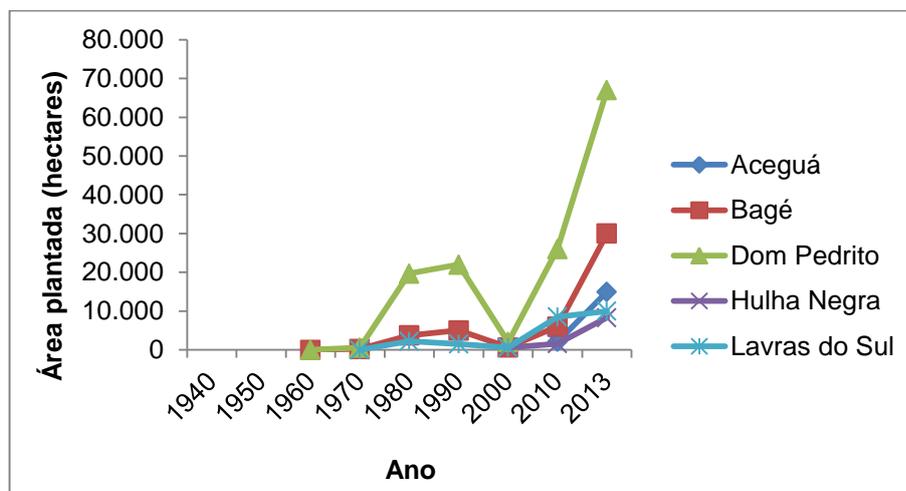
Gráfico 17 – Quantidade produzida de soja por município



Fonte: Censos e Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA), 2014.
Org.: ALVES, A. L. P., 2015.

No entanto, é importante enfatizar a preocupação de alguns técnicos em relação à sustentabilidade desse cultivo, uma vez que os solos dessa microrregião são rasos, em que uma agricultura pesada destrói o solo nativo, podendo gerar perdas a médio e em longo prazo. Tal fato pode levar o agricultor a ter dificuldades em pagar o arrendatário. De acordo com as informações obtidas com o IRGA, cerca de 70 a 80% das lavouras são de terras arrendadas. Considerando que muitas vezes o arrendatário é pecuarista e depende desse capital para investir em sua produção, pode gerar uma crise, não apenas na agricultura como, também, na pecuária, o que acarretaria em uma decadência econômica regional, pois a Campanha Meridional tem sua economia baseada no setor primário.

Gráfico 18 – Área plantada de soja por município



Fonte: Censos e Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA), 2014.
Org.: ALVES, A. L. P., 2015.

Outro fator negativo corresponde ao processo de monocultura da soja em algumas propriedades dos municípios gaúchos, em que o mercado interno se torna totalmente suscetível ao mercado externo, uma vez que o mesmo fica dependente de decisões de outros países.

Ressaltam-se ainda as advertências quanto aos problemas ambientais que a produção da soja pode acarretar ao meio ambiente, pois a mesma necessita da aplicação de agroquímicos em grande quantidade, alterando e/ou prejudicando a fertilidade dos solos, os quais ficam altamente dependentes desses insumos químicos, além de contaminar os recursos hídricos, a atmosfera e a saúde dos seres humanos e animais.

Mesmo com as possibilidades de perda dos lucros e danos ao meio ambiente, a produção de soja é, na atualidade, a atividade mais lucrativa e, se depender da vontade dos produtores, eles continuarão investindo em seu cultivo.

Devido à tendência de mercado, nos próximos anos a soja deve aumentar tanto em área plantada como em quantidade produzida. O mesmo pode-se prever em relação à produtividade, considerando que os agricultores não vêm medindo esforços para melhorar seus lucros com a produção. Isso porque o progresso no uso de tecnologias e a atuação de grandes empresas ligadas ao agronegócio da soja, com a inserção de insumos ligados ao seu plantio, repercutem na melhor qualidade do grão e, por consequência, em mínimas perdas de safra.

5.6 Fruticultura: produção de uva e oliveiras

Devido à existência de desigualdades regionais no Rio Grande do Sul, os órgãos públicos nacionais e/ou estaduais, com o auxílio de instituições de ensino, vêm desenvolvendo políticas públicas e programas assistenciais, na tentativa de criar alternativas de dinamização socioeconômica nas regiões mais fragilizadas do estado.

Nesse sentido, cita-se a metade sul do estado do Rio Grande do Sul, a qual apresenta desempenho econômico inferior à média estadual, além do problema social, que é a alta taxa de desemprego, o que acarreta em maior êxodo rural. Dessa forma, tem-se elaborado estratégias de desenvolvimento, aproveitando a vocação regional e, também através da inserção de novas cadeias produtivas na busca pela diversificação dos produtos e das propriedades rurais.

Nesse processo de diversificação da produção, pode-se citar a fruticultura como um dos principais atores na transformação do espaço rural. Estudos realizados identificaram na Microrregião da Campanha Meridional condições favoráveis ao plantio de uva e de oliveiras (Figura 13a e 13b), tais como clima e solo, os quais se assemelham aos da região do Mediterrâneo. Com menos expressividade, há também o plantio de frutas cítricas (laranja e bergamota), pêssego, melancia¹⁵ e figo.

Mediante a essas constatações, destaca-se a elaboração de dois programas: Programa de Desenvolvimento da Fruticultura Irrigada na Metade Sul/RS e Projeto Olivais no Pampa.

O Programa de Desenvolvimento da Fruticultura Irrigada na Metade Sul/RS foi iniciado em 1997 e tem como objetivo a inserção da cadeia frutícola na Metade Sul do estado, visando melhorar os indicadores de desenvolvimento econômico e social. Por meio desse programa, os produtores rurais da Campanha Meridional contam com o apoio e a iniciativa das Prefeituras Municipais, Secretarias de Agropecuária, EMBRAPA, EMATER/RS, Universidade Federal de Pelotas, Universidades Federal do Rio Grande do Sul, Universidade Federal de Santa Maria, Universidade da Região da Campanha, Sindicatos e Associações Rurais e Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (FERREIRA, 2001).

¹⁵ O plantio de melancia ocorre via arrendamento no município de Bagé, por produtores do município de Triunfo, as quais são enviadas para a CEASA em Porto Alegre e/ou vendidas nas rodovias.

Figura 13 – (a) Parreirais de uva; (b) Plantio de oliveiras em Bagé



Fonte: Trabalho de campo, 2015.

Em relação à produção de azeitonas, foi elaborado o Projeto Olivais no Pampa, tendo como objetivo beneficiar pequenos e médios produtores, abrangendo cinco municípios da região do Pampa Gaúcho (Bagé, Candiota, Hulha Negra, Quaraí e Aceguá). Mediante o desenvolvimento desse cultivo, pretende-se fomentar a olivicultura, trabalhando toda a cadeia produtiva, desde o plantio até a comercialização, para obter o “azeite de oliva extra virgem do pampa”. Ressalta-se que para a execução desse projeto, tem-se como parceria o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e o Governo da Itália. Dessa forma, o programa fornecerá as mudas para os produtores, além da assistência técnica, sendo de responsabilidade municipal o preparo do solo para o plantio. No entanto, os insumos e os serviços técnicos necessários para sua implantação ficam a cargo do produtor selecionado (PREFEITURA MUNICIPAL DE BAGÉ, s. d.).

Na Campanha Meridional, caracterizada pela pecuária e pela produção de arroz e de soja, já se pode observar a mudança da paisagem através da inserção dos parreirais nas coxilhas do Pampa. É importante salientar que, diferentemente de como ocorre na Serra Gaúcha, os parreirais são, na sua maioria, de exploração empresarial, em média e grandes áreas, com alto capital de investimento, não apenas na mecanização como também na mão de obra. Dessa forma, os produtores tanto de uva quanto de azeitona são capitalizados, os quais normalmente possuem outras fontes de renda, advindas ou não do campo.

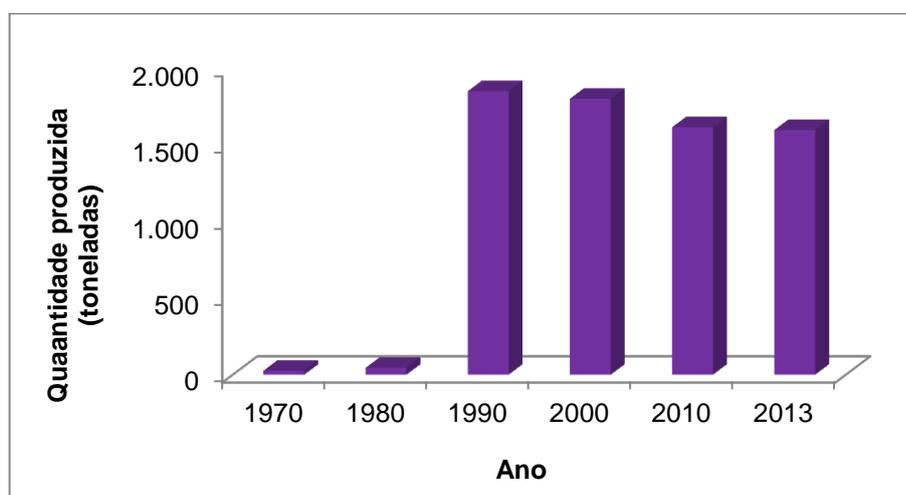
No entanto, não se pode deixar de enfatizar que, mesmo que em menor escala, há a presença de pequenos produtores produzindo uva, os quais recebem apoio da EMATER e extensionistas rurais das instituições de ensino. Ressalta-se que essa produção, em pequena propriedade, é orgânica. Nesta perspectiva, cita-se o município de Hulha Negra, o qual está desenvolvendo um projeto de vitivinicultura orgânica em 22 pequenas propriedades, de meio hectare por produtor, destinado à uva para suco. A ideia é que o suco seja produzido localmente, juntamente com o município de Candiota, com a finalidade de ser comercializado localmente e para merenda escolar. O desenvolvimento desse projeto conta com a ajuda técnica da EMATER local e regional, UFPel e Governo do Estado do Rio Grande do Sul.

Na escala temporal em análise (gráfico 19 e 20), é possível observar que a grande expansão na produção de uvas, tanto em quantidade produzida quanto em área plantada, ocorreu na década de 1990, e está intimamente ligada aos primeiros programas de incentivo governamental, além de acompanhar a tendência nacional na produção de uva que ocorreu na época. Já no período de 2010 para 2013, é possível observar um pequeno declínio na quantidade produzida e infere-se que essa diminuição ocorreu em função do alto valor do custo de plantio e manutenção dos parreirais de uva, pois todo custo de produção é de responsabilidade dos produtores. Assim, as únicas beneficiadas com essa produção são as vinícolas.

Em relação à área plantada, ocorre o contrário, ou seja, entre 2010 e 2013 houve o seu aumento. Tal fato se justifica, pois novos plantios estão sendo realizados, porém, como ainda se encontram em fase de crescimento, podem levar entre cinco e seis anos para dar os primeiros frutos.

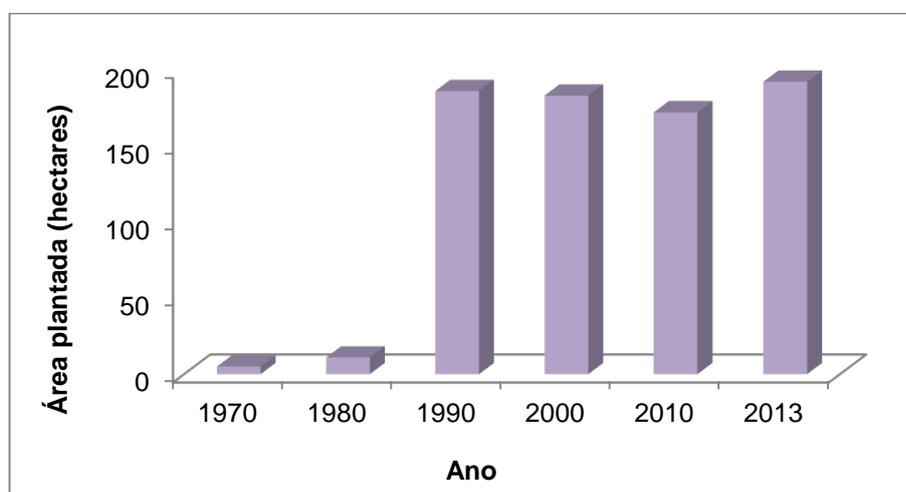
É importante salientar que existem poucos produtores de uva que estão produzindo vinhos artesanais e comercializando localmente. Esses produtores não vivem exclusivamente da vinícola, pois são também pecuaristas, agricultores de hortigranjeiros, arroz e/ou soja. Nesse sentido, pode-se inferir que a fruticultura é uma alternativa produtiva na MRG, embora ainda possua muitas dificuldades que devem ser superadas.

Gráfico 19 – Quantidade produzida de uva na Microrregião da Campanha Meridional¹⁶



Fonte: Censos e Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA), 2014.
Org.: ALVES, A. L. P., 2015.

Gráfico 20 – Área plantada de uva na Microrregião da Campanha Meridional



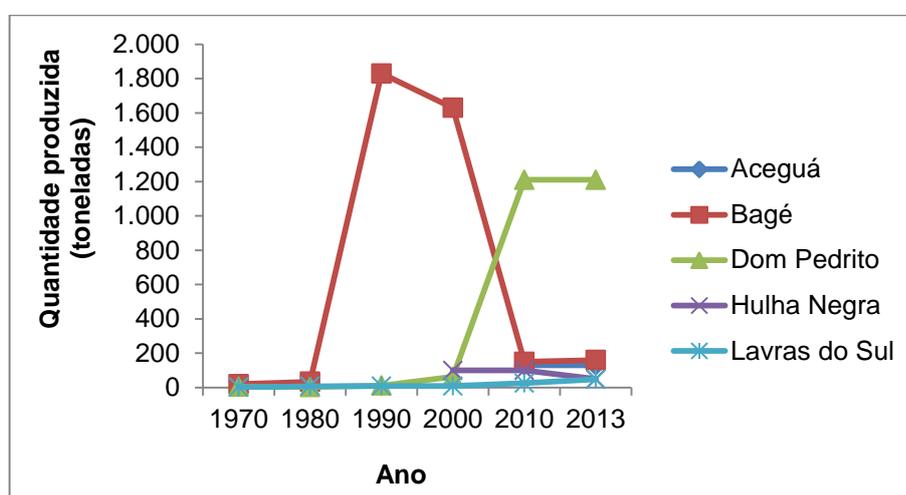
Fonte: Censos e Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA), 2014.
Org.: ALVES, A. L. P., 2015.

Em relação à produção de uva por município da microrregião (Gráfico 21 e 22), observam-se grandes oscilações. O município de Bagé apresentou uma diminuição, tanto em quantidade quanto em área, a partir de 1990. Tal fato ocorreu

¹⁶ Optou-se por apresentar os dados a partir de 1970, pois nos censos anteriores não há padronização nas unidades de medida, não sendo possível compará-los.

em função dos desmembramentos municipais que Bagé passou neste período, em que três de seus distritos (Aceguá, Candiota e Hulha Negra) se emanciparam. Nesse contexto, salienta-se que esses antigos distritos se caracterizavam pela presença de pequenos produtores, os quais desenvolviam a produção de uva. É importante destacar também que com as políticas de incentivos da década de 1990, muitos produtores investiram na produção. No entanto, com o passar do tempo, a falta de auxílio técnico e a presença de indústrias de beneficiamento muito próximas fizeram com que os produtores abandonassem a produção de uva nesse período.

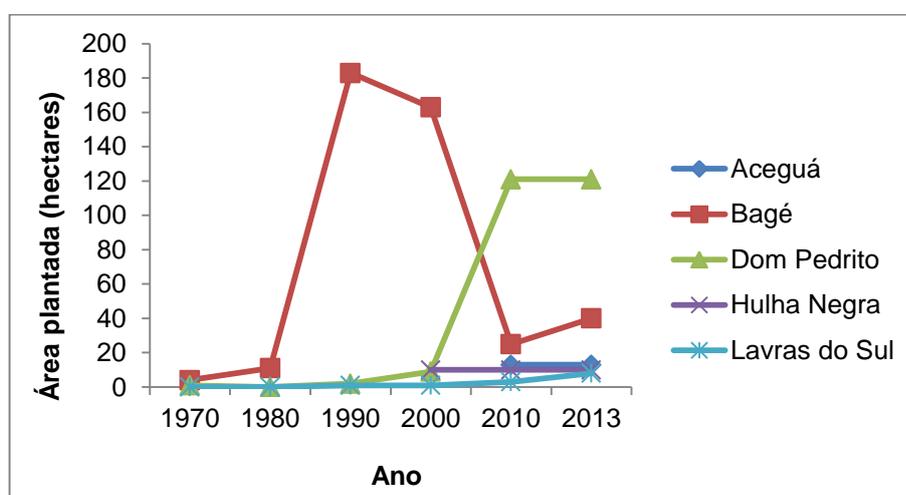
Gráfico 21 – Quantidade produzida de uva por município



Fonte: Censos e Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA), 2014.
Org.: ALVES, A. L. P., 2015.

Na atualidade, o município que vem se destacando na produção de uva é Dom Pedrito. Além do investimento de grandes vinícolas da Serra Gaúcha, tais como Aurora e Miolo, esse segmento vem recebendo apoio de produtores locais capitalizados, que estão investindo nesse segmento em consórcio com o arroz, a soja e a pecuária. Ainda é importante destacar a criação do curso de bacharelado em Enologia da UNIPAMPA, no campus de Dom Pedrito, assim como o curso de Extensão Rural, que vem desenvolvendo pesquisas e fornecendo auxílio aos produtores locais. Os demais municípios apresentam o cultivo da uva, porém, sem grande expressividade regional.

Gráfico 22 – Área plantada de uva por município



Fonte: Censos e Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA), 2014.
Org.: ALVES, A. L. P., 2015.

Em relação aos produtores de oliveiras, geralmente produtores de uva, sabe-se que estão se organizando por meio de associativismos para estruturar uma pequena agroindústria produtora do Azeite de Oliva Extra Virgem do Pampa. Entretanto, não existem dados dessa produção, uma vez que ainda não houve colheita, pois está em fase experimental.

Dessa forma, é possível analisar que os diversos programas e incentivos governamentais para a expansão da fruticultura na microrregião acabam beneficiando produtores que possuem uma economia estável, que não dependem exclusivamente do campo, pois são médicos, militares, aposentados, advogados, entre outros. Quando agricultores, estes são produtores de arroz, soja e/ou pecuaristas, ou seja, não dependem exclusivamente daquele cultivo.

De acordo com as informações obtidas no trabalho de campo, verificou-se que o valor para o plantio de um hectare de uva é de aproximadamente 45 mil reais e para o plantio de um hectare de oliveiras, aproximadamente 7 mil reais. Dessa forma, essas culturas não estimulam os pequenos produtores, ou seja, aqueles que realmente precisam de auxílio e/ou subsídios no campo.

Ressalta-se que a fruticultura, quando instalada em pequenas propriedades, é realizada por meio da doação de mudas e de políticas governamentais, tais como o PROFRUTA e o Olivais do Pampa. Essas produções possuem pouco ou nenhum

acompanhamento técnico, ou então, não estão adequadas para aquele tipo de solo. É importante salientar que tentar inserir cadeias produtivas de alto custo e ainda sem indústrias de beneficiamento aos pequenos produtores é colocá-los em uma situação de risco, tanto econômico quanto social, pois no início os produtores recebem apoio técnico e incentivo, no entanto, pela escassez de técnicos, acabam não sendo acompanhados no processo de produção.

Desse modo, apesar da fruticultura ser uma alternativa de diversificação da produção no campo, é necessário que haja cautela por parte dos gestores públicos para direcionar suas forças, pois o pequeno produtor necessita de acompanhamento em todas as etapas para se inserir nesse processo, desde o plantio até o mercado consumidor. Já os grandes produtores, que possuem apoio técnico particular, necessitam de infraestrutura das estradas para o escoamento da produção.

5.7 Silvicultura

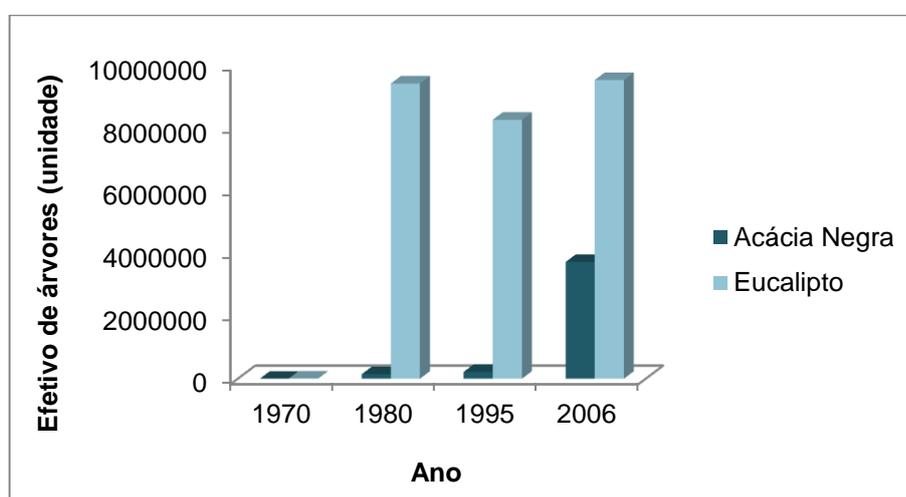
A silvicultura vem sendo introduzida em vários países. A principal espécie cultivada é o eucalipto, o qual é nativo da Austrália, do Timor e da Indonésia. A madeira extraída é utilizada nas produções de lâminas, compensados, aglomerados, carvão vegetal, madeira serrada, celulose e móveis, além de proporcionar a extração de produtos como óleos essenciais.

Os primeiros plantios de espécies de silvicultura, distantes de seu habitat original, ocorreram em países da Europa, Ásia e África, no início do século XVIII. Só a partir do século XIX, começou a ser cultivado em países da América do Sul. No Brasil surge com a finalidade comercial, principalmente para a construção de ferrovias (PEREIRA, 2010).

No Rio Grande do Sul a atividade pouco se expandiu na época de sua inserção, uma vez que o estado já tinha sua economia estabilizada, baseada na atividade pecuarista. O grande avanço da silvicultura pode ser verificado a partir do ano de 2006, devido aos incentivos governamentais realizados através de programas de fomento. Pode-se observar que o cultivo de eucalipto se manteve estável no período analisado, porém, é a Acácia Negra que ganhou espaço na microrregião. Acredita-se que os números apresentados já tenham duplicado nos últimos 10 anos, no entanto, não há dados oficiais atualizados (Gráfico 22).

Dessa forma, o avanço da silvicultura se deve aos seguintes incentivos governamentais: Programa Nacional de Florestas (PNF), Programa de Plantio Comercial e Recuperação de Florestas (PROFLORA) e Programa Nacional de Agricultura Familiar - PRONAF Florestal; além das linhas de crédito oferecidas. Nesse sentido, salienta-se a existência do Financiamento Direto a Empreendimentos (FINEM), em que a instituição financiadora é o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que entre 1991 e 2001 investiu cerca de US\$ 435 milhões na silvicultura (BINKOWSKI, 2009).

Gráfico 23 – Cultivo da Silvicultura na Campanha Meridional



Fonte: Censos Agropecuários e Sistema IBGE de Recuperação Automática, 2014.
Org.: ALVES, A. L. P., 2015.

A Campanha Meridional, por estar localizada na Metade Sul do Estado, recebeu maiores incentivos governamentais para a diversificação da produção através dessa cadeia produtiva, pois essa região é considerada economicamente atrasada, se comparada à região norte do Estado. Nessa lógica, as políticas governamentais visam à diversificação produtiva, não apenas da silvicultura como também da fruticultura, as quais foram e ainda são incentivadas.

Devido à disponibilidade de grandes extensões de terras, as empresas florestadoras foram atraídas pelos incentivos fiscais e, também, pelas condições edafoclimáticas da região. Entre as principais empresas, pode-se citar a Fibria (incorporação da Aracruz Celulose S.A. pela Votorantin Celulose e Papel) e a Stora Enso.

É importante salientar que o avanço da silvicultura sobre o bioma Pampa causa opiniões divergentes, tanto entre os produtores quanto entre os órgãos gestores. Têm-se de um lado os defensores do cultivo, que consideram importantes os investimentos das empresas, a possibilidade de geração de empregos e de diversificação das propriedades rurais através do plantio de florestas. Por outro lado, tem-se a visão dos ambientalistas e movimentos sociais, os quais se preocupam com a perda da biodiversidade que o plantio de plantas exóticas em grande escala pode acarretar ao Pampa. Esses consideram importante, também, a preservação da identidade regional, a qual foi construída sobre os campos nativos, em que as mudanças no uso, na ocupação do solo, a modernização agrícola e os processos de arenização podem colocar em risco a paisagem característica da identidade gaúcha, assim como pode ser prejudicial à fauna e a flora do bioma Pampa.

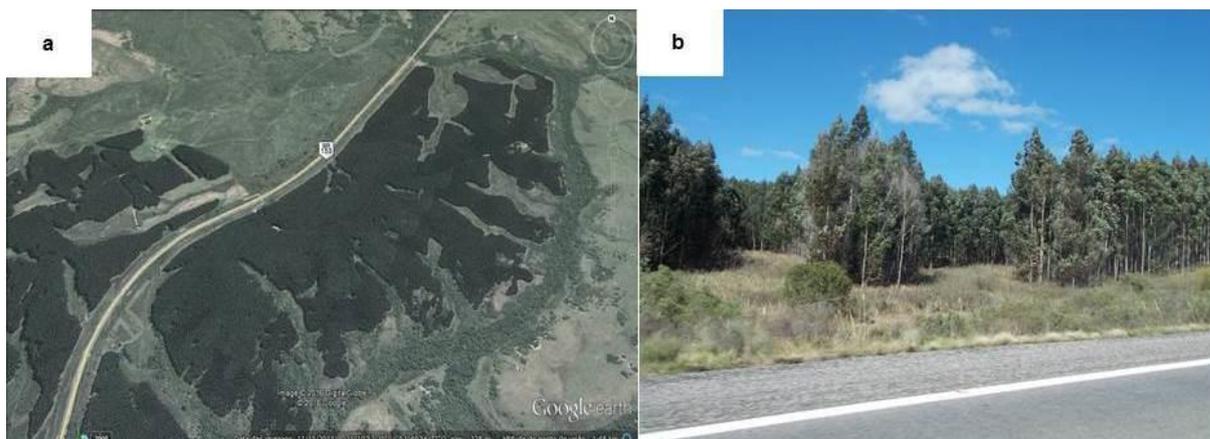
Na análise dos prós e contras desse cultivo, Pereira (2010, p. 95 e 96) tipifica-os em tecnofóbos e tecnófilos:

As divergências sobre os empreendimentos de silvicultura no Rio Grande do Sul serão comparadas as divergências decorrentes da técnica. Aqueles que abominam a técnica são os adeptos da tecnofobia (medo da técnica), e se fundamentam na concepção platônica metafísica. No cenário gaúcho de discussão aqueles que mais se aproximam dessa corrente são os contrários a silvicultura, partidários da conservação do meio ambiente, relacionando-a diretamente ao bioma Pampa. Não podemos dizer que há uma tecnofobia por parte destes porque eles não condenam a técnica em si, mas sim como ela é empregada. [...]. Do outro lado temos os que defendem o pólo florestal gaúcho sobre o bioma Pampa. Estes podemos chamar de tecnófilos, ou seja, consideram a técnica positivamente. O governo gaúcho, os representantes das empresas florestadoras e a mídia de grande circulação têm se mostrado “tecnófilos da silvicultura”. A tecnofilia se baseia na melhoria das técnicas objetivando a melhor eficácia. O desenvolvimento econômico da região é considerado um problema técnico, havendo a necessidade de uma nova técnica de uso da terra, que por sua vez criaria uma melhor eficácia.

Na atualidade, de acordo com o trabalho de campo e com as entrevistas realizadas, a silvicultura se encontra estagnada na Microrregião da Campanha Meridional. Ela não está se expandindo e ainda não foram realizados os cortes (Figura 14a), uma vez que o valor de mercado se encontra abaixo do esperado. Observa-se o aumento de debates sobre a sustentabilidade dessas árvores na Microrregião, pois os efeitos negativos já podem ser constatados, já que muitas mudas foram plantadas em solos de alta qualidade, desperdiçando áreas que poderiam ser aproveitadas para outras produções. Ressalta-se, ainda, o fato dessas

árvores atraírem animais como a caturrita e o javali. As caturritas dificultam a manutenção de parreirais, figueiras, árvores frutíferas em geral e plantações de milho e os javalis atacam terneiros nos campos, causando diversos prejuízos aos produtores rurais.

Figura 14 – (a) Vista aérea do cultivo da silvicultura; (b) Plantação em galerias



Fonte: Google Earth, 2016; Trabalho de Campo, 2015.

Quanto ao desenvolvimento e incentivo da silvicultura, essa só viria a contribuir para o meio rural se fosse praticada no sistema agrosilvopastoril (Figura 14b). Neste, as árvores (em pouco número) deveriam ser plantadas em áreas inapropriadas dentro de cada propriedade, nos solos que apresentassem baixa qualidade ou fossem rasos e pedregosos, sendo utilizado apenas para conforto animal.

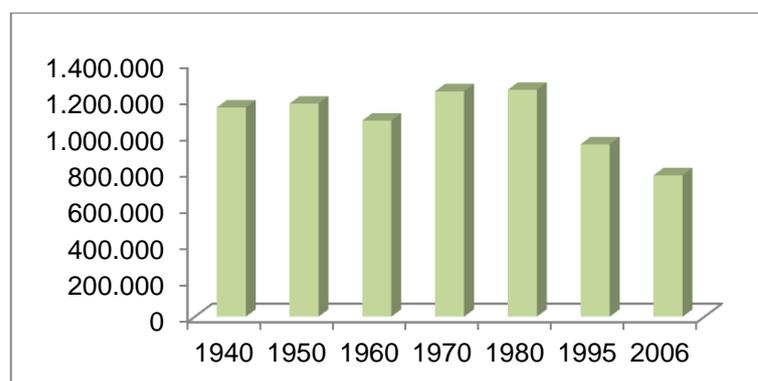
5.8 As transformações do espaço rural da Campanha Meridional

Ao analisar o histórico da Microrregião Geográfica da Campanha Meridional e suas principais cadeias produtivas, é possível observar que o seu espaço rural está sendo diversificado, porém, sem perder a essência da pecuária. Desta forma, os gráficos 23, 24 e 25 expõem a evolução da utilização das terras da microrregião.

No Gráfico 23, de 1980 a 2006, constata-se a diminuição de 471.406 hectares das áreas destinadas à pecuária, no entanto, conseqüentemente, neste mesmo período, as áreas de lavoura aumentam em 40.775 hectares (Gráfico 24). Há ainda

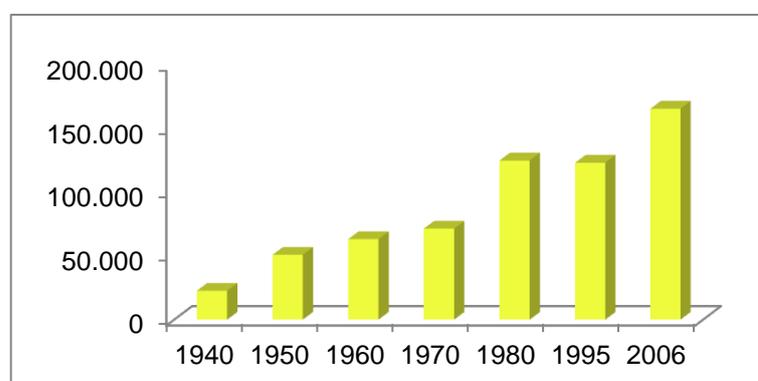
o aumento em 35.482 hectares de florestas (Gráfico 25). Este último fato se deve as leis de recuperação das matas nativas, as quais vêm sendo plantadas em compensação ao plantio da silvicultura.

Gráfico 24 – Evolução da área destinada à pastagem na Campanha Meridional



Fonte: Censos IBGE, 2015.

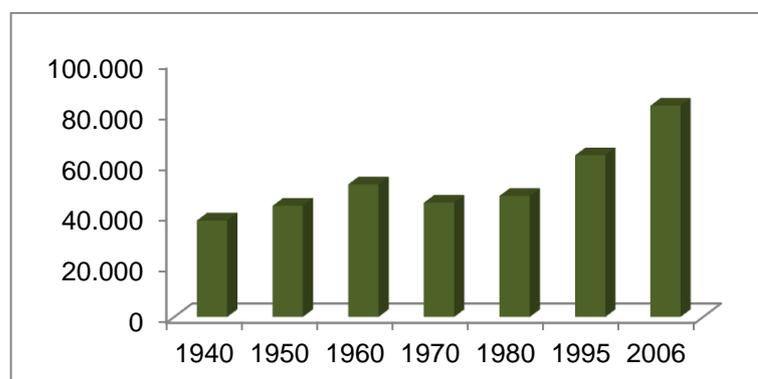
Gráfico 25 – Evolução da área destinada à lavoura na Campanha Meridional



Fonte: Censos IBGE, 2015.

A Microrregião da Campanha Meridional se transformou em um recorte espacial onde predomina o consorciamento entre a pecuária e as lavouras de arroz e de soja, pois essa prática já se tornou comum entre os pecuaristas e os agricultores, possibilitando a obtenção de melhores resultados para o setor primário da mesma.

Gráfico 26 – Evolução da área destinada a florestas na Campanha Meridional



Fonte: Censos IBGE, 2015.

Desse modo, essa microrregião não é mais caracterizada apenas pela pecuária, como há tempos. Ela se diversificou na tentativa de se erguer economicamente e se tornar competitiva, tanto no mercado interno quanto externo. Para isso, vem buscando os selos de qualidade de indicação geográfica para seus produtos, como a carne de gado ou de ovelha e o vinho. Ressalta-se ainda, a busca pelo retorno de atividades campeiras por meio do turismo rural nas estâncias, as quais possibilitam que o turista desenvolva atividades típicas da lida campeira, onde é possível ver e viver como os antigos peões, além de poder saborear a gastronomia típica.

Contudo, a Microrregião da Campanha Meridional é, hoje, o espaço da pecuária, do arroz, da soja, da fruticultura e da silvicultura, seja do pequeno, do médio e/ou do grande produtor. Apesar da diversidade e do excelente momento econômico, todos têm suas dificuldades a serem superadas, o que demonstra a necessidade de políticas públicas mais eficazes para os produtores e as atividades econômicas. Dessa forma, o próximo capítulo aborda as fragilidades e as potencialidades desse recorte espacial, procurando destacar os principais entraves do desenvolvimento regional da mesma.

5 POTENCIALIDADES E FRAGILIDADES REGIONAIS DA MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA DA CAMPANHA MERIDIONAL

Analisada a atual situação dos principais cenários que compõem o espaço rural da Microrregião Geográfica da Campanha Meridional, torna-se importante apontar as principais potencialidades e fragilidades regionais encontradas, seja através de bibliografias e/ou pelo trabalho de campo realizado, os quais serão abordados nesse capítulo. Para a realização dessa análise, optou-se por utilizar a Matriz SWOT, para que se pudesse compreender as vantagens e as desvantagens da microrregião (Quadro 1).

Quadro 1 – Matriz SWOT ou Matriz FOFA

	Forças	Fraquezas
Fatores internos	<ul style="list-style-type: none"> - Identificação cultural - Capitalização de grandes produtores - Localização Geográfica - Fatores físicos naturais 	<ul style="list-style-type: none"> - Falta de mão de obra - Êxodo Rural - Desqualificação técnica - Pouca assistência técnica - Dificuldade de acesso às linhas de crédito - Malha viária - Barreira cultural - Desorganização entre produtores
	Oportunidades	Ameaças
Fatores externos	<ul style="list-style-type: none"> - Indicação Geográfica (selo de qualidade) - Valor de mercado dos produtos - Mercado consumidor - Turismo rural - Feiras de arremate - Programas e projetos governamentais - Inserção de instituições de ensino 	<ul style="list-style-type: none"> - Mercado externo (Crise econômica em países importadores; Concorrência com vinhos argentinos e chilenos; Concorrência da carne argentina e uruguaia) - Mercado interno (Concorrência com a região Centro-Oeste) - Estiagem

Fonte: SILVA, et al., 2011.
Org.: ALVES, A. L. P., 2016.

No quadro 1, aponta-se as principais forças, fraquezas, oportunidades e ameaças encontradas na Microrregião da Campanha Meridional. Esses fatores

condicionantes podem ser de origem interna ou externa, os quais serão abordados individualmente.

5.1 Fatores internos

5.1.1 Forças

Entre as forças verificadas na microrregião se podem citar: a identificação cultural, a capitalização de grandes produtores, a localização geográfica e os fatores físicos naturais.

Ao realizar o planejamento de uma região, deve-se analisar, primeiramente, a vocação regional, e a Microrregião da Campanha Meridional, pela sua evolução, caracteriza-se pelo setor agropecuário, que é o principal responsável pela sua economia. O conhecimento e o saber-fazer regional são capazes de promover o desenvolvimento local/regional, seja ele de ordem econômica e/ou social. Nesse sentido, destacam-se três pontos a serem analisados: (a) a singularidade do produto, o seu diferencial e as características que estão enraizadas na cultura local; (b) o contato do consumidor com a ambiência social e cultural do produto na origem e (c) a qualidade do produto, que deve estar interligada à questão cultural dos produtores e sua organização social (ARANTES, 2004).

Dessa forma, pode-se afirmar que não só os produtores, mas também grande parte da população dos municípios possui identificação cultural com as atividades do campo, pois esses nasceram no meio rural ou desenvolvem atividades na cidade de prestação de serviços ao mesmo. Outro fator importante a ser considerado como força na microrregião é a presença de médios e grandes produtores detentores de capital, os quais possuem condições de investir tanto na diversificação da produção, através de novas cadeias produtivas, como também em tecnologia no melhoramento das produções tradicionais, que é a pecuária e as lavouras de arroz e de soja.

Ressalta-se que esses produtores são os grandes impulsores da modernização do campo e da diversificação produtiva da microrregião. Antigamente, eles se apresentavam bastante receosos para investir em novas tecnologias e produções, porém, na atualidade, são os que mais se demonstraram abertos à novas oportunidades. Essa alteração ocorreu devido à necessidade dos mesmos continuarem ativos no campo, pois se não se modernizassem, seriam excluídos do

sistema produtivo e não restaria outra alternativa a não ser vender ou arrendar suas terras.

A localização geográfica da microrregião é uma força em potencial, pois permite fácil acesso ao porto de Rio Grande. Desta forma, facilita o escoamento da produção para a importação, além de ainda ter importantes vias de acesso a grandes centros urbanos e à região metropolitana de Porto Alegre, o que favorece o seu planejamento regional e territorial.

Os fatores físicos naturais da Microrregião da Campanha Meridional já receberam diversos estudos que comprovam sua eficiência para produção/reprodução animal, pois fornecem uma das melhores pastagens no país, embora apresente problemas de potencialidades, que em parte é compensada com a utilização de recursos técnicos. Também está comprovada a qualidade do clima e do solo para o plantio de uvas e azeitonas, as quais se tiverem sua cadeia produtiva estruturada na microrregião podem alcançar altos níveis de produtividade e, como consequência, alto lucro na produção.

5.1.2 Fraquezas

As fraquezas encontradas na microrregião são oriundas de diversos fatores, determinados como: falta de mão de obra; êxodo rural; desqualificação técnica, pouca assistência técnica, dificuldade de acesso às linhas de crédito, malha viária, barreira cultural e desorganização entre produtores.

Em relação à mão de obra, esta é considerada um entrave ao desenvolvimento local/regional, pois é difícil conseguir manter os trabalhadores no campo e as facilidades e confortos da cidade acabam atraindo os mesmos. Desse modo, está cada vez mais escassa a mão de obra para trabalho no meio rural. Outro fator que contribui é a questão da mulher, porque se a esposa for para a cidade com os filhos, o marido fica sozinho no campo, fazendo com que, muitas vezes, ele prefira trabalhar informalmente na cidade em um trabalho braçal de baixa remuneração, morando em áreas suburbanas, somente para ficar próximo à família. Tal circunstância reflete na diminuição da mão de obra permanente no campo e, conseqüentemente, no êxodo rural. Salienta-se que, se não forem tomadas iniciativas de permanência do homem no campo, essa situação só tenderá a aumentar nos próximos anos.

O processo de modernização do campo também foi responsável pela diminuição da mão de obra permanente, no entanto, observa-se o aumento da mão de obra temporária (diaristas) em função das lavouras nas épocas de plantio e colheita. Quanto à origem da mão de obra temporária, quando não é da própria MRG, é oriunda de municípios e regiões do centro do Estado (Quarta Colônia, São Pedro, São Sepé, Júlio de Castilhos, entre outros). A necessidade de buscar mão de obra em outros municípios também ocorre pela diminuição do número de jovens que permanecem no campo.

Ressalta-se que ao conseguir trabalhadores rurais, é comum possuírem pouca ou nenhuma qualificação, o que configura outra fraqueza a ser superada. Destaca-se que há cursos técnicos na Microrregião, através das universidades, institutos federais, SEBRAC, SENAI, entre outros. No entanto, acaba os qualificando e retirando-os do campo. Dessa forma, há a necessidade de incentivar cursos técnicos de trabalhadores do campo que estejam na ativa, pois irão contribuir diretamente e de modo imediato nas propriedades.

Outra fraqueza observada é a necessidade do produtor da Microrregião da Campanha Meridional em aprender a utilizar a assistência técnica, pois muitos reclamam da falta de ajuda, mas raramente solicitaram auxílio técnico da EMATER, prefeitura e/ou outros órgãos. Em relação ao acompanhamento técnico disponível pela EMATER, este não é suficiente, devido aos poucos profissionais disponíveis, ao grande número de propriedades e às grandes distâncias entre as mesmas. Seria necessária a contratação de mais profissionais, por parte dos órgãos públicos, e também que houvesse o incentivo aos produtores, explicando a importância dos técnicos em suas propriedades.

Os médios e grandes produtores contratam assessorias e técnicos, ou também recebem auxílio dos vendedores de insumos. Os pequenos produtores precisam de assistência constantemente (seja de agrônomos, zootecnistas ou veterinários), pois, muitas vezes, a consequência disso é a perda de seus animais por falta de ajuda e/ou também pela distância das áreas urbanas. Uma solução viável seria incentivar o conhecimento técnico, viabilizado por cursos e treinamentos para amenizar e/ou solucionar alguns problemas do seu cotidiano.

Em relação às linhas de crédito, a maioria dos produtores realizam financiamentos geralmente oriundos do PRONAF (Mais Alimentos). No entanto, mesmo diante das diversas linhas de crédito disponíveis, os entrevistados reclamam

da burocracia existente nos bancos e da demora na liberação do mesmo. Os grandes agricultores utilizam também os financiamentos de engenhos. Entretanto, os produtores que mais sofrem são os pequenos. Salienta-se que os agricultores familiares possuem mais dificuldades de acesso ao crédito em comparação aos assentados, pois estes últimos dispõem de um número maior de programas do governo. É necessária a desburocratização por parte dos bancos, para que não haja a desestimulação dos produtores em investir em suas propriedades e produções.

As estradas da microrregião são outra fraqueza a ser superada, pois, apesar de todos os municípios possuírem acesso asfáltico, as estradas que ligam o interior são um dos principais problemas para o escoamento da produção, a locomoção do produtor e, também, a acessibilidade dos técnicos chegarem até as propriedades. Dessa forma, devido a grande extensão dos municípios, as distâncias entre os núcleos urbanos e as localidades do interior se tornam um problema maior devido à falta de estradas pavimentadas. Ressalta-se ainda que a ausência de pavimentação faz com que haja maior perda de grãos e desgaste dos animais enquanto estão sendo transportados.

O município de Lavras do Sul apresenta esse problema de forma mais expressiva a, pois o único modo de acesso por estrada pavimentada é a RS-357, em direção a Caçapava do Sul, com aproximadamente 60 quilômetros de distância. Depois, o município mais próximo é Bagé, cerca de 80 km pela RS-357 e BR-473, cujo caminho tem de ser feito por estrada não pavimentada.

Outra fraqueza, não menos importante, é a questão cultural dos produtores da microrregião. Devido à tradição regional, o vínculo afetivo com a atividade pecuarista se torna uma barreira para a tecnificação e diversificação das propriedades rurais voltadas para a agricultura. Este é um dos motivos que fazem com que as transformações espaciais sejam mais lentas na Microrregião da Campanha Meridional, pois o receio do que é novo e de investimentos em longo prazo contribuem para um crescimento econômico regional mais lento, se comparado às demais regiões do estado gaúcho.

No entanto, o fato dos filhos dos produtores estarem estudando em universidades e instituições de ensino voltadas ao meio rural vem contribuindo nesse processo, pois eles trazem consigo ideias novas para o melhoramento das atividades rurais e os pais acabam incorporando essas inovações em suas propriedades. A partir dessas, os produtores vizinhos, sabendo das atividades que

estão dando certo, acabam as agregando em suas propriedades. Ressalta-se que esse é um processo gradativo, porém já pode ser observado no espaço rural. Entretanto, poderia avançar mais rapidamente com a presença da extensão rural, a qual contribuiria para a qualificação do homem no campo, como também para a inserção desses produtores tradicionais em novas técnicas e tendências econômicas.

Nesse sentido, outra fraqueza a ser enfatizada é a desorganização dos produtores. Se houvesse maior organização e espírito de coletividade e cooperativismo entre eles, vários fatores poderiam ser superados, inclusive, a barreira cultural e a troca de experiências contribuiriam para uma mudança significativa que viria a melhorar a vida econômica e social dos produtores.

5.2 Fatores Externos

5.2.1 Oportunidades

Entre as oportunidades encontradas na Microrregião da Campanha Meridional, cita-se: indicação geográfica (selo de qualidade), valor de mercado dos produtos, mercado consumidor, turismo rural, feiras de arremate, programas e projetos governamentais e inserção de instituições de ensino.

Entre as oportunidades que são conferidas à microrregião, tem-se a Indicação Geográfica (IG), a qual vem agregando valor aos produtos e gerando novos mercados consumidores. O registro IG é conferido a produtos ou serviços que são característicos do seu local de origem, que lhes atribui reputação, identidade e excelente valor de mercado, o qual se distingue dos produtos similares no mercado. Os produtos que recebem esse registro apresentam qualidade única, seja pela origem, pela vegetação, pelo clima ou pelo saber fazer “*know-how*” de determinado local.

Portanto, a Indicação Geográfica tem colaborado como uma oportunidade na microrregião, que na atualidade consegue vender seus produtos com valor excelente no mercado, pois há um nicho específico de consumidores que buscam experimentar as especialidades de cada lugar, sem preocupação com o valor, mas com a qualidade do produto que se está consumindo. Dessa forma, cabe aos governantes locais/regionais juntamente com associações, sindicatos e EMATER verificar quais produtos produzidos na microrregião podem receber o

melhoramento/aperfeiçoamento, para juntos conseguirem adquirir esse registro, visando contribuir em ganhos aos produtores e à economia regional.

Outro segmento importante como uma oportunidade ao desenvolvimento regional é a busca pelo incentivo ao turismo rural. Com a correria do dia a dia, cada vez mais, há pessoas interessadas em fugir dos grandes centros urbanos, em busca de paz e da tranquilidade do campo. Desta forma, o turismo rural pode se tornar uma alternativa de renda aos produtores, uma vez que é realizado de modo consorciado às atividades do campo. No turismo rural disponível na microrregião se pode pensar em organizar visitas aos Haras, às Cabanhas, como também em realizar festivais gastronômicos e/ou organizar visitas nas antigas estâncias, para que demonstrem as atividades tradicionais campeiras. Ressalta-se que na microrregião já há o investimento no Enoturismo em vinícolas locais. Neste contexto, destaca-se a Guatambu Estância do Vinho, localizada em Dom Pedrito, que vem sendo a precursora nesse segmento e que recebeu entre junho de 2013 até o fim de 2014 cerca de 7 mil turistas (DEMOLINER, 2015).

Enfatiza-se ainda a importância das feiras de arremates locais, as quais atraem produtores não apenas da microrregião, mas da metade sul do estado como um todo e de outros municípios gaúchos. Essas feiras são uma grande oportunidade aos produtores, não apenas pela venda dos animais, mas também por se tornar um local de troca de experiências, o que permite mostrar aos produtores regionais novas oportunidades e possibilidades de crescimento econômico. As feiras são organizadas pelos sindicatos e associações rurais e ocorrem de forma semanal, mensal, trimestral ou em grandes organizações, como, por exemplo, a Feira de Terneiros de Outono e da Primavera. Destaca-se ainda a EXPOINTER, realizada no município de Esteio, a qual é considerada a maior feira agropecuária da América Latina e uma das maiores do mundo, pois permite aos pecuaristas além de comprar e olhar animais selecionados e premiados, conhecer novos equipamentos e, também, discutir estratégias para o setor.

Também têm papel fundamental para o desenvolvimento local/regional os programas e projetos governamentais, os quais vêm auxiliando os produtores na inserção de novas cadeias produtivas ou no incremento das cadeias produtivas tradicionais. Em relação à inserção de novas cadeias produtivas, é preciso que os produtores avaliem a viabilidade da mesma, pois muitas vezes eles recebem auxílio no início, ou seja, na preparação do solo e plantio das mudas. Depois, pela falta de

assistência técnica, acabam perdendo sua produção e também a área que poderia ter sido destinada a sua produção tradicional e de ganho garantido. Portanto, é necessário que haja uma avaliação crítica por parte dos órgãos gestores quanto ao público alvo dessas políticas públicas, para que não haja desperdício de dinheiro público e nem coloquem produtores não capitalizados em situação de risco.

Quanto à instalação de instituições de ensino na Microrregião da Campanha Meridional, esta cresceu significativamente nos últimos 10 anos. Entre as principais se podem citar a UNIPAMPA, UERGS e URCAMP. Paralelamente, têm-se ainda cursos de ensino a distância. Ressalta-se que através da instalação dessas universidades públicas e particulares se facilitou o acesso à população regional, pois antigamente só quem tinha condições financeiras de ir morar em Santa Maria, Pelotas e Rio Grande poderia cursar o ensino superior. Desse modo, houve um avanço na educação da microrregião, pois possibilitou trazer maior conhecimento a população, além de ter aumentado o número de pesquisas e projetos sobre o recorte espacial. É importante salientar que entre os cursos de graduação criados, diversos deles estão voltados ao meio rural, além disso, cursos técnicos e tecnólogos também vêm possibilitando o aperfeiçoamento das atividades agropecuárias.

Ainda dentro do ramo de pesquisas, destaca-se a presença de uma unidade da EMBRAPA, a EMBRAPA Sul (localizada em Bagé), na qual é desenvolvido o Projeto do Alto Camaquã, que engloba a microrregião em estudo. A empresa vem promovendo ecoturismo, turismo rural, eventos técnico-científicos, gastronomia e artesanato, e vem trabalhando junto à comunidade e prefeituras municipais, buscando inserir novas atividades e estimulando o desenvolvimento local/regional.

5.2.2 Ameaças

Apesar das oportunidades dos fatores externos, é preciso analisar as ameaças que a MRG da Campanha Meridional pode sofrer. As principais ameaças encontradas foram o mercado externo e interno, além de um problema comum aos municípios da microrregião que é a estiagem.

Em relação ao mercado externo, apesar das boas condições devido à atual situação do câmbio, principalmente voltado ao mercado da soja, o cenário impõe a necessidade de os agentes adotarem medidas mais conservadoras, em razão do

risco com o qual o setor se depara, pois há a alta dependência do mercado externo. É necessário ter cautela, pois pode ocorrer uma crise econômica dos países importadores, o que viria a baixar repentinamente o valor comercial da soja. Os produtores que dependem unicamente dessa atividade poderão sofrer danos irreparáveis.

Nesta perspectiva Castro (2015, p. 8) alerta que

A combinação entre a crise econômica interna, inflação, volatilidade do câmbio, expectativa de supersafra nos Estados Unidos, desaceleração da China, baixos níveis de atividade econômica e o crescente custo dos insumos agropecuários exige atenção para um cenário de risco em 2016.

Ainda sob essa análise, é importante destacar que nos últimos anos a China reduziu o ritmo de crescimento, o que leva a incertezas quanto a sua capacidade em continuar comprando grande parcela da produção de soja brasileira.

No caso dos vinhos da Campanha Gaúcha, estes sofrem concorrência com os vinhos argentinos e chilenos, o que torna difícil competir, devido à valorização cambial e à qualidade da matéria prima dos concorrentes, que ainda apresentam potencial enológico superior, o que diminui o potencial competitivo do setor gaúcho.

Carlos Paiva, economista da FEE, em entrevista ao Portal Sul 21, destaca a importância do Governo Federal em criar condições para que se reverta a situação atual. Alerta ainda que medidas devam ser tomadas pela iniciativa privada. No entanto, por ser uma cadeia produtiva inovadora e competitiva, merece a atenção do Governo (PRESTES, 2013).

No que diz respeito ao incentivo que poderia ocorrer por parte do Governo, Paiva (2013, s. p.) ressalta que “[...] em eventos feitos por órgãos públicos brasileiros, como em embaixadas, não é admissível que você tenha espumantes de outros países e não os nossos”. Outra questão apontada pelo economista é a falta de incentivo ao consumo de suco de uva, pois se tem no Brasil um dos melhores sucos de uva do mundo, no entanto, é menos consumido que o suco de laranja, por exemplo. Dessa forma, fica claro que deve haver proteção comercial e incentivo ao consumo de vinhos e sucos de uva de fabricação nacional, protegendo o mercado interno e almejando o mercado externo.

Outro produto que deve ser protegido é a carne, pois há concorrência tanto no mercado externo quanto interno. No mercado interno, há o estado de São Paulo, o

qual é o maior exportador brasileiro nesse segmento e que concentra os principais frigoríficos brasileiros, o Friboi e o Bertin. No mercado externo, tem-se a concorrência com a Argentina, Uruguai e a Dinamarca, os quais apresentam excelente padrão de qualidade de seus produtos.

É importante salientar que com a recuperação econômica da Argentina, os produtores de carne bovina, não só da Microrregião da Campanha Meridional, mas do país como um todo, precisam se preparar para enfrentar esse concorrente. Para isso, deve-se buscar aumentar o valor do produto através da padronização do gado e tempo de abate. Outro fator que vem a contribuir para superar essa ameaça é a desvalorização do real, que permite um cenário favorável à exportação da carne brasileira no exterior.

Sem dúvida, a maior ameaça existente é de origem edafoclimática, representada pelas estiagens que ocorrem frequentemente na microrregião. Através destes eventos climáticos há uma enorme perda de animais e de lavouras nesse período e, geralmente, os produtores levam algum tempo para conseguirem se recuperar economicamente.

A Microrregião da Campanha Meridional apresenta poucos recursos hídricos, além disso, os municípios não apresentam grandes reservatórios, o que torna ainda mais difícil superar essa dificuldade em tempos de seca. Em função das estiagens periódicas em épocas de grande demanda de água pelas lavouras de arroz irrigado, soja e outros cultivos, especialmente nos meses de verão, a oferta diminui drasticamente. Tal fato leva as companhias de abastecimento a realizarem racionamento nos maiores município da microrregião, o que pode levar a inviabilizar atividades econômicas e sociais, prejudicando o desenvolvimento local/regional (SECRETARIA DO PLANEJAMENTO, MOBILIDADE E DESENVOLVIMENTO REGIONAL, 2015).

Entre as ameaças citadas, as estiagens sempre foram e serão um problema a ser superado. Desse modo, há a necessidade de ações de gestão para o uso racional da água, como a construção de barragens, que solucionam momentaneamente o problema, e também de ações em longo prazo, as quais devem ser discutidas com a comunidade e aplicadas na microrregião.

Através da análise por meio da matriz SWOT se pode constatar que há forças e oportunidades, que sem bem trabalhadas pelos órgãos gestores podem contribuir para alicerçar o desenvolvimento regional da microrregião. Entretanto, é preciso

estar atento às fraquezas e ameaças, avaliando-as e procurando solucioná-las. Para que se possa pensar no planejamento da Microrregião Geográfica da Campanha Meridional, é preciso estar ciente de todas as variáveis que foram identificadas, para que sejam potencializadas e/ou superadas.

6 CONSIDERAÇÕES

O homem, com o decorrer do tempo, imprime formas no espaço, organiza-o e reorganiza-o de acordo com seu grau de desenvolvimento econômico e tecnológico. Entretanto, algumas formas resistem ao tempo e às metamorfoses socioeconômicas, alterando a sua função e/ou assumindo uma nova, mediante as necessidades e as exigências da sociedade.

A MRG da Campanha Meridional mantém a sua realidade ainda baseada na grande propriedade, a qual é originada do seu contexto histórico de formação, porém apresenta algumas alterações, mais de ordem econômica e social, do que na estrutura fundiária. Entre essas, cita-se a presença da pequena propriedade, baseada na agricultura familiar, a presença de assentamentos rurais, os quais surgem em decorrência das transformações econômicas que ocorreram a partir da cedência da atividade pecuarista para a introdução das lavouras capitalistas, entre outras atividades, as quais correspondem ao processo de modernização do campo (RODRIGUES, 2006).

Pode-se afirmar que as atividades agropecuárias da Microrregião Geográfica da Campanha Meridional apresentaram profundas transformações ao longo da escala temporal em análise. Novos cenários foram incorporados aos velhos, na tentativa de diversificar e incrementar a econômica local/regional, além de buscar a geração de empregos. Entretanto, nenhum dos novos cenários conseguiu alterar a estrutura fundiária da microrregião, a qual continua baseada na grande propriedade e/ou na concentração fundiária.

Acreditava-se que o latifúndio presente nesse recorte espacial iria aos poucos se atenuar com as divisões de terras, frutos de heranças ou de venda. No entanto, não é o que ocorre, pois muitos herdeiros, sem interesse em dar continuidade nas atividades agropecuárias, acabam vendendo suas propriedades para outros grandes produtores, uma vez que a venda de terras para sua utilização na agricultura se tornou atrativa devido à valorização nas últimas décadas, viabilizada com a inserção das lavouras de arroz e de soja.

Destaca-se que os produtores da microrregião estão conscientes da necessidade de inserção das tecnologias no modo de produção, pois quem não se moderniza tende a ser excluído do processo produtivo. Porém, nem sempre há condições para realizar essas inovações, o que acaba colocando os

descapitalizados à margem do sistema. Nesse sentido, as linhas de crédito vêm facilitando o acesso ao capital para os pequenos produtores, que são aqueles que mais possuem dificuldades com a modernização do campo. No entanto, a demora e a burocracia na liberação do crédito e o receio do endividamento nos bancos acabam desmotivando os produtores.

Essas mudanças representam a força do capital na reorganização do espaço, mediante as necessidades do mercado. Apesar da inserção de novas atividades, pode-se constatar uma alteração de ordem tecnológica, mas sem mudanças na estrutura fundiária da microrregião. A presença das lavouras, principais responsáveis pelas transformações espaciais da microrregião, inseriram-se através de arrendamentos das grandes propriedades pertencentes aos pecuaristas. Estes disponibilizaram suas terras, por meio de arrendamentos ou vendas de parte delas, para conseguirem sobreviver economicamente e não perderem seus *status quo* de pecuarista.

Desse modo, na rearticulação espacial da Microrregião Geográfica da Campanha Meridional, o capital se tornou o fator determinante do processo. No entanto, ele se insere de forma distinta e gradual em cada município. Isto se deve, principalmente, ao poder aquisitivo dos produtores e à acessibilidade das linhas de crédito.

Destaca-se que os produtores da microrregião estão conscientes da necessidade de inserção das tecnologias no modo de produção, pois quem não se moderniza tende a ser excluído do processo produtivo. Porém, nem sempre há condições para realizar essas inovações, o que acaba colocando os descapitalizados à margem do sistema. Nesse sentido, as linhas de crédito vêm facilitando o acesso ao capital para os pequenos produtores, que são aqueles que mais possuem dificuldades com a modernização do campo. No entanto, a demora e a burocracia na liberação do crédito e o receio do endividamento nos bancos acabam desmotivando os produtores.

Em relação às atividades desenvolvidas na microrregião, pode-se avaliar que estão na melhor fase econômica já ocorrida nesse setor ao longo da sua história. É importante salientar que a agricultura tem maior relevância econômica, porém a pecuária tem maior importância social, pois envolve um grande número de pessoas contratadas e familiares na atividade.

A tendência é que a pecuária bovina de corte mantenha a produção estável, porém com diminuição de área destinada às pastagens, o que representa a intensificação da produção e, também, maior investimento em tecnologias no manejo do gado. Essa alteração de caráter tecnológico corresponde à demanda do mercado, a qual visa produtos de melhor qualidade. Neste sentido, o mercado busca registros de qualidade e de identificação geográfica que permitam maior valor de mercado aos produtos, o que vem a beneficiar os produtores. Quanto à pecuária leiteira, esta tende a aumentar entre os pequenos produtores. Na atualidade, esse segmento produtivo tem apresentado excelentes lucros, pois quanto maior for a produção, maior será o valor pago pelo litro do leite pelas cooperativas. Tal fato estimula o desenvolvimento e a expansão desse segmento no recorte espacial em estudo.

A pecuária ovina está retornando à Campanha Meridional, em função do aumento de seu valor comercial, tanto em relação à carne quanto à lã. Desse modo, o setor tende a se organizar e expandir, buscando unir os produtores para que haja maior excelência na criação de ovinos na microrregião, adquirindo novos nichos de mercado em âmbito nacional e internacional. Já a criação de equinos tende a aumentar nas cabanhas com os cavalos crioulos, por possuir um bom valor comercial e por representar um excelente animal para as corridas e para a lida no campo.

Quanto às lavouras empresariais de arroz e de soja, ambas tendem a aumentar suas produtividades nos próximos anos, devido às tecnologias que estão sendo inseridas, tanto no plantio quanto no manejo e na colheita. O arroz tende a se manter em área plantada devido a sua limitação em áreas de várzea, já a soja deverá aumentar a área e a produção, superando as lavouras de arroz. Este aumento se deve à lucratividade mais rápida, no entanto, o arroz apresenta maior estabilidade comercial, o que incentiva os produtores a investir nas duas atividades.

É importante salientar que o consorciamento entre o trinômio pecuária- arroz-soja vem beneficiando as atividades, uma vez que há a necessidade de pousio da terra e de alimentação para o gado. Enfatiza-se ainda que as lavouras são consideradas partes integrantes do alicerçamento atual da pecuária, pois o consorciamento entre o pecuarista e o agricultor, por meio das pastagens de inverno, tem fornecido melhores campos para pastagem e alimentação do gado com a resteva.

A fruticultura é uma realidade da MRG da Campanha Meridional, a qual é desenvolvida de modo empresarial. Essa produção deve receber a atenção por parte das políticas públicas mais com o objetivo de estruturação da cadeia produtiva, do que no incentivo à inserção da produção. Isto se deve ao fato de os produtores realizadores das atividades serem altamente capitalizados, não necessitando de financiamento ou doações de mudas, somente de ajuda na infraestrutura oferecida às mesmas, como a malha viária, indústrias de beneficiamento, entre outras. Há projetos de produção de uva em pequenas propriedades, porém será necessário manter a assistência técnica aos produtores após o plantio, pois caso ocorra falta de acompanhamento em algum momento do processo, este acarretará em grande perda, colocando-os em situação de risco.

Outra produção que está sendo desenvolvida na microrregião é o cultivo da oliveira, o qual está em fase de testes, sem colheitas até o momento. Tal como a oliveira, a uva também faz parte uma cadeia produtiva em estruturação e ambas necessitam de auxílio nesse processo. Desse modo, é necessário que os produtores se organizem para produzirem o azeite extra virgem do Pampa, através de associativismos ou cooperativismos, pois não há indústria de beneficiamento na microrregião, o que dificulta sua produção. Ainda há tempo hábil até a primeira colheita, para que iniciativas como essas sejam realizadas e, portanto, viabilizem sua expansão. Essa se caracteriza como uma alternativa produtiva, além de gerar empregos, o que viria a amenizar outro problema neste recorte espacial que é a oferta de trabalho.

Na silvicultura, a tendência é a estagnação do plantio, como já ocorre na Campanha Meridional, em que não há mais o interesse por parte dos produtores. Isto ocorre devido ao valor de mercado e aos resultados negativos de sua plantação, que já são observados no campo, pois a destruição do solo nativo do pampa e a atração de caturritas e javalis amedrontam os agricultores e os pecuaristas. Estes estão perdendo suas plantações e animais em virtude da presença destas árvores exóticas.

Entre as potencialidades e as fragilidades regionais, foi possível avaliar que a microrregião apresenta importantes forças, as quais se forem bem trabalhadas, buscando utilizá-las de forma adequada, em conjunto com as oportunidades que estão dispostas, tenderão a alcançar novos mercados e nichos consumidores. No entanto, para que isto ocorra e não haja arrependimento de suas escolhas, é

necessário suprir as fraquezas e estar atento às ameaças de mercado e suas possíveis perdas.

De modo geral, a pecuária e a agricultura da microrregião estão seguindo um caminho progressivo e, com a ajuda do mercado nacional e internacional atual, tendem a se superar, tornando-se cada vez mais competitivas. Dessa forma, as políticas públicas desenvolvidas na MRG da Campanha Meridional devem buscar englobar as principais atividades em potencial, almejando alcançar o pequeno, o médio e o grande produtor, pois apesar de serem bastante distintos, apresentam reivindicações em comum. Alguns exemplos são a dificuldade em conseguir mão de obra, seja ela qualificada ou não, a ausência ou pouca assistência técnica por parte do Estado, a deficiência da malha viária, a falta de empresas de beneficiamento na microrregião e a tamanha burocracia para a liberação de crédito.

Contudo, para que se possa alcançar o desenvolvimento regional da Microrregião Geográfica da Campanha Meridional, é importante que os órgãos gestores estejam atentos em dar continuidade às atividades que apresentam maiores potencialidades, para que possam estruturar cadeias produtivas eficientes que venham a beneficiar todos os atores envolvidos neste processo. Para isso, deve-se pensar na intensificação da modernização da pecuária, tanto bovina quanto ovina e na defesa e manutenção das produções de arroz e de soja. Além disso, também é importante apoiar atividades emergentes como a fruticultura, baseada na uva e na azeitona, e manter ativos projetos entre os pequenos produtores (mesmo que não acarretem grande impacto econômico na microrregião), pois têm grande relevância social para a manutenção dos produtores no campo.

Desse modo, com a realização desse estudo, pode-se constatar que a Microrregião Geográfica da Campanha Meridional apresenta seu espaço rural em constantes rearticulações, as quais se apoiam em velhos e novos cenários para buscar seu alicerçamento socioeconômico, a fim de acompanhar o ritmo do capital e evitar sua estagnação econômica.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, M. C. de. **Agricultura & capitalismo**. São Paulo: HUCITEC, 1979.
- ANDRADE, M. M. de. **Introdução à metodologia do trabalho científico: Elaboração de trabalhos na graduação**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1998.
- APROPAMPA. **Apropampa**. Disponível em: <<http://www.apropampa.com.br/institucional/apropampa>>. Acesso em: 20 dez. 2015.
- ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. **Rio Grande do Sul seus municípios e suas Leis de criação**. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, 2008. Disponível em: <http://www.al.rs.gov.br/Download/CAM/cronologia_municipios.PDF>. Acesso em: 23 jan. 2016.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS INDÚSTRIAS EXPORTADORAS DE CARNES. **Pecuária Brasileira**. Disponível em: <http://www.abiec.com.br/3_pecuaria.asp>. Acesso em: 20 dez. 2015.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CRIADORES DE OVINOS. **Programas de Lã**. Disponível em: <http://www.arcoovinos.com.br/sitenew/OvinoculturaGaucha/programa_la.html>. Acesso em: 20 dez. 2015.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CRIADORES DE OVINOS. **Bem-vindo ao Programa de Desenvolvimento e Qualificação da Ovinocultura Gaúcha**. Disponível em: <<http://www.arcoovinos.com.br/sitenew/OvinoculturaGaucha/index.html>>. Acesso em: 20 dez. 2015.
- ARANTES, A.A. Cultura e territorialidade em políticas sociais. In: LAGES, V., BRAGA, C., MORELLI, G. (orgs). **Territórios em movimento: cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva**. Brasília: Sebrae, 2004.
- BASSAN, D. S.; SIENDENBERG, D. R. Desenvolvimento buscando a redução das desigualdades. In: BECKER, D. F.; WITTMANN, M. L. (Org.). **Desenvolvimento Regional: Abordagens interdisciplinares**. Santa Cruz do Sul, 2003. p. 137-153.
- BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Pronaf**. Disponível em: <<http://www.bndes.gov.br/apoio/pronaf.html>>. Acesso em: 15 mar. 2015.
- BECKER, D. F. Economia política do (des) envolvimento regional contemporâneo. In: BECKER, D. F.; WITTMANN, M. L. **Desenvolvimento Regional: abordagens interdisciplinares**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003. p. 37-66.
- BEZZI, M. L. **São Borja - transformações no espaço agropecuário: o processo de despecuarização**. 1985. 182f. Dissertação (Mestrado em Organização do Espaço) - Instituto de Geociências e Ciências Exatas, UNESP, Rio Claro, 1985.

BEZZI, M. L. **Uma (Re) visão Historiográfica: da Gênese aos Novos Paradigmas.** Santa Maria: Ed. UFSM, 2004.

BEZZI, M. L. et al. **RS: Uma proposta de regionalização considerando os aspectos geoeconômicos.** Relatório técnico. Proade 2. Santa Maria: UFSM, 2006.

BINKOWSKI, P. **Conflitos ambientais e significados sociais em torno da expansão da silvicultura de eucalipto na “Metade Sul” do Rio Grande do Sul.** 2009. 211 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

BRASIL. **Lei nº 8.629/93, de 25 de fevereiro de 1993.** Dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal, Brasília, DR, 26 FEV. 1993. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCivil_03/Leis/L8629.htm>. Acesso em: 22 ago. 2015.

BROSE, M. **Fortalencendo a democracia e o desenvolvimento local: 103 experiências inovadoras no meio rural gaúcho.** Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000.

BRUM, A. J. **O desenvolvimento econômico brasileiro.** Petrópolis: Vozes, 1985.

BRUM, A. J. **Modernização da agricultura: trigo e soja.** Petrópolis: Vozes, 1988.
CASTILLO, R; FREDERICO, S. Espaço geográfico, produção e movimento: uma reflexão sobre o conceito de circuito espacial produtivo. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, v. 22, n. 3, p. 461-474, dez. 2010.

BRUM NETO, H. **Regiões culturais: a construção de identidades culturais no Rio Grande do Sul e sua manifestação na paisagem gaúcha** 2007. 319 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2007.

BRUM NETO, H; BEZZI, M. L. A região cultural como categoria de análise da materialização da cultura no espaço gaúcho. **RA'E GA**, Curitiba, n. 17, p. 17-30, 2009.

CABANHA EL ENTREVERO. **Cavalos na America.** Disponível em: <<http://www.elentrevero.com.br/conteudos/informacoes-historicas/28-cavalos-na-america>>. Acesso em: 3 jan. 2016

CAMPANHOLA, C; GRAZIANO DA SILVA, J. Desenvolvimento local e a democratização dos espaços rurais. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, n. 1, v. 17, p. 11-40, jan./abr., 2000.

CASTRO, A. B. de. **Sete ensaios sobre a economia brasileira.** 2. Ed. Rio de Janeiro: Forense - Universitária, v. 2, 1975.

CASTRO, A. M. G. de.; LIMA, S. M. V.; CRISTO, C. M. P. N. Cadeia Produtiva: Marco Conceitual para Apoiar a Prospecção. **XXII Símpósio de Gestão da Inovação Tecnológica**, USP, Salvador, 2002.

CASTRO, F. J. G. de. Conjuntura econômica, crise e o mercado da soja. **Análise conjuntural**, Curitiba, v. 37, n. 11-12, p. 7-9, nov./dez. 2015. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/biblioteca/docs/bol_37_6_b.pdf>. Acesso em: 16 dez. 2015.

CARGNIN, M. **A reorganização do espaço agrário de Júlio de Castilhos/RS**: uma nova dinâmica através da lavoura empresarial. 2009. 164f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2009.

CARGNIN, A. P. **Políticas de desenvolvimento regional no Rio Grande do Sul**: vestígios, marcas e repercussões territoriais. 2011. 317 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

CASTILLO, R.; FREDERICO, S. Espaço geográfico, produção e movimento: uma reflexão sobre o conceito de circuito espacial produtivo. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, n. 22, p. 461-473, 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sn/v22n3/04.pdf>>. Acesso em: 15 mar. 2015.

CHELOTTI, M. C. **A estância metamorfoseou-se**: (re) configurações territoriais e expressões da reterritorialização camponesa na Campanha Gaúcha (1990-2007). 2009, 288f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geografia, UFU, Uberlândia, 2009.

CHELOTTI, M. C. PESSÔA, V. L. S. A reforma agrária na Campanha Gaúcha: a (re) construção de espaços socioculturais. In: Simpósio Reforma Agrária: balanço crítico e perspectivas. **Anais eletrônicos...** Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2007. Disponível em: <<http://www.simposioreformaagraria.propp.ufu.br/trabalhos/grupo3/g.doc>>. Acesso em: 30 nov. 2014.

CHELOTTI, M. C. Produção desigual do espaço e dinâmica regional da agropecuária na Campanha Gaúcha (Brasil). **Observatorium**, Uberlândia, v. 2, n. 6, p. 36-67, abr. 2011. Disponível em: <<http://www.observatorium.ig.ufu.br/pdfs/2edicao/n6/4.pdf>>. Acesso em: 20 dez. 2015.

CONCEIÇÃO, O. A. C. **A expansão da soja no Rio Grande do Sul 1950-75**. Porto Alegre: FEE, 1986. Disponível: <<http://cdn.fee.tche.br/digitalizacao/teses-fee/expansao-soja-rio-grande-do-sul-teses-6/expansao-soja-rio-grande-do-sul-teses-6-texto.pdf.pdf>>. Acesso em: 18 fev. 2015.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Região e Organização espacial**. São Paulo: Ática, 1990.

CORRÊA, Roberto Lobato. O espaço geográfico: algumas considerações. In: SANTOS, Milton. (Org). **Novos rumos da Geografia brasileira**. 4. ed. São Paulo: HUCITEC, 1996. p. 25 – 34.

CORRÊA, R. L. **Trajetórias Geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1997.

CORREA, G. F.; et al. Assistência técnica, aperfeiçoamento e atualização em ovinocultura na região da Campanha Gaúcha. In: 31º Seminário de Extensão Universitária da Região Sul, 2013, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis, SEURS, 2013. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/124792/Tecnologia%20e%20produ%C3%A7%C3%A3o%20-%20ASSIST%C3%8ANCIA%20T%C3%89CNICA,%20APERFEI%C3%87OAMENTO%20E%20ATUALIZA%C3%87%C3%83O%20EM%20OVINOCULTURA%20NA%20REGI%C3%83O%20DA%20CAMPANHA%20GA%C3%9ACHA.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 20 nov. 2015.

CSR/IBAMA. **Monitoramento do desmatamento nos biomas brasileiros por satélite acordo e cooperação técnica MMA/IBAMA**. Ministério do Meio Ambiente: Brasília, 2010. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/estruturas/sbf_chm_rbbio/_arquivos/relatorio_tecnico_monitoramento_desmate_bioma_pampa_72.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2016.

DANTA, A.; KERTSNETZKY, J.; PROCHNIK, V. Empresa, indústria e mercados. In: KUPFER, D.; HASENCLEVER, L. (Org.). **Economia industrial: fundamentos teóricos e práticos no Brasil**. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

DE DAVID, C. **O processo de modernização da agricultura e a constituição do Complexo Agroindustrial no município de Cruz Alta/RS**. 1992. 125 p. Monografia (Especialização em Geociências). Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 1992.

DELGADO, N. G. Política econômica, ajuste externo e agricultura. In: LEITE, S. (Org.). **Políticas públicas e agricultura no Brasil**. Porto Alegre: UFRGS, 2001.

DEMOLINER, A. Com 15 vinícolas e investidores como Galvão Bueno, Campanha já produz 25% dos vinhos finos do Brasil. **Zero Hora**, Porto Alegre, 31 mar. 2015. Disponível em: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/campo-e-lavoura/noticia/2015/03/com-15-vincolas-e-investidores-como-galvao-bueno-campanha-ja-produz-25-dos-vinhos-finos-do-brasil-4729476.html>>. Acesso em: 27 dez. 2015.

EXPOINTER. **Selo de Qualidade Angus do Pampa vai agregar valor à carne gaúcha**. Disponível em: <http://www.expointer.rs.gov.br/conteudo/21637/selo-de-qualidade-angus-do-pampa-vai-agregar-valor-a-carne-gaucha>. Acesso em 20 dez. 2015.

FARAH JUNIOR, M. F. Orçamento público e gestão governamental. In: SILVA, C. L. da. (Org.). **Políticas Públicas e Desenvolvimento Local**. Petrópolis: Vozes, 2012.

FERREIRA, E. de. F. **Estudo do Programa de Fruticultura irrigada de clima temperado da Região da Campanha do Rio Grande do Sul, visto através do sistema integrado agronegocial (SIAN)**. 218f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001.

FORTES, A. B. **Compêndio da história do Rio Grande do Sul**. 6. ed. Porto Alegre: Sulina, 1981.

GAIOVICZ, E. F.; SAQUET, M. A. Modernização da agricultura e agroecologia. In: IV Simpósio Internacional de Geografia Agrária, Niterói. **Anais eletrônicos...** Niterói: UFF, 2009. Disponível em: <<http://www.uff.br/vsinga/trabalhos/Trabalhos%20Completos/ELAINE%20FABIANE%20GAIOVICZ.pdf>>. Acesso em: 10 fev. 2015.

GERARDI, L. H. de O. Algumas reflexões sobre modernização da agricultura. **Geografia**, v. 5, n. 9/10, out. 1980.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo: Atlas, 1999.

GILBERT, A. The new regional Geography in English and French – speaking countries. **Progress in Human Geography**, London, v. 12, n. 2, p. 208-228, jun. 1988.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. **Notícias**. Profruta/RS traça metas para expansão da fruticultura, Porto Alegre, 16 dez. 2003. Disponível em: <<http://www.estado.rs.gov.br/conteudo/179194/profrutars-traca-metas-para-expansao-da-fruticultura>>. Acesso em: 15 mar. 2015.

GRAZIANO DA SILVA, J. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. 2. ed. Campinas: UNICAMP, 1998.

GUIMARÃES, A. P. **Quatro séculos de latifúndio**. 5. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

HAESBAERT, R. **RS: latifúndio e identidade regional**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

HAESBAERT, R. Região, Diversidade Territorial e Globalização. **GEOgraphia**, v. 1, n. 1, p. 15-39, 1999.

HAESBAERT, R. **Regional Global: dilemas da Região e da Regionalização na Geografia Contemporânea**. Rio de Janeiro: Bertrand, 2010.

HAGUENAUER, L.; BAHIA, L. D.; CASTRO, P. F. DE; RIBEIRO, M. B. **Evolução das Cadeias Produtivas Brasileiras na Década de 90**. Brasília: IPEA, 2001. Disponível: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/995/1/TD_0786.pdf>. Acesso em: 28 nov. 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censos Econômicos de 1940: Agrícola, Industrial, Comercial e dos Serviços**. Rio de Janeiro: IBGE, 1950.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censos Econômicos de 1950**. Rio de Janeiro: IBGE, 1956.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agrícola de 1960**. Rio de Janeiro: IBGE, 1970.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário de 1970**. Rio de Janeiro: IBGE, 1974.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário de 1980**. Rio de Janeiro: IBGE, 1984.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo agropecuário 1995/96**. Rio de Janeiro: IBGE, 1998.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário 2006**. Rio de Janeiro: IBGE, 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Atlas das representações literárias de regiões brasileiras**. Rio de Janeiro: IBGE, 2006. Disponível em: <ftp://geoftp.ibge.gov.br/atlas/atlas_representacoes_literarias/vol_1_brasil_meridional.pdf>. Acesso em: 18 jan. 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Malhas digitais - 2010**. Disponível em: <<http://mapas.ibge.gov.br/bases-e-referenciais/bases-cartograficas/malhas-digitais.html>>. Acesso em: 20 jun. 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Divisão do Brasil em mesorregiões e microrregiões geográficas**. Rio de Janeiro: IBGE, 1990. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv2269_1.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **@Cidades - Aceguá**. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=430003&search=rio-grande-do-sul|acegua>>. Acesso em: 15 jun. 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **@Cidades - Bagé**. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=430160&search=rio-grande-do-sul|bage>>. Acesso em: 15 jun. 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **@Cidades – Dom Pedrito**. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=430660&search=rio-grande-do-sul|dom-pedrito>>. Acesso em: 15 jun. 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **@Cidades – Hulha Negra**. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=430965&search=rio-grande-do-sul|hulha-negra>>. Acesso em: 15 jun. 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **@Cidades – Lavras do Sul**. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=431150&search=rio-grande-do-sul|lavras-do-sul>>. Acesso em: 15 jun. 2015.

JOÃO, P. L.; Et al. **Levantamento da Fruticultura Comercial do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: EMATER/RS, 2002. Disponível em: <<http://www.emater.tche>>.

br/site/arquivos_pdf/teses/Vol.%2028%20-%20Levantamento%20da%20Fruticultura%20Comercial%20do%20RS.pdf>. Acesso em: 02 mar. 2015.

JOHNSON, B. B.; CASTRO, A. M. G. DE; PAEZ, M. L. & FREITAS FILHO, A. Projetos para a mudança estratégica em instituições de P&D. **Anais do XVII Simpósio Nacional de Gestão da Inovação Tecnológica**, FEA/USP, São Paulo, 1992.

KAGEYAMA, A. Desenvolvimento rural: Conceito e medida. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, n. 3, v. 21, p. 379-408, set./dez. 2004. Disponível em: <<http://seer.sct.embrapa.br/index.php/cct/article/view/8702>>. Acesso em: 21 mar. 2015.

KLIEMANN, L. H. S. **RS: Terra & Poder**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986.

KÜCHEMANN, B. A. **O Minufúndio Gaúcho**: ajuda técnica como alternativa?. Caxias do Sul: Ed. da UCS, 1980.

LANDO, A.; BARROS, E. Capitalismo e colonização: os alemães no Rio Grande do Sul. In: DACANAL, J.; GONZAGA, S. **RS: imigração e colonização**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1992. p. 9-46.

LEFÈBVRE, H. **Lógica formal e lógica dialética**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.

LENCIONI, S. **Região e Geografia**. São Paulo: Ed. USP, 1999.

LIPIETZ, A. **O capital e seu espaço**. São Paulo: Nobel, 1988.

LOVE, J. L. **O regionalismo gaúcho**. Tradução: Adalberto Marson. São Paulo: Perspectiva, 1975.

MARAFON, G. J. **A dimensão espacial do complexo agroindustrial soja no estado do Rio Grande do Sul**. 1998. 225 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 1998.

MEDEIROS, R. M. V. Re-territorialização e identidade - O significado dos assentamentos para a economia dos municípios: os casos de Hulha Negra, Aceguá e Candiota na Campanha Gaúcha (RS). In: IX Coloquio Internacional de Geocrítica, 2007, Porto Alegre. **Anais eletrônicos...** Porto Alegre: UFRGS, 2007. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/9porto/rosamed.htm>>. Acesso em: 18 fev. 2015.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. **Arroz**. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/vegetal/culturas/arroz>>. Acesso em: 27 dez. 2015.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Bioma Pampa**. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/biomas/pampa>>. Acesso em: 17 jan. 2016.

- MORAES, F. D. **A organização espacial de Mata/RS**: reestruturação produtiva no seu espaço rural. 2009. 155f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2009.
- MOREIRA, R. Repensando a Geografia. In: SANTOS, Milton. (Org). **Novos rumos da Geografia brasileira**. 4. ed. São Paulo: HUCITEC, 1996. p. 35 – 49.
- MOREIRA, I. **O Espaço Rio-Grandense**. São Paulo: Ática, 2003.
- MORO, D. A. A organização do espaço como objeto da Geografia. **Geografia**, v. 15, n. 1, p. 1 - 19, abr., 1990.
- NAVARRO, Z. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. **Estudos avançados**, v. 15, n. 43, 2001.
- OLIVEIRA, A. U. O campo brasileiro no final dos anos 80. In: Stédile, João Pedro (Coord.). **A Questão agrária hoje**. Porto Alegre: UFRGS, 1994.
- OLIVEIRA, F. de. **Elegia para uma Re(li)gião**: SUDENE, Nordeste: Planejamento e conflitos de classes. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- PAIVA, R. M. Modernização e dualismo tecnológico na agricultura: Uma reformulação. In: **Pesquisa e Planejamento Econômico**, v. 5, n. 1, jun., Rio de Janeiro, p. 117–161, 1975. Disponível em: <<http://www.ppe.ipea.gov.br/index.php/ppe/article/viewFile/656/598>>. Acesso em: 18 fev. 2015.
- PAULA, S. R.; FAVERET FILHO, P. **Panorama do complexo soja**. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/bnset/set804.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2016.
- PÉBAYLE, R. A rizicultura irrigada no Rio Grande do Sul. **Boletim Geográfico do Rio Grande do Sul**, ano 16, n. 14, p. 4-11, 1971a. Disponível em: <<http://revistas.fee.tche.br/index.php/boletim-geografico-rs/article/view/3274/3346>>. Acesso em: 20 fev. 2015.
- PÉBAYLE, R. A vida rural na “Campanha” do Rio Grandense. **Boletim Geográfico do Rio Grande do Sul**, ano 16, n. 14, p. 36-43, 1971b. Disponível em: <<http://revistas.fee.tche.br/index.php/boletim-geografico-rs/article/view/3277/3349>>. Acesso em: 20 fev. 2015.
- PEREIRA, F. G. A expansão da silvicultura sobre o Bioma Pampa: impactos além dos campos. In: COSTA, B. P. da; QUOOS, J. H.; DICKEL, M. E. G. (orgs.). **A sustentabilidade da Região da Campanha-RS**: Práticas e teorias a respeito das relações entre ambiente, sociedade, cultura e políticas públicas. Santa Maria: UFSM, 2010. cap. 4. Disponível em: <<http://w3.ufsm.br/ppggeo/files/ebook02/E-BOOK.pdf>>. Acesso em: 15 dez. 2015.
- PESAVENTO, S. J. **História do Rio Grande do Sul**. 2. Ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.

PORTO, R. G. **Caracterização da pecuária familiar na região da Campanha Meridional**: estudo de caso no município de Bagé-RS. 2008. 166f. Dissertação (Mestrado em Sistemas de Produção Agrícola Familiar) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2008.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BAGÉ. **Notícias - Olivais do Pampa avança nos campos da região**. Disponível em: <http://www.bage.rs.gov.br/noticias_visualiza.php?id=1850>. Acesso em: 15 mar. 2015.

PRESTES, F. Setor vitivinícola se modernizou, mas ainda passa por desafios no RS. **Sul 21**, Porto Alegre, 9 abr. 2013. Disponível em: <<http://www.sul21.com.br/jornal/setor-vitivinicola-se-modernizou-mas-ainda-passa-por-desafios-no-rs/>>. Acesso em: 15 fev. 2016.

RATHMANN, R.; HOFF, D. N.; PADULA, A. D. Estratégias de desenvolvimento regional com base na diversificação da produção: O desenvolvimento da cadeia frutícola da Região da Campanha do Estado do Rio Grande do Sul. **Teoria e Evidência Econômica**, Passo Fundo, n. 27, v. 14, 2006. Disponível em: <http://www.upf.br/cepeac/download/rev_n27_2006_art1.pdf>. Acesso em: 24 mar. 2015.

ROCHE, J. **A colonização alemã e o Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Globo, 1969.

RODRIGUES, A. de L. **O latifúndio no Rio Grande do Sul**: velhas formas na funcionalidade de novos atores econômicos na Microrregião Geográfica da Campanha Central. 2006. 148f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2006.

RODRIGUES, A. de L.; BEZZI, M. L. A dinâmica histórica do espaço latifundiário no Rio Grande do Sul e sua manifestação na Microrregião Geográfica da Campanha Central/RS/Brasil. **Geografia**, v. 33, n. 1, p. 21- 33, set. 2008.

SANTOS, M. **Por uma Geografia Nova**: da crítica da Geografia a uma Geografia Crítica. São Paulo: HUCITEC, 1996a.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo : Hucitec, 1996b.

SANTIN, M. F. C. de.; REIS, A. A silvicultura como veículo do desenvolvimento econômico e ambientalmente sustentável na metade sul do Rio Grande do Sul. In: VII Encontro da Sociedade Brasileira de Economia Ecológica, 2007, Fortaleza, **Anais eletrônicos**... Fortaleza: UNIFOR, 2007. Disponível: <http://www.ecoeco.org.br/conteudo/publicacoes/encontros/vii_en/mesa4/trabalhos/a_silvicultura_como_veiculo.pdf>. Acesso em: 02 mar. 2015.

SANTINI, E. J. **Aspectos da vegetação arbórea no Estado do Rio Grande do Sul. Santa Maria**: UFSM, 1976.

SAQUET, M. A.; SILVA, S. S. da. MILTON SANTOS: concepções de geografia, espaço e território. **Geo UERJ**, n. 18, v. 2, p. 24-42, 2008.

SEBRAE. **O Registro de Indicação Geográfica certifica qualidade dos cortes mais nobres e garante preços mais competitivos**. Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/Selo-de-proced%C3%A2ncia-valoriza-carne-em-at%C3%A9-40%25>>. Acesso em: 20 dez. 2015.

SECRETARIA DE AGRICULTURA DO RIO GRANDE DO SUL. **Correção**. Disponível em: <http://www.agricultura.rs.gov.br/lista/953/Corre%C3%A7%C3%A3o_do_Solo>. Acesso em: 15 mar. 2015.

SECRETARIA DE AGRICULTURA DO RIO GRANDE DO SUL. **Dissemina**. Disponível em: <<http://www.agricultura.rs.gov.br/conteudo/3417/?Dissemina>>. Acesso em: 15 mar. 2015.

SECRETARIA DE AGRICULTURA DO RIO GRANDE DO SUL. **Mais ovinos no campo**. Disponível em: <http://www.agricultura.rs.gov.br/conteudo/1033/?Mais_Ovinos_no_Campo>. Acesso em 15 mar. 2015.

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO, MOBILIDADE E DESENVOLVIMENTO REGIONAL. **Evolução Administrativa - 1809 a 2013**. Disponível em: <http://www1.seplag.rs.gov.br/atlas/conteudo.asp?cod_menu_filho=792&cod_menu=790&tipo_menu=APRESENTACAO&cod_conteudo=1336>. Acesso em: 15 nov. 2015.

SIEDENBERG, D. R. A gestão do desenvolvimento: ações e estratégias entre a realidade e a utopia. In: BECKER; D. F.; WITTMANN, M. L. **Desenvolvimento Regional**: abordagens interdisciplinares. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003.

SIEDENBERG, D. R. Desenvolvimento ambiguidades de um conceito difuso. **Desenvolvimento em questão**, Ijuí, n. 3, ano 2, 2004. Disponível em: <<https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/desenvolvimentoemquestao/article/view/87/44>>. Acesso em: 20 mar. 2015.

SILVA, C. L. da; BASSI, N. S. S. O uso e estudos prospectivos no processo de políticas públicas. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís, n. 2, v. 15, p. 315-325, 2011. Disponível em: <http://www.alice.cnptia.embrapa.br/bitstream/doc/919997/1/O_USODEESTUDOSPROSPECTIVOSNOPROCESSODEPOLITICASPUBLICAS.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2015.

SILVA, J. A. S. **Turismo, Crescimento e Desenvolvimento**: uma análise urbano-regional baseada em Cluster. 2004, 480f. Tese (Doutorado em Geografia.) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. USP, São Paulo.

SILVA, L. C. da. **Cadeia produtiva de produtos agrícolas**. Boletim Técnico, Vitória, p. 1-10, 2005. Disponível em: <<http://www.agais.com>>. Acesso em: 20 out. 2014.

SILVA, N. S. da.; BARBOSA, V. de A.; HENRIQUE, M. R.; BAPTISTA, J. A. A Utilização da Matriz Swot como Ferramenta Estratégica – um Estudo de Caso em uma Escola de Idioma de São Paulo. In: VIII SIMPÓSIO DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO E TECNOLOGIA, 2011, Resende. **Anais...** Resende: SEGeT, 2011. Disponível em: <<http://cetir.aedb.br/seget/artigos11/26714255.pdf>>. Acesso em 20 nov. 2015.

SISTEMA IBGE DE RECUPERAÇÃO AUTOMÁTICA. **Tabela 74**. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?z=t&o=1&i=P&e=l&c=74>>. Acesso em: 13 mar. 2015.

SISTEMA IBGE DE RECUPERAÇÃO AUTOMÁTICA. **Tabela 542**. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?z=t&o=1&i=P&e=l&c=542>>. Acesso em: 13 mar. 2015.

SISTEMA IBGE DE RECUPERAÇÃO AUTOMÁTICA. **Tabela 1301**. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?z=t&o=1&i=P&e=l&c=1031>>. Acesso em: 15 dez. 2015.

SISTEMA IBGE DE RECUPERAÇÃO AUTOMÁTICA. **Tabelas 1421**. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?z=t&o=1&i=P&e=l&c=1421>>. Acesso em: 15 mar. 2015.

SISTEMA IBGE DE RECUPERAÇÃO AUTOMÁTICA. **Tabela 1612**. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?z=t&o=1&i=P&e=l&c=1612>>. Acesso em: 13 mar. 2015.

SISTEMA IBGE DE RECUPERAÇÃO AUTOMÁTICA. **Tabela 3939**. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?z=t&o=1&i=P&e=l&c=3939>>. Acesso em 13 mar. 2015.

SOJA, E. W. **Geografias pós-modernas**: a reafirmação do espaço na teoria social crítica. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

SPOSITO, E. S. Pequenas argumentações para uma temática complexa. In: MENDONÇA, F.; KOSEL S. (Orgs.). **Elementos de Epistemologia da Geografia Contemporânea**. Curitiba: Ed. da UFPR, 2002.

SPOSITO, E. S. **Geografia e Filosofia**: contribuição para o ensino do pensamento geográfico. São Paulo: UNESP, 2004.

THOMAS, C. Conquista e povoamento do Rio Grande do Sul. **Boletim Geográfico do RS**, Porto Alegre, v. 21, n. 19. p. 17-27, jan/dez. 1976.

TORRES, L. H. A colonização açoriana no Rio Grande do Sul (1752-63). **Biblos**, Rio Grande, v. 16, p. 177-189, 2004. Disponível em: <www.seer.furg.br/biblos/article/download/421/105>. Acesso em: 10 abr. 2015.

VALVERDE, O. Geografia da pecuária no Brasil. VALVERDE, O. **Estudos de Geografia Agrária Brasileira**. Petrópolis: Vozes, 1985. p. 193-230;

VIANA, O. **Populações meridionais do Brasil**: o campeador rio-grandense. Rio de Janeiro: Paz e Terra, v. 2, 1974.

VIANA, J. G. A.; WAQUIL, P. D.; SPOHR, G. Evolução histórica da ovinocultura no Rio Grande do Sul: comportamento do rebanho ovino e produção de lã de 1980 a 2007. **Revista Extensão Rural**, n. 20, p. 5-26, jul./dez., 2010. Disponível em: <<http://w3.ufsm.br/extensaorural/art1ed20%202010-2%20-%20Viana%20et%20al.pdf>>. Acesso em: 20 dez. 2015.

VIEIRA, E. F.; RANGEL, S. S. **Geografia econômica do Rio Grande do Sul**: espacialidades / temporalidade na organização. Porto Alegre: Saga/ DC Luzatto. 1993.

Apêndice A – Formulário aos produtores

<p>UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA NÚCLEO DE ESTUDOS REGIONAIS E AGRÁRIOS Instrumento de Pesquisa</p>
--

O presente formulário faz parte da Dissertação de Mestrado denominada: “VELHOS E NOVOS CENÁRIOS: (RE) ARTICULAÇÕES SOCIOECONÔMICAS DO ESPAÇO RURAL NA MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA DA CAMPANHA MERIDIONAL/RS” tendo por objetivo realizar levantamento de informações referentes à pesquisa.

1) Nome e localização da propriedade (Município/Distrito): _____

2) Qual a cidade mais próxima da propriedade? _____

3) Qual a área total da propriedade? Pecuária Agricultura

4) Por quem é dirigida a propriedade? () Proprietário () Administrador

5) Como foi adquirida a propriedade?

() Compra () Herança () Outra. Qual? _____

6) Quem explora a propriedade? () Proprietário () Arrendatário () Parceiro

Se arrendatário ou parceiro, responder:

6.1) Quanto de área arrendada ou em parceira possui? _____

6.2) Como é feito o contrato? () Verbalmente () Registro

6.3) Por quanto tempo? _____

6.4) Como é realizado o pagamento?

() por hectare cultivado, quanto? _____

() outra forma de pagamento, qual? _____

Há obrigações, se sim, quais? _____

7) Onde reside?

() na propriedade () em outra propriedade, onde? _____

() na cidade, qual? _____

7.1) Se não reside na propriedade, quem reside? _____

8) A ocupação da área é administrada por:

Condição do produtor	Variável	
	Lavouras (%)	Pecuária (%)
Proprietário		
Arrendatário		
Parceiro		

9) Exerce outra atividade além da agropecuária? () Sim () Não

Qual? _____

10) Costuma acompanhar os trabalhos na propriedade? () Sim () Não

Se sim, quantas vezes por semana? _____

11) Possui ou cultiva outra propriedade, onde? Qual a produção? _____

12) É sócio de:

() Associações. Quais? _____

() Cooperativas. Quais? _____

() Sindicatos. Quais? _____

() Outros. Quais? _____

13) Em relação a mão de obra, esta é:

() Familiar - Quantos? _____

Qual atividade? _____

() Assalariada Temporária - Quantos? _____

Qual atividade? _____

Por quanto tempo? _____

() Assalariada Permanente – Quantos? _____

Qual a atividade? _____

14) Em caso de mão de obra familiar:

14.1) Exercem outras atividades em outras propriedades?

() Sim () Não

Em que época? _____

Para quais atividade? _____

14.2) Exercem outras atividades em outros setore econômicos?

() Sim () Não Quais? _____

15) Em caso de mão de obra assalariada:

15.1) Como é realizado o pagamento?

() Por dia - Quanto? R\$ _____

() Por mês – Quanto? R\$ _____

() Por empreitada, que tipo? _____ Quanto? R\$ _____

15.2) O contrato com o assalariado é realizado:

() Por escrito, registrado

() Verbalmente

15.3) De onde provém a mão de obra assalariada?

() Vizinhos

() Da cidade

() De outros municípios? Quais? _____

15.4) Quando a mão de obra assalariado reside na propriedade, é permitido que a mesma cultive produtos por conta própria? () Sim () Não

Se sim, quais os produtos? _____

15.5) Além do pagamento em dinheiro, quais as outras formas de pagamento ao assalariado?

() Porcentagem da produção

() Aluguel da moradia

() O cultivo de produtos

() Fornecimento de roupas

() Fornecimento de remédios

() Fornecimento de alimentos

() Fornecimento de transporte

() Outros, quais? _____

16) Quanto tempo o(s) mesmo(s) produto(s) é/são cultivado(s) no mesmo pedaço de terra? _____

17) Quando deixa de plantar determinado produto no mesmo pedaço de terra, o que faz com aquela área de terra?

() Solta o gado, por quanto tempo? _____

() Deixa a capoeira crescer, por quanto tempo? _____

() Planta outro produto, por quanto tempo? _____

18) Quanto da área está sendo utilizada por:

18.1) Lavouras permanente: _____

18.2) Lavouras temporárias: _____

18.3) Pastagens naturais: _____

18.4) Pastagens plantadas: _____

18.5) Matas naturais: _____

18.6) Matas plantadas: _____

18.7) Terras em descanso: _____

18.8) Terras inaproveitadas: _____

19) Se possuir terras inaproveitadas, qual o motivo? _____

20) Qual(is) o(s) produto(s) cultivados na propriedade?

Produto	Área plantada (ha)	Nº de cabeças	Destino da produção e/ou Mercado Consumidor
1)			
2)			
3)			
4)			
5)			

21) Em relação à tecnologia utilizada:

21.1) Utiliza trator: () Sim () Não () Próprio () Alugado

Quantos? _____ Com que frequência? _____

21.2) Utiliza trilhadeira: () Sim () Não () Próprio () Alugado

Quantos? _____ Com que frequência? _____

21.3) Utiliza colheitadeira: () Sim () Não () Próprio () Alugado

Quantos? _____ Com que frequência? _____

22) Utiliza produtos químicos? () Sim () Não

Quais produtos? _____

Quantidade utilizada? _____

Usa adubo orgânico? _____

23) Usa calcário na correção do solo? () Sim () Não

Quantidade por hectare? _____

A cada quanto tempo? _____

Usa outro tipo de corretivo, qual? _____

24) Referente à pecuária, realiza melhoramento genético na sua propriedade?

() Sim () Não De que forma: () Inseminação () Novas raças

Outras: _____

Quais tipos de animais? _____

Quais as raças? _____

Investe em novas técnicas para a pecuária? _____

Tem cabanha: () Sim () Não Onde? _____

25) Em relação à financiamentos, você utiliza deste recurso? () Sim () Não

Há quanto tempo? _____

Em que intervalo temporal? _____

Quais as principais linhas de crédito? _____

26) Quais os principais incentivos governamentais que você considera como essenciais para o desenvolvimento rural? E quais as carências a serem superadas pelo Estado? _____

27) Quais as principais dificuldades e as potencialidades da agricultura, que você considera? _____

28) Quais as principais dificuldades e as potencialidades da pecuária, que você considera? _____

29) Os fatores mencionados anteriormente interferem na sua mudança de combinação em relação a produção da agricultura e da pecuária? _____

30) Se não mudou, porque permanece com a mesma atividade? _____

31) Para quem passou a praticar a pecuária consorciada a agricultura:

31.1) Diminuiu a área de campo? () Sim () Não Quantos %? _____

31.2) Diminui o rebanho bovino? () Sim () Não Quantos %? _____

31.3) Diminui o rebanho ovino? () Sim () Não Quantos %? _____

32) Se não diminuiu o rebanho (bovino, ovino, equino):

32.1) O rebanho aumentou? _____ Em quanto? _____

32.2) O rebanho se manteve constante? () Sim () Não

32.3) Passou a alimentar o rebanho com ração? () Sim () Não

32.4) Passou a plantar pastagens para alimentação animal? () Sim () Não
Quantos % da propriedade? _____

33) Referente a assistência técnica:

33.1) Tem assistência técnica? _____

33.2) Quem presta assistência técnica? _____

33.3) Quando utiliza assistência técnica? _____

34) Você acha que a assistência técnica disponível na atualidade, é suficiente para atender as necessidades das propriedades rurais? _____

35) Na sua visão, quais são as perspectivas do espaço rural da Campanha Meridional? _____

Apêndice B – Formulário aos órgãos e instituições gestoras

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
 NÚCLEO DE ESTUDOS REGIONAIS E AGRÁRIOS
Instrumento de Pesquisa

O presente formulário faz parte da Dissertação de Mestrado denominada: “VELHOS E NOVOS CENÁRIOS: (RE) ARTICULAÇÕES SOCIOECONÔMICAS DO ESPAÇO RURAL NA MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA DA CAMPANHA MERIDIONAL/RS” tendo por objetivo realizar levantamento de informações referentes à pesquisa.

1) Nome da Instituição: _____

2) Qual a atividade considerada como a principal no Município e/ou Microrregião?

() Pecuária () Agricultura () Indústria () Comércio

Outras: _____

Porquê? _____

3) Dentro das atividades da agropecuária, qual variável se destaca:

Pecuária: () Bovinos () Ovinos () Equinos Outros: _____

Agricultura: () Arroz () Soja Outros: _____

Outra atividade: _____

4) Qual a relação existente entre a lavoura do arroz e da soja com a pecuária?

Houve cedência de área da pecuária para a agricultura? A pecuária modernizou-se?

Porque? _____

5) Você acha que a pecuária diminuiu (em termos de nº de cabeças ou área destinada a criação) no município? () área para criação () nº de cabeças

() Diminuiu. Porquê? _____

() Não diminuiu. Porquê? _____

6) Com o incremento de novas atividades distintas da pecuária, o que mudou no município em termos de:

Mão de obra: Permanente: () Aumentou () Diminuiu

Por quê? _____

Temporária: () Aumentou () Diminuiu

Por quê? _____

Infraestrutura:

() Silos () Estradas () Comércio () Economia

Outros: _____

7) Com a inserção de novas cadeias produtivas, quais foram as principais transformações? _____

8) Quais os incentivos que os produtores recebem para desenvolver novas atividades? _____

9) Quais são as perspectivas para o espaço rural do Município/Microrregião?

10) Você acredita na expansão de novas cadeias produtivas? Existem projetos para a inserção de novos cultivos? _____

11) Quais os principais pontos positivos da atual situação do setor agropecuário?

12) Quais são os principais entraves ao desenvolvimento da agropecuária nesta Microrregião e/ou município? _____
